

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO-UFRJ

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA PARA O
DESENVOLVIMENTO SOCIAL – PPGTDS

KAREN DAILE BARBA ACOSTA

AUTONOMIA E VISIBILIDADE: A ESTRATÉGIA ORGANIZATIVA DAS
“COLETIVAS LÉSBICAS AUTÔNOMAS” NA CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE
VISIBILIDADE NO RIO DE JANEIRO

Rio de Janeiro

2019

KAREN DAILE BARBA ACOSTA

AUTONOMIA E VISIBILIDADE: A ESTRATÉGIA ORGANIZATIVA DAS
“COLETIVAS LÉSBICAS AUTÔNOMAS” NA CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE
VISIBILIDADE NO RIO DE JANEIRO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Tecnologia para o Desenvolvimento Social vinculado ao Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NIDES-UFRJ) como requisito para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Celso Alexandre de Souza Alvear

Rio de Janeiro

2019

CIP - Catalogação na Publicação

B226a Barba Acosta, Karen Dalle
AUTONOMIA E VISIBILIDADE: A ESTRATÉGIA
ORGANIZATIVA DAS "COLETIVAS LÉSBICAS AUTÔNOMAS" NA
CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE VISIBILIDADE NO RIO DE
JANEIRO / Karen Dalle Barba Acosta. -- Rio de
Janeiro, 2019.
159 f.

Orientador: Celso Alexandre de Sousa Alvear.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Núcleo Interdisciplinar para o
Desenvolvimento Social, Programa de Pós-Graduação em
Tecnologia para o Desenvolvimento Social, 2019.

1. Autonomia. 2. Lésbicas. 3. Visibilidade. 4.
Interseccionalidade. I. de Sousa Alvear, Celso
Alexandre, orient. II. Título.

KAREN DAILE BARBA ACOSTA

AUTONOMIA E VISIBILIDADE: A ESTRATÉGIA ORGANIZATIVA DAS
“COLETIVAS LÉSBICAS AUTÔNOMAS” NA CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE
VISIBILIDADE NO RIO DE JANEIRO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Tecnologia para o Desenvolvimento Social (PPGTDS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre em tecnologia para o desenvolvimento social.

Aprovada em 1 de Julho de 2019.

Prof. Dr. Celso Alexander de Souza Alvear (Orientador) – UFRJ



Prof. Dr. Felipe Addor – NIDES/ UFRJ



Prof.ª Dr.ª Diana Helene Ramos – UNIGRANRIO



Prof.ª Dr.ª Daniele Cordeiro Motta - UNICAMP/SP



Rio de Janeiro

2019

AGRADECIMENTOS

Agradeço infinitamente à *Coletiva Visibilidade Lésbica*, que, no ano de 2016, teve a gentileza de me convidar para um evento na Cinelândia. Nele conheci o nome de Luana Barbosa, também aprendi como se paga a raça, a pobreza e a sexualidade.

À Isabel Netto, por responder uma mensagem que abriu para mim o desejo de fazer este trabalho a partir da experiência das mulheres lésbicas da Zona Norte do Rio.

À Carina, minha esposa, por compartilhar comigo o compromisso permanentemente ativista.

À Marielle Franco, pela construção de uma nova ética, aquela que não separa os espaços institucionalizados da prática militante.

À Renata Melo e à Camille Perissé, por ajudarem na organização do texto.

Ao Celso de Souza Alvear, pela extenuante paciência com que me tem orientado neste trabalho.

Finalmente, ao NIDES e à Universidade Pública (agora sob risco de ataque). Para vocês, um merecido reconhecimento por fazerem valer o compromisso da academia com a transformação social.

RESUMO

ACOSTA, Karen Daile Barba. Autonomia e visibilidade: A estratégia organizativa das “coletivas lésbicas autônomas” na construção da política de visibilidade no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019. Dissertação (Mestrado profissional em Tecnologia para o Desenvolvimento Social) - Programa de Pós-Graduação de Tecnologia para o Desenvolvimento Social (PPGTDS), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019

O presente trabalho tem como objetivo analisar as estratégias realizadas pelas *Coletivas Lésbicas Autônomas* para a construção da política de visibilidade lésbica na cidade do Rio de Janeiro. Para tanto, a pesquisa buscou compreender os diálogos das *Coletivas* com a institucionalidade, refletindo sobre a proposta de lei voltada para visibilidade lésbica como um dispositivo simbólico para a enunciação de um novo sujeito, neste caso, a mulher lésbica negra. O trabalho foi construído a partir de uma perspectiva histórico-estruturalista com a intenção de registrar os episódios contemporâneos considerados mais representativos para o tema da pesquisa, concentrados em três eixos centrais: o período de redemocratização do Brasil, as políticas voltadas para o tratamento e prevenção do HIV e sua relação com os movimentos gay e lésbico, e, por fim, as jornadas de junho de 2013. Os âmbitos examinados foram: experiência, pensamento e ações, a partir da proposta analítica do feminismo interseccional e da realização de entrevistas com militantes envolvidas com a política de visibilidade lésbica. É apresentada ainda uma discussão sobre o conceito de autonomia a partir da experiência da construção da proposta de Lei que conjugam vários fluxos de pensamento como: teoria política, identidade e interseccionalidade. Como consequência dessa análise, culmino na caracterização do que tenho chamado de Lesbianegrizar o Poder como aprendizado coletivo.

Palavras-chave: Autonomia, lésbica, visibilidade, interseccionalidade

ABSTRACT

ACOSTA, Karen Daile Barba. Autonomia e visibilidade: A estratégia organizativa das “coletivas lésbicas autônomas” na construção da política de visibilidade no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019. Dissertação (Mestrado profissional em Tecnologia para o Desenvolvimento Social) - Programa de Pós-Graduação de Tecnologia para o Desenvolvimento Social (PPGTDS), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019

The present work aims to identify the strategies carried out by the Autonomous Lesbian Collectives for the construction of the Lesbian Visibility policy in the city of Rio de Janeiro. It sought to understand the dialogues of the Autonomous Communities with the Institutionality, and at the same time highlight this process. The proposal of the Law was understood as a symbolic device for the enunciation of a new subject, in this case, the Lesbian Black Woman. It is constructed from a historical-structuralist perspective with the intention of photographing the most representative contemporary episodes, concentrated in three central axes which are: the period of redemocratization in Brazil, the HIV crisis and the events of June 2013. The scopes examined are: experience, thought and actions; analytical proposal of intersectional feminism, which gives a special value to daily living, collected from interviews with the activists involved in this process. Finally, there is a conceptualization of autonomy based on the experience of the construction of the proposed Law that combines several streams of thought such as: political theory, identity, and intersectionality. As a consequence of this analysis, I culminate in the characterization of what I have called Lesboblackization of Power as a collective learning.

Keywords: Autonomy, lesbian, visibility, intersectionality

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1. Aparecimento de novas agrupações a partir de SOMOS.....	67
Quadro 1. Entrevistas	55
Quadro 2 Resumo ELFLAC	72
Quadro 3 Organização de recursos segundo Objetivos	82
Quadro 4 Destinação orçamentária segundo executores	84
Quadro 5 Produção do conceito de Autonomia segundo Eixos Históricos.....	101
Quadro 6 Resumo das Coletivas segundo Unidades Analíticas.....	131
Quadro 7 Votação do Projeto N 82/2017	158

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
ALERJ	Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transsexuais
CEDOICOM	Centro de Documentação e Informação Coisa de Mulher
CNV	Comissão Nacional da Verdade
COLERJ	Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro
EFLAC	Encuentro Feminista Latinoamericano y del Caribe
EGHO	Encontro de Grupos Homossexuais Organizados
GALF	Grupo de Ação Lésbica Feminista
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
ILGA	Associação Internacional de Lésbicas e Gays
ILIS	International Lesbian Information Service
INAMPS	Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
LBL	Liga Brasileira de Lésbicas
LF	Lésbicas Feministas
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Transexuais
NMS	Novos Movimentos Sociais
ONU	Organizações das Nações Unidas
PL	Projeto de Lei
PT	Partido dos Trabalhadores
SENALE	Seminário Nacional de Lésbicas

SENALESBI	Seminário Nacional de Lésbicas e Bissexuais
SR	Sapa Roxa
SUS	Sistema Único de Saúde
USP	Universidade de São Paulo
VL	Visibilidade Lésbica

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I	20
A LÉSBICA E A AUTONOMIA	20
1.1 Aproximações teóricas	20
1.2 Novos Movimentos Sociais	22
1.3 O movimento Autônomo Lésbico	25
1.4 A mulher lésbica como sujeito político	30
1.5 Autonomia	37
1.6 Enfoques da Interseccionalidade das relações sociais.	40
1.7 Matriz de dominação	46
1.8 Considerações teóricas	49
1.2 Metodologia	51
CAPÍTULO II	56
HISTORICIZANDO EXPERIENCIA DE AUTONOMIA LÉSBICA	56
2.1 Breve Introdução	56
2.2 A ditadura com minúscula	57
2.3 A redemocratização e luta das lésbicas pela autonomia.	60
2.3.1 Aposta de autonomia em construção	70
2.5 A crises do AIDS e tecnificação da militância Gay	74
2.6 Comportamento da infecção e o orçamento	81
2.7 Organização das lésbicas de frente ao AIDS	87
2.8 Jornadas de Junho 2013	92
2.9 Considerações finais	97
CAPÍTULO III	102

O PROJETO DE LEI E A FRENTE LÉSBICA DO RIO DE JANEIRO	102
3.2 Antecedentes	102
3.2 O projeto de Lei de Visibilidade Lésbica	106
3.3 A Frente Lésbica Rio de Janeiro	109
3.3.1 Visibilidade Lésbica	112
3.3.2 Coletiva Sapa Roxa	118
3.3.3 Liga Brasileira de Lésbicas	124
3.4 Propostas de visibilidade e autonomia implantada.	131
CONCLUSÕES	136
BIBLIOGRAFIA	140
ANEXOS	152

INTRODUÇÃO

As mulheres lésbicas existem e existiram desde épocas remotas no Brasil, como já foi amplamente registrado e documentado ao longo da história¹. Como demonstra esta literatura, as possibilidades de manifestação social de relacionamentos lésbicos dependeram, em grande medida, de contextos sociais que permitissem uma disputa dos discursos de poder e reorganização dos afetos e das tarefas então destinadas às pessoas do sexo feminino. Neste processo, diferentes formas de organizar o trabalho produtivo e reprodutivo também foram importantes para consolidar entre as mulheres alianças de poder.

Na etapa contemporânea, o processo de redemocratização do Brasil, nos anos 70, teve um papel relevante no fortalecimento dos chamados grupos LGBT². Isto porque a abertura política

¹ Gabriel Soares de Sousa, no seu trabalho intitulado “Tratado Descritivo do Brasil”, em 1587 ao se referir às práticas sexuais do povo Tupinambá as descreveu como “luxuriosas”, “sem noção do pecado”, descrições utilizadas, quase sempre, para se fazer referência a práticas homossexuais, estas consideradas pela Coroa Católica como crime abominável de nefando (DE SOUSA, 1587). Pero de Magalhães Gândavo também se refere às práticas sexuais das indígenas Tupinambás, com maior atenção àquelas que: “não conhecem homem algum de nenhuma qualidade, nem o consentirão, ainda que por isso as matem. Elas deixam todo o exercício de mulheres e imitam os homens e seguem seus ofícios como se não fossem fêmeas. Trazem os cabelos cortados, da mesma maneira que os machos, e vão à guerra com os seus arcos e flechas, e à caça, perseverando sempre na companhia dos homens. Cada uma tem mulher que a serve, e que lhe faz de comer e com quem diz que é casada. E assim se comunicam como marido e mulher” (GÂNDAVO, 1576, 56-91). Sobre este tema, ver também os trabalhos de Blackwood (1984), Thandani (1996), Lang (1999), Aarmo (1999), que analisam, a partir de uma perspectiva antropológica, práticas sócio-sexuais de comunidades indígenas em vários lugares do mundo (Índia, África, Indonésia, Ásia e Norte-America) que podem ser categorizadas como práticas lésbicas, segundo as classificações ocidentais. No Brasil, há ainda o ativista e antropólogo Luiz Mott que fez um trabalho histórico sobre o impacto da Inquisição na sexualidade lésbica ao analisar a sentença de exílio proferida à Felipa de Sousa, no século XVI (MOTT, 1987).

² O debate sobre o componente Queer no Brasil não está fechado, inclusive Leandro Collins, reconhecido ativista pela dissidência sexual, tem falado que o termo Queer não é representativo no Brasil, e, ao contrário ele propõe o conceito de transviados como uma possibilidade lingüística que permeia a

permitiu, em alguma medida, incorporar como sujeitos públicos e visíveis, aqueles antes mantidos na abjeção. Neste trabalho discuto esta noção de abertura, que perdurou na narrativa nacional brasileira, tendo como foco a questão da representatividade.

Esses processos históricos conduziram a uma perspectiva teórica-crítica em que a identidade lésbica passa a adquirir uma conotação político militante, cujo principal aporte se dá a partir da perspectiva feminista da diferença, com o que tem se chamado de feminismo lésbico autônomo, corrente de pensamento que procurou e procura a criação de alternativas políticas não dependentes dos modelos institucionais, bem como das lógicas do capital. Ao ser uma corrente reflexiva e, principalmente, prática, o feminismo lésbico autônomo afetou a forma de se organizar, de se relacionar, como também as práticas de cumplicidade erótico-afetivas das chamadas lésbicas autônomas, denominação que tem suas variantes a depender dos diferentes contextos em questão.

Para a Socióloga Jules Falquet (2014), a corrente autônoma lésbica é menos estudada e difundida por ser produzida por mulheres populares, racializadas, pertencentes ao seio da dimensão coletiva. Esta corrente foi se difundindo em toda a América a partir das tensões de crises democráticas e do capital que conduziram, com ajuda coercitiva, ao ingresso esmagador de nossas economias ao mercado mundial³.

De volta ao Brasil, esta corrente encontrou uma alternativa organizada em uma nova estrutura partidária vigente, principalmente aquela que acompanhara o surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT). Para Rodrigo Cruz (2015), a militância homossexual gay⁴ consegue se

terminologia Queer. Desde a perspectiva da militância, tem por costume usar LGBT para referir às: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais (LGBT). É assim que o trabalho recolhe essa prática.

³ Processo este que coincide com grandes transformações sociais e políticas contra as ditaduras que estavam instauradas na região latino-americana e caribenha.

⁴ Neste trabalho se usará gay para referir ao indivíduo homossexual de sexo masculino, e Lésbica para a pessoa homossexual de sexo feminino.

engajar na política formal a partir da implantação de ações partidárias e eleitorais⁵. Aqui uma primeira ruptura na medida desse engajamento favoreceu diferenciadamente ao movimento Gay de quadros interpretativos e repertórios de ação mais institucionalizados. Essa fratura desloca as lésbicas autônomas do país em direção a outras alianças, tendo como guarda-chuvas os movimentos LGBT e Feminista. Levando em consideração esse processo, esta pesquisa procura entender a movimentação das configurações das organizações autoidentificadas como "coletivas autônomas lésbicas", que rompem com padrões de representatividade hegemônica de classe média, a partir de seus lugares como mulheres jovens, negras e periféricas.

A visibilidade dessas agrupações ganha mais força no país a partir da crise econômica, que se converteu também em uma crise de institucionalidade política, iniciada em 2013, momento de alta conflitividade no país e, em especial, no Rio de Janeiro. Este período coincide com o aumento significativo da intervenção militar, que afeta diretamente as zonas chamadas periféricas, lugares de militância dos grupos analisados neste trabalho.

A cidade tem experimentado uma série de mudanças em um período de tempo relativamente curto, o que deixa exposta a relação existente entre Estado, elites políticas e o movimento lésbico autônomo. Este último tem realizado ações de fortalecimento interno e trabalho com grupos a partir de uma construção identitária e intervenção colaborativa no âmbito institucional, com, por exemplo, a proposta de projeto de lei para a visibilidade lésbica⁶, além de ocupação das ruas e denúncias sobre o aumento do número de assassinatos de mulheres lésbicas no Brasil. Trata-se de um conjunto de ações que não deve ser pensado como recriação de formas

⁵ Segundo Cruz, o trânsito em direção à política institucional foi favorecido, de um lado, pelas oportunidades políticas abertas pelo processo de transição brasileiro com a Reforma Partidária de 1979, a renovação das esquerdas, a fundação do Partido dos Trabalhadores, as eleições de 1982 e, por outro lado, pela circulação de brokers, tanto em redes transnacionais quanto entre o movimento social e os partidos (CRUZ, 2015, pág. 18).

⁶ Projeto de Lei Nº 82/2017, que propõe a inclusão do dia da Visibilidade Lésbica no calendário oficial da cidade, consolidado pela Lei Nº 5.146/2010.

de representação tradicional, pois o sujeito da enunciação é agora outro: a mulher negra e “sapatão”.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar as estratégias realizadas por coletivos lésbicos automeados autônomos em articulação com o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) no período de mandato da vereadora Marielle Franco, na ALERJ, Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, em um trabalho voltado para construção de uma política de visibilidade lésbica na cidade. Esta dissertação procura compreender a motivação de diálogo do movimento com um tipo de representação institucional, ao mesmo tempo em que busca trazer para o debate a atuação das *Coletivas lésbicas autônomas*, pouco difundida ou mesmo desconhecida em muitos espaços.

Parto da teoria de novos movimentos sociais como agentes não tradicionais que entram na disputa de poder a partir de estratégias planejadas, em busca de transformar a própria estrutura do Estado e sua forma de produzir política. São, portanto, movimentos que frente ao Estado não conseguiram inserir-se como atores tradicionais, como sindicatos e partidos políticos, por exemplo, mas que veem o aparato estatal como entidade útil para a transformação da sociedade, seja conjuntural ou estruturalmente.

A possibilidade de usar os mecanismos formais – de acordo com as potencialidades de eficácia na colocação das demandas – para subverter práticas e comportamentos, desde aqueles do senso comum até os institucionalizados, como um exercício de renegociação permanente, é algo que parece irrenunciável para os novos movimentos sociais. Nesse sentido, a autonomia não é um lugar comum, e, sim, uma possibilidade de negociação que é continuamente reinterpretada. Como proponho neste trabalho, a forma de relacionamento das coletivas lésbicas com a institucionalidade é de suspeita permanente, mas, ao mesmo tempo, marcada por ações estratégicas que podem ser consideradas formas de “abertura” que passam diretamente pela necessidade de sobrevivência destas coletivas e daquelas que elas representam. As noções de autonomia e visibilidade dependem aqui da capacidade desses grupos nomearem a vida e morte de mulheres lésbicas.

Como parte dos objetivos específicos incorporo a análise das *coletivas lésbicas autônomas*⁷ a partir dos seguintes pontos analíticos: tipo de organização, tipos de demandas, autonomia na organização e no uso de recursos e ações relacionadas à proposta de lei. Para esta análise foi necessário refletir sobre três momentos históricos recentes no Brasil a fim de pensar sobre o sentido de autonomia que vem sendo construído frente a instâncias intervenientes institucionais.

Os três momentos foram: o processo de redemocratização no Brasil e os desmembramentos das organizações lésbicas do movimento gay iniciado nos anos 1970; a subsequente epidemia de AIDS no início dos anos 1990, o que chamarei de “tecnificação do ativismo Gay”, e, finalmente; as manifestações de 2013, que reposicionaram o sentido de autonomia do movimento a partir da desmassificação partidária e aparecimento das coletivas como protótipo organizativo, ao mesmo tempo em que também colocaram em evidência o discurso da extrema direita.

As *Coletivas lésbicas autônomas* foram, como já foi dito, a unidade principal de análise da pesquisa. Atualmente ativas na conformação da Frente Lésbica do Rio de Janeiro, elas deram origem a três grupos: Sapa Roxa (SR), Visibilidade Lésbica (VL) e Liga Brasileira de Lésbicas (LBL). Para o reconhecimento de *coletivas lésbicas autônomas* me baseei principalmente na autodeterminação, ou seja, no fato das coletivas se afirmarem como lésbicas autônomas, tanto no espaço público como no privado.

Entende-se por coletivas lésbicas autônomas unidades organizadas para a ação, criadas a partir do compartilhamento de traços comuns (neste caso a negritude, classe e a sexualidade), cuja autonomia se expressa na imediata incorporação de pautas para a transformação da cultura hegemônica. Diante do desafio teórico de dar conta da complexidade dos dados e das dimensões

⁷ A terminologia “Coletivas Lésbicas Autônomas” responde à necessidade das militantes de se identificarem a partir de nomes femininos, como crítica a uma construção linguística geralmente marcada pela centralidade do masculino como padrão de nomeação.

da realidade descritas nesta pesquisa, faço uso da interpretação da realidade a partir de uma perspectiva interseccional, usando o conceito de "imbricação"⁸ como ferramenta de análise.

Esta perspectiva nos permite refletir simultaneamente sobre sexualidade, raça e classe como questões estratégicas para o movimento, além de possibilitar uma análise das condições da cultura heteropatriarcal que o oprime, tendo como ponto de partida a reflexão sobre a forma como o Estado reage às demandas de mulheres lésbicas.

A hipótese de trabalho apresentada é que a autonomia dos movimentos LGBT e Feminista configurou uma estratégia de fortalecimento dos grupos lésbicos a partir da afirmação de determinadas identidades, mas que este processo por si só não foi efetivo na disputa pela representatividade. Agora, o caráter coadjuvante da autonomia (como fortalecimento interno) e da visibilidade (na possibilidade de criar alianças e de ocupar os espaços públicos) são inseridos no contexto atual, como estratégia de sobrevivência continuamente renegociada.

Para sustentar o que apresento no trabalho, busco pensar desde a institucionalidade e sua relação com as coletivas lésbicas, na produção do projeto de lei de visibilidade lésbica na ALERJ como um ponto de quebra de um "outro momento" de representatividade social e política. Em particular, no mandato da vereadora Marielle Franco, no ano de 2017, como promotora da proposta que foi rejeitada com apenas dois votos de diferença, convertendo-se em uma experiência significativa de disputa pública de representação, apesar da derrota. Defendo ainda que, a partir de uma perspectiva interseccional, as *coletivas lésbicas autônomas* conseguem analisar continua e criticamente aqueles outros grupos que ficam fora do processo de

⁸ Este termo foi usado pela primeira vez por militantes negras lésbicas de *Combahee River Collective* em manifesto publicado em 1977 em que elas dizem: "A declaração mais geral de nossa política neste momento seria que somos empenhadas em lutar contra a opressão sexual, racial, heterossexual e classista, e que a nossa tarefa específica é a de desenvolvimento de uma análise integrada e prática baseada no fato de que os principais sistemas de opressão são imbricados. A síntese dessas opressões cria as condições de nossas vidas (...). Acreditamos que a política da sexualidade sob o sistema patriarcal assume a vida das mulheres negras, tanto quanto as políticas de classe e raça. Também achamos difícil separar a opressão racial da opressão classista e sexual, porque em nossas vidas as três são uma experiência simultânea. (COLLECTIVE, 1977)

representação, como por exemplo, mulheres pelo direito de saúde e educação digna, luta pela moradia, movimento feminista negro, luta por uma vida livre de violência; o que converte o processo de sua enunciação em um enorme potencial ético-político.

Os capítulos apresentados estão organizados da seguinte forma: o primeiro capítulo tratará dos aspectos da argumentação metodológica e teórica da pesquisa. a partir dos conceitos de: novos movimentos sociais, movimento lésbico autônomo, lésbica política, autonomia, interseccionalidade, matriz de dominação. A base teórica está fundamentada nos aportes de: Maria da Glória Gohn, Boaventura de Souza Santos, Norma Mogrovejo, Jules Falquet, Francesca Gargallo, Ochy Curiel e Patrícia Hill Collins.

No segundo capítulo, abordarei os antecedentes históricos do movimento lésbico autônomo no Brasil, análise realizada a partir de estudos históricos sobre o Movimento LGBT no Brasil. Neles analisei Regina Facchini, James Green, Rodrigo Cruz, Edward Macrae; são conteúdos dos três eixos históricos mais recentes, que confluem para a compreensão da autonomia das coletivas lésbicas, objeto desta pesquisa.

No terceiro capítulo, aparecem especificamente as coletivas autônomas como unidades analíticas. Analiso os tipos de organização, os tipos de demandas, as características da noção de autonomia pautada em função da organização e do orçamento, para, finalmente, registrar as ações voltadas para a construção do Projeto de Lei (PL) e a Frente Lésbica do Rio de Janeiro (FLRJ). Registro os aportes político-organizativos das lésbicas autônomas na cidade, dialogando com Patrícia Hill Collins (1990) e sua denominada "matriz de dominação", que considera as experiências das mulheres lésbicas, que produzem, por sua vez, relações políticas específicas manifestadas em experiências cotidianas e, em sua análise, convertidas em reflexões e, finalmente, em ações.

Para finalizar, e já em primeira pessoa, o presente trabalho nasce de uma motivação militante de mulher lésbica e mestiça, em busca de respostas sobre seu processo migratório. É um trabalho refletido desde a permissibilidade de estrangeira. Nele, intensifico a produção de conhecimento a partir de uma permanente conjugação de nós, que debate o silêncio cultural que, para Sam Bourcier (Feminismos, 2015), significaria manter as coisas para e por nós mesmas.

CAPÍTULO I

A LÉSBICA E A AUTONOMIA

1.1 Aproximações teóricas

Algo essencial para a reflexão proposta neste trabalho é a combinação de vários fluxos de pensamentos, a partir de uma perspectiva interdisciplinar, pois não há uma teoria capaz de, sozinha, explicar todos os aspectos do fenômeno analisado, não entanto é preciso olhar eles desde varias perspectivas.

Um das referencias atuais no Brasil é a professora Maria da Glória Gohn, que entende aos movimentos sociais, desde uma visão clássica como:

As ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo. (GOHN, 2012, pág. 44)

A autora caracteriza aos Movimentos Sociais como a conjugação de pessoas heterogêneas, que independentemente da sua classe social, têm um objetivo em comum para a superação de um tipo de opressão. Está é analisada na base da mobilização de recursos, pensando na relação de custo-benefício, excluindo valores e normas culturais, achando que respondem a processos simbólicos pouco relevantes.

A teoria de movimentos sociais ajuda a evidenciar as ações coletivas, frente a um ordem maior institucionalizada, mas não consegue acompanhar os processos de enunciação e construção de identidade e subjetividade, pois seu foco é a dinâmica de poder estrutural.

Começo, então, pela perspectiva decolonial, que se consolidou a partir da crítica provocada pelo aparecimento de novos atores e suas demandas, aparentemente invisíveis para os movimentos sociais tradicionais. Esta vertente tem uma estreita ligação com as lutas sociais de resistência à colonização e sua pós-dependência, protagonizadas, em sua maioria, por pessoas racializadas, de classes populares, indígenas e camponesas levadas à uma mobilização urbana forjada em contornos periféricos e que acabaram criando, como práticas de autoproteção, estilos e formas de vida alternativas.

Nesta pesquisa, estão em questão não apenas estas ações coletivas voltadas para uma transformação social, como também o processo de construção de identidades e subjetividades a partir de produções coletivas capazes de sexualizar os espaços considerados "não legítimos" para uma política formal. Esta perspectiva está amplamente registrada no processo de redemocratização do Brasil, em que mulheres lésbicas declararam-se autônomas dos espaços de socialização homossexual, discutindo a despolitização e institucionalização das práticas sexuais⁹. Neste momento, as lésbicas, enquanto grupo social, passam a ter maior visibilidade se apresentando como mulheres que desafiam a cultura, a política, as normas sociais e, principalmente, a organização do trabalho a partir de uma politização da sexualidade.

Essa dupla combinação que transgride a estrutura econômica sem esquecer o componente cultural, é verbalizada desde o pensamento crítico produzido no continente americano como feminismo decolonial. Neste, criam-se novas interpretações sobre a forma como opera as opressões. Para as feministas decoloniais, a imbricação das relações de dominação são

⁹ A homossexualidade feminina tem se discutido a partir da referencia dos homens gays, isso para muitas feministas lésbicas despolitiza e institucionaliza as condições de resistência ao se perceber como uma simples preferência sexual. O que levaria, sem muita reflexão ao pensar que o problema é só inserir aos homossexuais a uma plataforma (mais o menos) adequada de direitos.

estruturais, portanto, nessa perspectiva não existe «concorrência»¹⁰ entre as diferentes formas de opressão.

Para uma análise a partir de uma perspectiva integrada, partiremos dos trabalhos de Jules Falquet, que tem como foco de análise a articulação existente entre as relações de sexo, classe e raça, como aspectos inseparáveis e profundamente imbricados. Outros conceitos-chaves serão: sexualidade, identidade, visibilidade e autonomia. Tratam-se de conceitos medulares na construção de estratégias planejadas das *coletivas* e seu processo de reposicionamento no espaço público e que, portanto, nos ajudam a pensar as ações políticas sobre as quais se debruça esta pesquisa.

1.2 Novos Movimentos Sociais

A noção de novos movimentos sociais (NMS) aparece com força desde o início dos anos 1980, muito a partir do acúmulo dos estudos sociológicos, a fim de nomear uma ampla gama de demandas de vários setores sociais que, desde a perspectiva estrutural de Alan Touraine¹¹ (1989), não encaixavam bem pela fenomenologia interclasse os comportamentos e os impactos, em contestação as estruturas opressivas.

¹⁰ Termo usado por Jules Falquet para refletir sobre a agenda de luta onde não seja privilegiada uma relação estrutural social a outra, isso quer dizer que não seja privilegiado o sexo à classe ou raça.

¹¹ Para o autor o comportamento de movimento social deveria enquadrar a: identidade, oposição da ordem estabelecida e uma ação de âmbito totalizadora. Sem essa trilogia, dificilmente deveria ser considerada um movimento social. A crítica principal dessa interpretação é que se centra no debate sobre as hierarquizações das demandas como nos protagonistas a partir de pólos estruturais quase dicotômicos de: regulação-emancipação; subjetividade-cidadania.

Frente a essa crítica encontram-se, entre outros: Mancur Olson (1998), Junger Habermas (1981), Alberto Melucci (1982) Claus Offe (1988); que adiantam ao considerar que o âmbito de ação dos novos movimentos sociais sobrepassa à política para transladar-se até as necessidades da vida cotidiana e de autorrealização.

De fato, Claus Offe (1988) argumenta que as ações dos novos movimentos tem como objetivo alterar a sociedade no seu conjunto, para além do grupo motivador. Para Boaventura de Sousa Santos (2001) a diversidade dos movimentos torna difícil criar (em termos sociológicos) uma teoria totalizadora. Ele adverte sobre a ambiguidade de se criar um conceito que, no futuro, abarque todo tipo de organização, como ocorre na definição de Dalton y Kuechler, que entendem movimento social como "um setor significativo da população que desenvolve e define interesses incompatíveis com a ordem política e social existente e os persegue pelas vias não institucionalizadas" (DALTON, et al., 1990, p277).

Vários movimentos não restringem suas pautas à questão da classe social apenas, como, por exemplo, no caso do Brasil, os movimentos feminista, ambientalista, dos trabalhadores sem teto, da luta pela moradia, LGBT, pacifista, evangélico, da agroecologia, de reforma urbana, entre outros. Para Santos (2001), a novidade trazida pelos chamados “novos movimentos sociais” reside em sua capacidade de revelar novas formas de opressão, que se desprendem das relações de produção, mas que não são identificadas como dependente delas. É o caso da: guerra, poluição, machismo, racismo e produtivismo, que pautam a luta por um novo paradigma social, denunciando a regulação da modernidade¹². Assim, Santos historiciza os impactos nos esquemas de produção e reprodução, na qual a América Latina aparece como um lugar privilegiado nas relações de regulação global. A crítica empreendida pelos NMS está centrada principalmente na denúncia sobre os silêncios e as omissões dos movimentos que não olharam para estas questões,

¹² Como é discutido em “Los nuevos movimientos sociales” (SANTOS, 2001) Evidencia a ligação entre modelo de desenvolvimento com a idéia de Modernidade implantada.

seja por descuido ou por acordo compactuado. Essa é uma crítica importante que parte do pressuposto de que a transformação deve ser vivida pelas pessoas afetadas, no presente.

Santos afirma que aquilo que aparece como novas demandas – para alguns teóricos cheias de subjetividade – não é mais que evidência que as relações sociais de reprodução e na produção, são mais imediatas que as relações sociais de produção:

Pode facilmente esconder e abstrair por trás das máquinas, taxas de produção, padrões de fabricação, regulamentos de fábrica, essas são apenas experiências de relacionamentos entre pessoas, entre grupos, entre pessoas ou grupos e ar, rios, o florestas ou animais, entre a vida e a morte (Santos, 2001.p 179).

O que parece ser importante na análise dos NMS é o sentido de pertencimento, a criação de uma identidade coletiva a partir de uma forte relação entre subjetividade e a disputa por uma cidadania baseada em formas participativas de organização. A identidade coletiva é o resultado das semelhanças nas condições de produção e reprodução, portanto, refere-se tanto às condições de vida como às práticas de subjetividade que fazem do grupo aparentemente homogêneo, facilitando a identificação de traços comuns no processo de construção da ação social. Trata-se de um processo relacionado à produção de cultura porque se conecta diretamente a representações socialmente compartilhadas.

Para Norma Mogrovejo (2000), a inovação dos NMS reside na reprodução e transformação da cultura, já que seu aporte mais valioso é a "*inovação cultural*", ou seja, a participação ativa nas mudanças de imaginários sociais, o que vem acompanhado por um relacionamento conflitante com o Estado, os partidos políticos e os sindicatos tradicionais, considerados agentes de desconfiança. Nesse momento, o aparecimento de grupos lésbicos se relaciona com uma procura inovadora da cultura da sexualidade, a partir de uma perspectiva autônoma, ou seja, da sexualidade pensada, exercida e continuamente recriada pelas lésbicas para elas mesmas.

A identidade é analisada aqui a partir da afirmação dos objetivos do movimento, podendo ser motivo e fim dele. Nesse cenário, estas mulheres usam a identidade lésbica como mecanismo

de força para a coesão e, desse modo, conseguem se reafirmar como diferentes em contestação às diversidades sexuais, como também buscam dinamizar referências identitárias sobre os diferentes perfis de mulheres existentes na sociedade contemporânea. Neste trabalho, uso, em um primeiro momento, da análise de gênero, pensando-a em interação não apenas com o conceito de classe, como também com o de raça, uma das principais forças de mobilização atual como linha identitária de atuação imbricada.

O que parece ser importante nas análises dos NMS é o sentido de pertencimento, é a criação de uma identidade coletiva, uma relação forte entre subjetividade e a disputa por uma cidadania baseado em formas participativas de organização. A identidade coletiva é o resultado das semelhanças nas condições de produção e reprodução, por tanto refere tanto as condições de vida como as práticas de subjetividade que faz do grupo homogêneo, facilitando a identificação de elementos comuns. Respondem a processos ligados com a cultura porque conecta com representações socialmente compartilhadas.

1.3 O movimento Autônomo Lésbico

A dissidência da heterossexualidade obrigatória, que audazmente foi caracterizada por Adrienne Rich (1980), nos abre uma perspectiva muito interessante sobre o modelo de opressão do qual as lésbicas tentam fugir. Para a escritora, a heterossexualidade, longe de ser uma opção sexual, é uma imposição permanente de organização da vida:

A heterossexualidade não é uma opção, nem uma preferência; mas sim uma imposição social e cultural. A heterossexualidade como a maternidade tem que ser reconhecida e estudada como uma instituição política, inclusive, e especialmente, por parte de aqueles que sentem que são, na sua experiência pessoal, os e as precursoras de uma nova relação social entre os sexos. (RICH, 1980, pág. 3)

Portanto, a heterossexualidade converte-se em um sistema opressivo contra o qual as lésbicas se organizam a fim de combatê-lo, pois dele se desprende uma animosidade sistemática e violenta - às vezes letal - que tenta mantê-las no âmbito privado-individual, estático e previsível. A sexualidade passa a ser questionada dentro de uma perspectiva política, não como ações isoladas de vontade individual, mas sim como sistema de controle a partir do qual é possível desenvolver alianças.

Na América Latina o movimento lésbico autônomo aparece com maior força a partir dos anos 1990¹³. Não por acaso, esse período coincide com um momento de crescimento neoliberal, acompanhado dos conhecidos processos de privatização, provocando maior impacto nos grupos que mais sofriam os ajustes econômicos, aqueles quase invisibilizados pela política formal. A crítica foi desenvolvida a partir de experiências originadas desde outros corpos e outras subjetividades, nesse caso, das mulheres oriundas de setores populares, indígenas, negras, camponesas e várias dissidentes dos partidos políticos e movimentos sindicais, nos quais a perspectiva das mulheres era nula e, no caso das lésbicas, inexistente. Era notável a densidade política a partir da qual o feminismo se organizou, tendo como base a questão da diferença e da identidade. O feminismo, é até o momento, o único movimento capaz de dar conta da situação das mulheres. O que não significa que não houvesse nele contradições, pois elas fazem parte do processo, sendo, muitas vezes, até mesmo necessárias como forma de advertência diante de caminhos potencialmente equivocados. Um dos aspectos mais interessantes desse momento foi justamente a possibilidade de se discutir essas contradições.

Para Ochy Curiel, as primeiras diferenças foram denunciadas dentro do próprio feminismo, praticado predominantemente por mulheres brancas ou mestiças de classe média, que, sem nomear-se decoloniais, fizeram uma radical compreensão sobre os mecanismos de exploração combinados:

¹³ Resgata uma longa tradição de resistência, tanto à colonização quanto ao neoliberalismo.

As primeiras experiências descolonizadoras no feminismo podem encontrar-se no feminismo racializado, as lésbicas, e nas mulheres do «terceiro mundo» Estas feministas questionaram o sujeito do feminismo na década dos setenta e oitenta; produzidos a partir da mulher, classe média, mestiça, heterossexual (CURIEL, 2010, pág. 3-4).

Estas organizações, também demandas ocultadas no debate dos anos 1990, em função da tendência de se trabalhar isoladamente gênero ou sexualidade. As questões de raça e classe pouco apareciam ou também eram ocultadas.

A autonomia se produz nesse contexto a partir de uma necessidade de diálogo dentro do próprio movimento. Permite dar vazão às práticas constestatórias em frontal rejeição ao poder e suas dimensões. Isso significa que, assim como para os outros movimentos sociais, os anos 90 foram de grande conflitividade e rupturas dentro do movimento feminista, duramente criticado em seu interior pelas militâncias lésbicas, ecoando a partir daí uma postura fortemente sustentada em questões de raça e de classe¹⁴.

Para Jules Falquet, o determinante neste processo de rupturas foi uma cooptação por parte dos organismos supranacionais que foram se instalando como parte da institucionalização do feminismo. Processo este que foi se evidenciando, em um primeiro momento, na organização da conferência de Beijing, controlada e monitorada pela Organização das Nações Unidas (ONU):

O ONU e cooperação para o desenvolvimento (especialmente a USAID, tantas vezes cobertura da CIA) são acusados de promover a cooptação, despolitização e controle de feminismo, numa espécie de neo-colonização ideológica e prática que atravessa a Organização de movimentos sociais” (FALQUET, 2014. Pág. 5).

¹⁴ Combahee River Collective foi uma das primeiras coletivas a fazer essa crítica, a partir do que denominavam como “imbricação das relações de poder”.

Existiram várias vozes, ainda que minoritárias e também silenciadas¹⁵, que produziram correntes de pensamento contra o Estado. Eram organizações e redes de apoio de tipo comunitário contrárias à corrente predominante na época, trabalho que se deu também a partir de novos vetores legitimados, tais como ONGS e organismos de cooperação estadual e internacionais. Foram, portanto, militantes lésbicas encarregadas de posicionar a lesbianidade para além das práticas sexuais, como uma ferramenta política para a destruição do esquema de acumulação capitalista, como o conhecemos hoje.

Elas conseguiram conectar suas demandas em plataformas de debate regional, como foi o caso dos *Encontros Lésbicos Feministas*, dentre os quais os mais relevantes -pela anatomia das demandas- foram: VI Encontro México 2004 e VII Encontro Chile 2007, nos quais se consolidou tanto a crítica pela intervenção orçamental e, portanto, reguladora dos Estados, como dos organismos internacionais de cooperação. Segundo Falquet:

Baseado em uma crítica de certas relações internas de poder do movimento revelado pela preparação da reunião da ONU patrocinada por Beijing, elas (Autônomas) vieram analisar o neoliberalismo cedo e colocá-lo como um adversário central porque se recusaram a trabalhar apenas "gênero" ou "sexualidade" e decidiram envolver-se em lutas e alianças onde o feminismo está entrelaçado, a luta contra o racismo e uma perspectiva de classe (FALQUET, 2016, p. 7).

Yuderkys Espinosa narra à posição das lésbicas autônomas nesse turbilhão se referindo como:

Para muitas, o pesadelo veio de tal forma que não percebemos até que muitos já estavam bem dentro: lobby, negociação, agenda, lobby, orçamento... direitos reprodutivos ...

15 É o caso das «Cúmplices», agrupação conformada por: Ximena Bedregal, Amalia Fischer, Edda Gabiola, Francesca Gargallo e Margarita Pisano; protagonizaram a oposição ao intervencionismo dos organismos internacionais como a ingerência nas pautas levantadas pelo movimento feminista na América Latina. (CURIEL, 2007)

direitos sexuais e reprodutivos (!!!?). O feminismo institucional em sua grande época, em seu grande desdobramento. E foi triste ver todas aquelas lésbicas, em sua tentativa patética de sobreviver no vórtice de um feminismo no qual elas não mais contavam definitivamente. O feminismo não era mais o mesmo e nisso não havia espaço para políticas de contracultura onde lésbicas se reproduzissem e se tornassem uma referência para discursos e práticas. Na época em que isso acontecia, uma nova agenda de direitos humanos e sexuais começava a aparecer no cenário internacional, prometendo um lugar de articulação para as chamadas "minorias sexuais" (ESPINOSA, 2004. Pág. 4).

Esse momento é citado por ela como retrocesso, posto que evidencia as duas vertentes atuais em que são identificadas as políticas lésbicas: pela lógica da diversidade sexual e seu respectivo tratamento de "*minoría*" no processo de institucionalização. Francesca Gargallo historiciza essa ruptura na América Latina afirmando que:

... Em uma discussão que duraria para além do VII Encontro (1997) criaram uma falsa dicotomia entre: "o institucionalizado", "o Latino americano" e "o igualitarismo europeu" - com quem estão em contato - e as "autônomas". As mexicanas institucionalizadas chamavam "utópicas" às autônomas em 1997, definindo a utopia como falta de congruência política. Essa dicotomia chegou ao descrédito violento do grupo oposto.

O editorial agressivo de Debate feminista, afirma¹⁶ para desqualificar as posições das feministas autônomas, que a utopia é o recurso das fracas quando não sabem como sobreviver, aí recorrem a ele. "O excesso do discurso utópico - acrescentou o editorial - liquida a possibilidade de amar o que possível; e sem alguma adesão ao possível, a procura do possível, não podemos fazer política uma dimensão humana".

Pouco antes as autônomas expressaram: "tentou-se nos fazer parecer desqualificar as mulheres que trabalham dentro do feminismo institucionalizado. O que argumentamos é

¹⁶ Refere-se ao editorial da revista Debate feminista, publicado com o nome de: A escrita da vida e o sonho da política em 1997, Vol. 15, México.

que nesses lugares são autoproclamadas representantes das mulheres e do movimento feministas e tornam-se especialistas em políticas sobre mulheres. Nós acreditamos que as instituições não são neutras, elas pertencem a um sistema que detêm com seu dinheiro então vai para ser um instrumento político ". (GARGALLO, 2006,pág. 134-135)

Para a filósofa, a ruptura produzida no *Manifesto das Cúmplices*¹⁷ marcava distância com o movimento feminista representado pelas ONGS do Peru, Chile, Argentina e México durante preparação da Conferência de Beijing, em 1995, que, para ela, foi um prelúdio da globalização. Para a escritora, o que estava em jogo era o conceito de "diferença" que acompanhava a autonomia, isto é, a possibilidade de se pensar coletivamente a partir de outro ângulo de enunciação que não fossem aquele dos resultados pragmáticos e das modificações conjunturais. Para ela, a "diferença" é um aporte fundamental na hora de construir autonomia porque incorpora uma série de conhecimentos, saberes e práticas fora da razão hegemônica. Em nosso continente essa diferença, se expressa desde o modelo colonial, baseados na exploração dos recursos, em subcategorizações xenófobas das pessoas em função do modelo produtivo e, principalmente, na cultura do domínio.

1.4 A mulher lésbica como sujeito político

Historicamente, diversos ramos do conhecimento têm se interessado em pensar sobre a mulher lésbica, alguns a partir de uma ótica muitas vezes patologizante e desumanizada, como a psiquiatria e a medicina. Há muito conhecimento produzido a partir de premissas em que a mulher lésbica aparece como sujeito anormal, doente ou incompleto, mas também tem sido construído, pelas mesmas mulheres lésbicas, um conhecimento que reivindica suas próprias

¹⁷ Nome dado por elas mesmas para sinalizar que estavam conspirando e que estavam juntas.

pautas a fim de melhor entender o sistema que as aprisiona. A primeira perspectiva, aquela patologizante e desumanizada, é cientificamente uma análise superada¹⁸, mas que, na prática, ainda se faz presente no pensamento de muitos grupos e instituições sociais. Nos deteremos aqui na segunda perspectiva, aquela produzida pelas próprias mulheres lésbicas, sobre a qual farei uma revisão das principais correntes de pensamento.

Em princípio, a lésbica aparece como uma mulher que tem como parte do seu desejo uma fixação erótico-afetiva por outra ou outras mulheres, como projeto de vida, cujas práticas estão presentes em todas as culturas, raças, etnias, classes sociais, religiões e regiões do mundo.

A área da sexualidade aparece no pensamento moderno como pertencente ao âmbito reprodutivo ou comportamental, algo a ser pensado exclusivamente pelos campos da medicina e da psicologia, respectivamente, e de modo apartado da reflexão sobre a organização política da vida. O lesbianismo vem denunciando que por trás desse ocultamento existe um paradigma social perpetuado pelo modelo de acumulação. O movimento parte do pressuposto de que as ações realizadas no campo supostamente privado estão estreitamente relacionadas aos mecanismos de produção, expressão disso é que os comportamentos chamados "sexuais" foram se transformando, ao longo da história, segundo as necessidades específicas do mercado¹⁹.

Na década de 1960, surgem diversas teóricas lésbicas que buscam repensar suas existências como forma de resposta ao pensamento vigente na época. Eram grupos de mulheres refletindo sobre sua própria opressão em contraposição ao lugar particular que ostentava a masculinidade. Mas o realmente impactante e que demarcava uma linha de pensamento coerente,

18 Nesta perspectiva se detém uma grande parte do pensamento psicanalítico que sustenta sua interpretação sobre a premissa de uma heterossexualidade natural, portanto, a lésbica seria um ser imaturo, fruto da frustração edípica. São importantes, em contrapartida, os aportes teóricos produzidos por Luce Irigaray (IRIGARAY, 1992) quando discute a carga patogênica e patologizante do ódio à mãe, como imposição heterossexual.

¹⁹ O trabalho feito por Silvia Federici (2004), em *Calibã e a Bruxa*, é valioso para compreendermos esta questão.

foi Adrienne Rich no seu texto histórico *Compulsory Heterosexuality and Lesbian existence* (1980) combinado com Monique Wittig no seu *Heterosexual thinking* (1980).

Aqueles textos marcam um início do pensamento lésbico e é uma evidência dos desdobramentos das teorias feministas adaptadas com árduo fôlego, em diante chamados de pensamentos lésbicos contemporâneos²⁰.

Das teóricas que se reconhecem como lésbicas e têm aprofundado suas pesquisas a partir de uma perspectiva que combina a militância com a produção teórica, encontramos valiosas contribuições das seguintes autoras: Audrey Lorde (2010), Cheryl Clarke (1981), Glória Anzaldúa (2016), Cherrie Moraga (1988), Adrienne Rich (1980), Monique Wittig (1980), Jules Falquet (2014), Yuderkys Espinosa (2004), Ochy Curiel (2001), Dorotea Gómez Grijalva (2012). Importante citar que há também as escritoras que partem da crítica *Queer*, mas que não são identificadas como teóricas lésbicas e cujos focos de análise extrapolam a identificação com o movimento político.

Até o final dos anos 60, a teoria produzida sobre mulheres lésbicas se detinha mais na questão da sexualidade. Neste período, quem se contrapõe a este enfoque é Adrienne Rich (*A heterossexualidade compulsória e existência lésbica*, 1980), que questiona a heterossexualidade como um dispositivo dado, com seu fundamento na natureza. Para a autora, há uma ação coercitiva que sustenta o próprio desejo das pessoas, conduzindo à heterossexualidade como padrão normativo.

Um dos conceitos mais polêmicos da autora é o "continuum lésbico", entendido como um traço de identificação que perpassa a diferenciação social. A autora o define como “uma gama de identificação com a mulher, que vai desde os elementos mais comuns, que permitem a amizade e

²⁰ Agora estão se brindando disciplinas dentro das universidades do Brasil com este marco de referencia. Experiência como a disciplina de Pensamento Lésbico Contemporâneo é importante, na difusão e reflexão sobre a realidade das lésbicas no país, e também conta com árdua participação de militantes e ativistas dedicadas à academia. Disciplina oferecida pela Universidade Federal da Bahia UFBA como disciplina de extensão desde 2017.

as alianças políticas, até o amor romântico e sexual" (RICH, 1980, p. 648-649). Seguindo essa orientação, o "continuum" é possível porque as mulheres, de alguma forma mística, seriam as mesmas em essência, o que acaba colocando a noção de gênero sob uma perspectiva naturalizada.

Nesse sentido, é válida a intervenção de Monique Wittig (1980), que desafia o ponto de vista de Rich. Para a autora, os mitos construídos sobre a mulher precisam ser destruídos, política, filosófica e simbolicamente, assim como a mistificação do masculino. Wittig revisita o conceito de "sexaje", desenvolvido por Delphy (1985), para analisar as condições das mulheres como classe social. Sua reflexão parte de uma formação materialista, se pautando na ideia de que a destruição das classes sexuais seria subsequente a uma crise que fosse capaz de subverter a contradição existente entre classe e sexo. Para a autora: "devemos destruir a categoria de sexo. Destruí-la e começar a pensar além dela. Sim, queremos começar a pensar realmente, do mesmo modo que devemos destruir os sexos como realidades sociológicas. Sim, queremos começar a existir" (WITTIG, 1980, p. 28).

Trata-se, portanto, da ideia de destruir as categorias de diferenciação construídas a partir do sexo e, com elas, as realidades sociais que delas se desprendem. A existência lésbica, além de evidenciar os limites do discurso naturalista na sociedade, provoca deslocamentos ao revelar estratégias possíveis de interpelação sobre o conceito de propriedade que se vê fornecida no modelo hetero-patriarcal-capitalista, tanto como a construção da subjetividade consciente. A frase polêmica enunciada por Wittig em seu trabalho *Pensamento Heterossexual* (1980) confirma esta perspectiva. "As lésbicas não são mulheres", afirma ela. A partir desta afirmação nota-se que se vê como superada a apropriação patriarcal no campo privado porque não depende da autoridade do homem para se desenvolver, mas o mesmo não se dá no âmbito coletivo porque depende de um mercado que olha pra ela como mulher entanto explorável. Essa é umas das razões para se interpretar as mulheres desde uma perspectiva de classe, a partir da capacidade coletiva de se criar mecanismos de reapropriação corporal, econômica, social e sexual das mulheres.

O ativismo lésbico vem acompanhado as discussões sobre as questões identitárias e a conformação de novos sujeitos políticos emanadas desde a crítica da sexualidade, buscando responder a seguinte questão: qual sujeito é possível dentro das configurações culturais

presentes? Não é uma pergunta fácil e é importante pensá-la a partir de uma perspectiva interseccional. Há uma produção teórica importante que já vem acompanhando esse processo, o chamado feminismo decolonial, do qual cabe destacar as contribuições de Ochy Curiel a respeito do lesbianismo, que diz:

Não é uma identidade, nem uma orientação, nem uma opção sexual; mas sim uma posição política. Posição que considera à heterossexualidade como um sistema e um regime político. Implica construir a liberdade e autonomia das mulheres em todos os âmbitos. É uma proposta transformadora porque supõe a não dependência nem sexual, nem emocional, nem econômica, nem cultural dos homens (CURIEL, 2010, pág. 8).

Essa posição marca uma estratégia de oposição à opressão, considerando as lésbicas como sujeitos políticos com a responsabilidade histórica de afetar este "sistema- mundo", em procura da própria autonomia. Aquilo que, para Cherry Clark, significa o ato de resistência, porque coloca o corpo na alteridade em que a sociedade organiza, qualifica e estrutura a vida. Ser uma mulher lésbica (sentencia ela) é descolonizar o corpo por meio da desmantelamento do determinismo do poder.

Aqui aparece outra perspectiva no amplo espectro do pensamento lésbico contemporâneo. Segundo Tânia Navarro Swain:

A crítica feminista atual se debruça sobre os quadros de pensamento que ordenam as categorias sexo/gênero na produção do saber e os efeitos de poder que assim são engendrados. Isto significa que a pesquisa teórica se volta para a genealogia do quadro binário e sua pregnância sobre o imaginário social e suas representações (SWAIN, 1999, p. 116).

Em resumo, a questão da identidade e da subjetividade aparece em oposição às teorias de caráter universalista que buscam um sujeito ideal. Há um ponto de quebra na narrativa mais o menos predominante do materialismo com as chamadas teorias *Queer*. De modo geral, todas as teorias feministas denunciam o caráter de obrigatoriedade da heterossexualidade, as últimas incorporando aos estudos culturais um multiforme alcance de expressões de identidades, que vão

desde os estratos mais populares até as narrativas oficiais atravessadas pelo exercício impositivo "do discurso".

Dentro da crítica ao caráter de obrigatoriedade da heterossexualidade se encontra Judith Butler (2002), para quem os corpos e indivíduos são construídos de formas diversas e em interação com estruturas sociais preexistentes ao próprio sujeito. Há, porém, subterfúgios possíveis de ressignificação. Aqui, a tarefa não é mais analisar o sujeito universal, seja "homem" ou "mulher", porque corre-se o risco de serem subtraídos elementos que renunciem a outras formas de identificação. As normas que fazem possível a compreensão dessas categorias genéricas são produzidas a partir da combinação de sexo-gênero-desejo, criando-se uma estrutura dicotômica de verdade ou mentira a partir das noções impostas desde a eficiência sociocultural, ou o que Butler chamaria de "Hegemonia Heterossexual", em que o gênero é preexistente ao sexo, ou seja, pré-fabricado.

Para Donna Haraway (1984), os corpos são nossos geradores materiais que se veem definidos na interação social. Contudo, enquanto na sua definição eles não existem, exceto no contato com as práticas normativas, esses corpos são, então, projetos de fronteira. Nessa linha, o que constitui o ser humano não pode ser definido a partir das práticas sexuais, do gênero ou do sexo, mas sim dos traços de subumanidade, ou seja, o contato, ou choque com as práticas normativas que lhe dão conteúdo e compreensibilidade. Esta crítica impossibilita reconhecer o sujeito por meio da identidade sexual, como se a prática sexual automaticamente fosse traduzida para ele como uma marca imutável de sua personalidade. Aqui as lésbicas colocam-se em um lugar de denúncia de que, mais do que nunca, é importante desmontar as práticas normativas e o regime de verdade historicamente já cimentado na sociedade.

Para Falquet (2014), a existência lésbica não é uma prática singular, de uma pessoa sozinha assentada na base de uma identidade individual ou grupal de tradução de sexo-gênero, mas sim um movimento político, isto é, uma acumulação entre práticas sexuais e alianças materiais de desobediência à heteronormatividade. Nessa mesma linha, Beatriz Gimeno problematiza a noção de identidade dentro do ativismo. Para ela, uma tarefa vital seria centrar-se

no desmantelamento do essencialismo. Como ela sugere, o lesbianismo deveria ser pensado mais como um lugar do que como identidade fixa:

O lesbianismo não é uma essência, é um lugar. Um lugar de onde se parte e ao qual se chega, um espaço em que se situa o corpo material, mas também um espaço simbólico e social, um espaço com enormes potencialidades para as mulheres e, ao mesmo tempo, um espaço de castigo (GIMENO, 2005, p. 36).

A história das mulheres lésbicas está repleta de perguntas, vazios, fragmentações e incompletudes que fazem a tarefa de conceituá-las algo quase impossível. Mas mesmo em meio a tantas incertezas, é possível afirmar que essa história precisa ser pensada a partir de outras premissas que não apenas aquelas das práticas sexuais, mas de outras perspectivas que incluam também as práticas e estruturas de poder. Para tanto, torna-se imperativo descrever o espaço material e a simbologia que o regime heterossexual inscreve nas condições de existência das mulheres lésbicas desde a sua relação com os homens. Do contrário, se analisará do lesbianismo o desejo, as práticas sexuais, o corpo e seus disfarces, a heteronormatividade referencial das práticas sexuais, mas, misteriosamente, desaparecerão as relações de poder que operam especificamente entre homens e mulheres. Sem ter em conta quem são os beneficiários da heterossexualidade, enquanto padrão normativo, e quem são suas vítimas, não podemos entender quase nada do que ser lésbica significa para muitas mulheres e do que significou, para elas, estabelecer relações com outras mulheres ao longo da história. Existe um lugar que cria os conteúdos descritivos desses corpos mediante a recompensa e a punição.

Atualmente, o debate sobre a destruição das categorias identitárias organiza, para algumas teóricas, e despolitiza, para outras, um projeto de enunciação dos grupos mais oprimidos socialmente. Além de viver um desafio importante sobre como dialogar com outras lutas desde o lugar das lésbicas é importante refletir sobre quais são as premissas de corporificações que emergem desses diálogos e, inegavelmente, quais são as condições de poder que entram nesse jogo como tomada de decisões e como forma de representatividade. Além disso, o fato de construir uma identidade como "mal necessário" para avivar as efervescências de luta política deve reiteradamente nos levar a pensar sobre os limites dessa enunciação.

1.5 Autonomia

O termo autonomia tem sido associado a múltiplas atividades humanas. Geralmente, seu uso aparece como sinônimo de independência, possibilidade de governar a si mesmo, sendo relacionado à capacidade que teria uma pessoa de se manter sem necessidade de auxílio externo. Há também um especial interesse em seu uso a partir da análise política, seja pela possibilidade de emancipação de um grupo ou uma coletividade que busca se desenvolver por seus próprios meios. Neste caso, o uso do termo autonomia se dá a partir de uma pluralidade. A ambiguidade das diferentes acepções sobre o termo nos provoca a aprofundar seus usos como metáforas úteis.

Desde Kant, a autonomia é a vontade de ser livre que não consegue desaparecer em nenhum mandato. Ele a entende como “o fundamento da dignidade da natureza humana e toda a natureza racional” (KANT, 1981). A autonomia viu-se subsumida a um problema sobre a liberdade do sujeito, este que é, em grande medida vítima do seu desejo, tendo condicionada sua vontade ao desejo. O sujeito é, para Kant, aquele que confronta as leis a partir de uma interpretação de si mesmo, o que, portanto, está ligado estreitamente ao processo de autoconsciência e autodeterminação, entendida como natureza racional.

Johann Gottfried Herder (1767), no final do século XVIII, ao refletir sobre a originalidade do modo de ser de cada ser humano, afirma que cada pessoa tem sua própria medida. O jeito de ser dependeria do grau de fidelidade que se tenha consigo mesmo. Em uma revisão breve do idealismo alemão, notamos que há uma estreita ligação entre autonomia e liberdade, sendo esta última uma ação de vontade, ou seja, a capacidade de exercermos nossa autonomia na aplicação

de decisões razoáveis. Para Kant, o valor principal da humanidade se encontraria, assim, na "razão pura"²¹.

Em *Fenomenologia do espírito*, Hegel revisa as premissas de Kant e determina que a legalidade racional não é infinita. Essa alegação pode ser entendida como crítica à presunção da atuação moral e mecanismo de conexão à legalidade racional, ou seja, razoar bem está atravessado por uma pré-noção moral, portanto uma norma que inviabiliza o exercício da autonomia em termos radicais. Nessa linha, também refletem sobre o tema filósofos como: Hartmann (1933) quando diz: "O que se quer não é mais o que se deve", Schopenhauer (2005): "A vontade não está dotada de conhecimento, é um impulso cego e incessante"²² e Nietzsche (2015): "A realidade depende da vontade de poder que leva a substituir a Deus na autonomia absoluta, nessa linha matar a Deus é vital para que o homem seja sua própria medida."

A filosofia parece ter obsessão em construir ou elaborar conceitos universalistas, o que torna complexo realizar, a partir dela, análises desde a perspectiva dos conhecimentos situados, em que a realidade está constantemente produzindo novos saberes. Existe uma enorme possibilidade de interpretações sobre o conceito de autonomia, quase sempre, pensadas a partir da relação com o contexto. Partindo da perspectiva do liberalismo político, Taylor (2006) denuncia uma concepção de autonomia despojada de qualquer referência material, seja de sexo, nacionalidade, raça ou crenças, visto que muitos dos componentes que criam o sujeito como indivíduo são produzidos a partir de uma identidade cultural.

Joseph Raz (1988) compartilha desta posição argumentando que a autonomia só pode ser concebida em um contexto determinado de ruptura. Para isso seria preciso renunciar às necessidades individuais em busca de um bem comum, a partir de uma concepção objetiva do bem. Esta busca pelo bem comum se dá a partir de uma crítica, de uma ação de questionamento sobre uma condição social confrontada. Por tal questão, autonomia e crítica aparecem misturadas,

²¹ *Vernunftfaktum der Freiheit* significaria que no processo de nos compreender, continuamente faz as análises de nossas escolhas.

²² Crítica da filosofia kantiana, pág. 27

como processos consubstanciais. A crítica é um exercício da autonomia porque parte de um lugar de reflexão em oposição a algo, e, por outro lado, a autonomia é o lugar propício para a crítica. A crítica, como afirma Descartes (1644), é a capacidade de análise que rompe com o sujeito, objeto ou contexto em que é assumida.

A crítica e a autonomia criam um distanciamento sobre um ato ou ação do qual não se sente responsabilizado, seja por ação moral ou pela valorização do bem comum. A autonomia atua como crítica de um excesso abusivo produzido em um determinado exercício de poder, ou a um excesso de representatividade, gerando aí um distanciamento sobre o processo de confrontação.

Algo, por vezes redundante, na reflexão sobre autonomia é sua utilização como sinônimo de liberdade. Nesse caso, é importante esclarecer que, apesar do uso recorrente dos termos como equivalentes, ambos possuem significados diferentes. A compreensão sobre liberdade tem sido encarada de diferentes formas desde a perspectiva da filosofia, podendo ser interpretada mais como a capacidade do sujeito decidir²³ do que como um estado mediante ao qual este sujeito estaria livre de normas opressivas frente às condições das democracias representativas de tipo liberal dos Estados Modernos.

Para efeitos interpretativos desta pesquisa, usarei autonomia a partir dos seguintes eixos centrais: a ruptura com a verdade única, aquela que nega outras realidades e, portanto, as silencia, e a autonomia a partir das organizações e das interpretações sobre ela. A autonomia é o espaço que permite a crítica sobre uma versão única e indiscutível, portanto, dirige sua força à autodeterminação, entendida como a capacidade de uma pessoa ou de um povo de criar noções sobre si mesmo e sobre a vida. A conjugação desses eixos permite novas interpretações de autonomia que conjugam momentos de quebra nas formas de representação econômica, física, estética e de pensamento que se revelam entre os povos originários e movimentos

²³ Embora seja uma postura muito questionável sobre a real capacidade de decisão que tem uma pessoa diante das estruturas de poder.

emancipacionistas na América Andina e México e, mais especificamente, na Bolívia, Equador e no território livre Zapatista. A autonomia é entendida aqui como um novo paradigma de luta frente à colonização dos povos e de seus territórios, estando, portanto, atravessada pela capacidade de livre determinação.

O potencial da autonomia como estratégia de ação política é algo que depende da capacidade de se revalorizar continuamente os fluxos e as alianças possíveis para a obtenção de um bem maior, quase sempre relacionado com a liberdade. Neste ponto, é importante analisar o que é feito a partir da persecução de valores previamente socializados.

Finalmente, desde a perspectiva de priorização das pautas em função da temporalidade (em concordância com o antes exposto) significa a capacidade de decidir, segundo seus próprios tempos, ações para a consecução de suas prioridades.

Parto da ideia de que a autonomia é um processo de construção. Processo este que explodiu sob o perigo da institucionalização da luta feminista sinalizando e alertando para a perspectiva neoliberal das agendas pela igualdade moderna. Francesca Gargallo é enfática ao afirmar que o sentido de autonomia obriga o corpo coletivo a pensar "as demandas que se dirigem, para o bem ou mal, a quem controla o poder. E processar implica concordar, reduzir a própria ideologia, evitar o confronto" (GARGALLO, 2006, p. 151-153). A autora faz referência ao momento que atravessa a América Latina e o Caribe em sua relação com as estratégias institucionais. A seu ver, o neoliberalismo esmagou qualquer expectativa de se pautar essas estratégias a partir do corpo, implantando, em contrapartida, estratégias simplistas de políticas identitárias.

1.6 Enfoques da Interseccionalidade das relações sociais.

O enfoque interseccional é um desafio necessário para as pesquisas sociais. No caso dos estudos sobre mulheres lésbicas no Rio de Janeiro tornou-se quase que um imperativo analisar suas trajetórias através das lentes dos marcadores sociais de diferença²⁴ a fim de vitalizar a experiência das militantes que têm conseguido dialogar, desde sua negritude e sexualidade, com uma "outra" experiência organizativa.

Uma das questões mais importantes para esta pesquisa foi à decisão de trabalhar com o conceito de interseccionalidade. No início, pela tradição materialista, foi possível ingressar nesse mundo teórico e prático, a partir principalmente do conceito de Consustancialidade²⁵. São dois enfoques teóricos distintos, mas que estão pensando o mundo e a realidade contemporaneamente.

Uma das condições de abordagem da interseccionalidade é a constante prática interpretativa da realidade como discussão alimentada por diversas contribuições e não centrada na pura conceitualização. A interseccionalidade é uma área desafiadora do conhecimento por conseguir evidenciar as atuações de corpos invisíveis, como produtores de conhecimentos e com uma enorme capacidade de sedução. O conceito nos ajuda também a entender porque as coletivas lésbicas autônomas são lideradas e dirigidas por mulheres negras e periféricas, um dos focos de reflexão desta pesquisa.

A interseccionalidade permite descrever as desigualdades sociais, pensando-as para além dos estudos culturais e a partir de um sujeito atravessado por múltiplas identidades. Portanto, faz-se vital desconstruir um olhar sobre a relação entre matéria e cultura como coisas opostas, tendo-se em vista que, como afirma Karl Marx: “toda vida social é essencialmente prática. Todos os mistérios que conduzem a teoria ao misticismo encontram sua solução racional na prática humana

²⁴ Sistema de classificação produzido socialmente a partir do qual as pessoas são lidas em função de marcadores, ou seja, a partir da diferença que elas têm em relação a um projeto ou protótipo de normalidade, geralmente associado aos discursos e aos padrões de sucesso, beleza, cor, idade, procedência e capacidade funcional.

²⁵ Entendida por Falquet (2017) como a unidade da estrutura de dominação que expressa seu domínio a partir da correlação substancial da raça, sexo e classe; não compete entre estes três eixos estruturais de poder, ao contrário se expressa simultaneamente como um todo.

e na compreensão dessa prática" (MARX, 2007, p. 534). Considerando a materialidade não como algo necessariamente econômico, mas sim como um complexo entrelaçamento de práticas sociais, é vista como um acúmulo de representações que dão sentido e referência a práticas naturalizadas.

Em termos gerais, existem duas vertentes que discutem a interseccionalidade, cada qual a partir de premissas e enfoques distintos. Por um lado, temos as feministas que aparecem na discussão pós-estruturalista, principalmente nos Estados Unidos, das quais se destacam Crenshaw (2000), Piscitelli (2008), Collins (2017), Sotero (2013); De outro, temos a vertente do feminismo materialista Francês, representado aqui por Kergoat (1987) e Hirata (2014) como consubstancialidade.

Segundo Hirata, a diferença entre duas vertentes não reside principalmente na estrutura teórica e na origem da fundamentação, que, no caso da primeira vertente, toma de Foucault o conceito de relação de poder, sendo esta desproporcional e fundamentada entre a autoridade e a obediência. Já na segunda perspectiva é analisada essa capacidade de diferenciação como uma instituição social, isto é, como estrutura reguladora e normativa que fundamenta a vida social. Ainda que as duas posições compartilhem da ideia da não hierarquização das formas de opressão, tanto Crenshaw como Kergoat teriam pontos de partida diferenciados.

Por um lado, Kimberlé Crenshaw²⁶ propõe uma reflexão sobre interseccionalidade a partir das seguintes premissas: a primeira ela chama de "*interseccionalidade estrutural*", que trata da posição diferente das mulheres em função da raça e do gênero no cotidiano. A segunda é a "*interseccionalidade política*", que seria a dupla negação sobre a violência vivenciada pelas mulheres negras, tanto pelo movimento feminista como pelo movimento antirracista:

A interseccionalidade é uma proposta para “levar em conta as múltiplas fontes da identidade”, embora não tenha a pretensão de “propor uma nova teoria globalizante da

²⁶ Ela criou o termo de interseccionalidade à academia e ao feminismo norte americano nos anos 1980. Atualmente é professora da Universidade de Califórnia e Nova York.

identidade”. (CRENSHAW. “Demarginalizing” a intersecção de raça e sexo; uma crítica feminista negra da doutrina da discriminação, teoria feminista e anti-racista, 1989).

A partir da interseccionalidade é colocada em discussão a possibilidade de trabalhar conjuntamente identidade e desigualdade social a partir da incorporação de marcadores de diferenciação social, que, para Bilge (2009), perpassam as categorias de classe, raça e sexo.²⁷ Danièle Kergoat (1987) explica como a interação entre estes marcadores de diferenciação não pode e nem deve ser interpretada isoladamente. O diferencial da autora se concentra em seu entendimento da transversalidade das relações sociais centrais entre sexo, raça e classe que, para ela, são consubstanciais²⁸. Mais que uma relação, elas seriam parte integral de uma mesma estrutura.

Para Helena Hirata:

A controvérsia central quanto às categorias de interseccionalidade e consubstancialidade se refere ao que chamo "interseccionalidade de geometria variável". Assim, se para Danièle Kergoat existem três relações sociais fundamentais que se imbricam, e são transversais, o gênero, a classe e a raça, para outros como Sirma Bilge a intersecção é de geometria variável, podendo incluir, além das relações sociais de gênero, de classe e de raça, outras relações sociais, como a de sexualidade, de idade, de religião etc. (HIRATA, 2014, pág. 6)

²⁷ Bilge define interseccionalidade como: "... uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais"(BILGE, 2009, p. 70).

²⁸ O termo faz referência à capacidade de uma substância pertencer em essência a outra. Deriva do latim, "consubstantialis", que literalmente se refere ao que é substância de outra ou relativa a outra.

Para Kergoat (2012), o risco é que a relativização possa contribuir para a reprodução da violência nas relações sociais, assim como para a persistência de se continuar analisando realidades a partir de categorias excessivamente teóricas, perdendo-se de vista a anatomia social e suas dimensões de dominação, ou seja, privilegiando uma em detrimento da outra. Isso faz com que a "interseccionalidade de geometria variável" seja entendida como acumulação de categorias analíticas e não vista desde o ponto de vista da ação simultânea de uma força solidificada.

Estas duas vertentes (interseccionalidade e consubstancialidade) contribuem a uma aposta muito importante de interpelação social, que não deve ser olhada desde a disputa da razão entre elas. Ao contrário, e retomando o início deste capítulo, são enfoques que respondem a contextos influenciados por distintas correntes de pensamento, um deles colocando maior ênfase na raça e no gênero, e o outro, na classe social. Elas conseguem evidenciar que os contextos e os sujeitos estão interagindo dinamicamente. Patrícia Hill Collins se refere ao tema como “fase intermediária dos estudos de raça, classe e gênero, aos quais vieram se agregar ao longo do tempo as noções de sexualidade, de idade, de atitudes, de etnicidade e de religião, que refletiam o dinamismo dos movimentos sociais na sua origem” (COLLINS, 1990, p. 72).

O ponto central da análise, que é compartilhado em comum pelas escolas de produção acadêmica, tanto francesa como estadunidense, é a concepção de que a interseccionalidade não hierarquiza os diferentes aspectos da opressão. A não hierarquização contradiz a categorização tradicional das ciências sociais e políticas porque evidencia que o modelo de opressão não atua simplesmente na superioridade de uma relação social sobre outra, pois a forma de atuação dessas relações sociais são entrecruzadas ou imbricadas. A natureza das relações sociais combina, assim, equidistantemente as opressões.

O ponto de partida das reflexões de Helena Hirata sobre a teoria interseccional é a conceituação do sistema de opressão e sua categorização para posterior compreensão de seus tipos de interação. O ponto de partida da teoria consubstancial é a procura pelos movimentos entrelaçados destas estruturas de poder na história como constituidores interdependentes do eixo de reprodução da própria realidade. Dentro dessa perspectiva dos pontos de partidas que são interpretados como elementos diferenciadores dos estudos interseccionais e de consubstancialidade, é importante a crítica feita por Collins sobre o objetivo da incorporação da

interseccionalidade, não simplesmente como ferramenta de pesquisa, mas sim como ferramenta de luta política em procura da justiça social:

O meio universitário está mais interessado em desenvolver análises teóricas sobre a maneira como o mundo está organizado. Um "tal meio" privilegia questões metafísicas da verdade em detrimento da justiça como instrumento, permitindo estudar tudo sem necessidade de estar relacionado à experiência que as pessoas de cor têm da injustiça social, do social ou da justiça social (COLLINS, 1990, p. 72-73).

Collins intervém de forma audaz a fim de recuperar a interseccionalidade como ferramenta política. Seguindo sua perspectiva, esta pesquisa argumenta que as lésbicas autônomas conseguem fazer uso da interseccionalidade como potência política. Isto significa que o lugar onde as mulheres se organizam e militam tem recuperado a possibilidade de evidenciar as relações de dominação que pesam sobre elas, conseguindo, ao mesmo tempo, revisar na sua atuação os grupos que ficam de fora das ações emancipatórias. Fazendo um apelo recorrente à história, elas conseguem analisar cada passo dado medindo também o nível de impacto dessas decisões.

Nesse sentido, tanto Collins como Bilge enfatizam que a interseccionalidade é uma forma de combate às opressões múltiplas, mas que não se limita à explicação, sendo, principalmente, um instrumento de luta política. Portanto, é ao mesmo tempo projeto de conhecimento e arma política (COLLINS, 1990).

Os conceitos de raça, sexo e classe que serão interseccionados se somam ao de sexualidade como mecanismos inseparáveis que agem simultaneamente na vida das mulheres lésbicas negras e autônomas. A noção de classe é entendida aqui a partir das relações humanas com os meios de produção, marcadas pela impregnação do ponto de vista econômico afetando comportamentos e representações ideológicas sobre a vida, a pessoa e a natureza²⁹.

²⁹ É referente ao conceito de classe social de Karl Marx.

Sexo é uma categoria criada socialmente e faz referência aos traços supostamente biológicos utilizados como forma de normatização e hierarquização do poder. A partir dele se cria uma força opressiva que legitima a supremacia de parte dos homens sobre a corporalidade e subjetividade das mulheres. Além disso, se reforça a ideia de binaridade. O gênero faz referência justamente a essa experiência de vida das mulheres em um mundo dirigido, governado e produzido pelos homens, portanto, o desafio não é simplesmente a narração passiva, mas sim nos liberarmos dele (GARGALLO, 2006). Por fim, a raça é um sistema de sistemas, que aparece como imposição colonial, servindo, portanto, para legitimar a violência a partir de uma necessidade binária supremacista em que se naturaliza o colonizado e o colonizador. A raça não existe, é uma invenção colonial, mas na sociedade esta ideia legitima a organização das pessoas entre superiores e inferiores por traços físicos, culturais, de cosmovisão do mundo e da vida (QUIJANO, 1992).

Todas essas concepções confluem para a criação de um regime hegemônico que atravessa nossa noção de humanidade. A diferença, desde o ponto de vista da crítica interseccional, é que se alerta sobre a relação inseparável que cria, por um lado, expressões, modos de vida e estéticas legítimas e, por outro, desvaloriza outras em uma relação de co-dependência.

1.7 Matriz de dominação

Patrícia Hill Collins (2000) denomina como *matriz de dominação* a forma como está organizado o poder em uma sociedade. Ela revela uma singular e especial forma de pensar interseccionalmente os sistemas de opressão que respondem a uma conformação histórica e social específica. Ao invés de focar em uma estrutura única da desigualdade, a ideia de matriz coloca ênfase em conexões e interdependências

A matriz de dominação se vê expressa na relação entre quatro mecanismos próprios da dominação que se manifestam de maneira estrutural³⁰, disciplinar³¹, hegemônica³² e interpessoal³³. Para a autora, isto não significa que a matriz seja exata na sua forma de operar, pois ela está, principalmente, repleta de contradições. Em suas palavras:

Parte deste primeiro passo é ver que as pessoas têm uma tendência a identificar com uma opressão, provavelmente a mais experiente, e considere todas as outras opressões como menores. O tendência na mente das pessoas, que a opressão que sofrem tornar-se o mais importante. Isso leva a um tipo de contradição onde o oprimido se torna opressor A opressão é cheia de contradições porque essas abordagens não reconhecem que uma matriz de dominação contém poucas vítimas puras ou opressivas (COLLINS, 2000, pág, 287).

Não é possível subverter a matriz de dominação se não por meio da ação simultânea entre os quatro níveis de inter-relação do poder. Mas, pela própria natureza de ação desses âmbitos, os menos susceptíveis a mudanças e transformações são os mecanismos estruturais e disciplinar, sendo os hegemônicos e interpessoais mais abertos³⁴. O domínio interpessoal é mais passível de mudanças porque parte da consciência do sujeito com seu próprio eu. Este ao tomar consciência

³⁰ Diz respeito às estruturas sociais, como a economia, a política e a religião. Dentro da matriz de dominação, o domínio estrutural se manifesta como a organização geral do poder, geralmente lento e contrário a mudanças.

³¹ Termo conceituado por Michel Foucault (1976) para fazer referência aos mecanismos de poder que consistem na organização e controle dos comportamentos humanos. O domínio disciplinar se expressa na eficiência e na racionalidade das práticas habituais de rotina.

³² Tem relação com a legitimação da opressão pela influência da cultura (linguagem, valores, ideias). Para Collins, é aqui onde se juntam tanto a dominação estrutural como a disciplinar.

³³ Interações que conformam nossas vidas cotidianas.

³⁴ Com essa abordagem se tenta refutar a direção assumida da mudança social como racionalmente impossível, ou seja, que não há possibilidades de concretizar esta mudança por meio de reformas, mas, obrigatoriamente, a partir de uma revolução.

torna “possível ver como nossos próprios pensamentos e ações estão à frente de outra pessoa subordinada” (COLLINS, 2000, pág. 287).

Para uma análise interseccional da *matriz de dominação*, Collins propõe revisar os postulados da sociologia positivista, produzindo, assim, o que ela tem chamado de *epistemologia alternativa*³⁵. Ela adverte que "apenas as pessoas que experimentam as consequências de sua existência social podem seleccionar as metodologias e os temas para serem pesquisados (COLLINS, 2000, pág. 258)." Trata-se, portanto, de um conhecimento situado.

Outro destaque faz referência à validade do conhecimento. Nas ciências sociais, por excelência, o conhecimento é produzido no debate, a partir da capacidade de se contrastar teorias. Na concepção de Collins, o debate interioriza a contradição como forma de validação, isso significa que uma coisa é ou não em função do melhor argumento. Desde a perspectiva da *epistemologia alternativa* o que deve instar é o diálogo, ou seja, a capacidade de compreender relacionamente.

Parte dessa contribuição é sua maneira muito particular de descrever a consciência. Pensando a partir do movimento feminista negro dos Estados Unidos, Collins pensa a consciência como entidade em continua negociação e evolução e propõe alimentar com experiências de vida as pautas do movimento feminista em um efeito dinâmico, em que essas mesmas pautas venham a ser reinterpretadas de modo contínuo. Para Collins, a disputa que existe entre desafios comuns e diversidade nas respostas e atuações, com um ponto de vista e experiências diversas, deixa aberta uma brecha sobre qual poderiam ser produzidas medidas mais eficazes na procura de justiça social. Para ela, o modo mais adequado passa pela capacidade de incidir nas mudanças de pensamentos para que estes, por sua vez, possam mudar comportamentos. De novo, deixando uma grande tensão na capacidade interpessoal de domínio.

Um dos principais aportes dessa análise se encontra na estreita conexão existente entre as esferas públicas e privadas, ou seja, dos pressupostos políticos a partir do quais atuamos

³⁵ “Teoria do conhecimento que se estrutura sobre a experiência vivida pelas pessoas e não sobre uma posição previamente objetivada” (COLLINS, 2000, pág. 258).

socialmente, em que a experiência, se bem diversificada, cria um conhecimento específico que, por sua vez, é incorporado como empoderamento para a subversão do poder. É nessa linha que as experiências das mulheres negras autônomas produzem práticas de ocupação e manifestação pública de suas demandas, materializadas em ações, ou seja, na conquista do poder.

1.8 Considerações teóricas

O desafio teórico por trás das automeadas "lésbicas autônomas" e sua atuação coletiva nos obriga a ter um panorama macro, médio e micro, tendo em conta contextos sociais complexos e dinâmicos. Para isso foi necessário historizar seu aparecimento sempre com um olho no presente e outro no passado.

A teoria dos novos movimentos sociais é esse momento de irrupção de um novo paradigma de organização social, que conseguiu materializar um desconforto sobre os espaços não legítimos da política formal, ao mesmo tempo em que coloca em pauta a possibilidade de inovação cultural como um objetivo desejável. Em nosso caso, o sujeito "lésbica" materializa a inovação da cultura da sexualidade a partir da construção de uma identidade, conjugando teoria e prática como uma condicionante de transformações imediatas e vivíveis.

A lésbica não é vista a partir da perspectiva da sua preferência sexual, é mais um corpo denunciante. Existe conscientemente para demonstrar que detrás da sexualidade existe um regime político, portanto, a lésbica leva incorporado no seu corpo a possibilidade de desobediências emocionais, econômicas, sexuais e culturais contra o heteropatriarcado.

Nas palavras de Cheryl Clarke (1981), a mulher lésbica tem descolonizado seu corpo combatendo, tanto na esfera pública como na privada, a estrutura do modelo de exploração patriarcal que se constrói e se fortalece com o capitalismo, o neocolonialismo transnacional. Portanto, a mulher lésbica enquanto sujeito adquire relevância como movimento político a partir da construção inovadora de suas demandas, nas palavras de Falquet, a partir da "acumulação entre práticas sexuais e alianças materiais de desobediência à heteronormatividade" (FALQUET,

2012, pág. 7), de tal maneira que a identidade deixa de ser aquele formato fixo, para se converter, nas palavras de Gimeno (2005), em um lugar em que se situa o corpo material, acompanhado de um espaço simbólico e social, e também de castigo.

Parte deste castigo é a evidência de que a violência é o que sustenta o próprio patriarcado, violência que é estrutural e que atravessa todas as etapas da vida. Essa violência não foi nomeada e, ao contrário, parte da sua eficácia foi o convencimento de que existe algo "natural" nela, como uma marca impregnada no momento do nascimento, e que os corpos são diferentes não em sua diversidade, mas sim na sua desigualdade. E a desigualdade é essa forma disfarçada de manter um modelo de exploração como o conhecemos e que está constituído por marcadores de diferenciação, expressos na forma como o mundo e seus filtros de controle têm organizado a humanidade em termos de rentabilidade e ganância.

As mulheres, em toda sua diversidade, têm criado diferentes alternativas teóricas e práticas de luta contra essa opressão. Uma delas é a corrente autônoma, que rompe com o perigo de institucionalizar as pautas das mulheres dentro do olho regulador do Estado e dos organismos internacionais. Essas mulheres aparecem com maior força nos anos 1990 como consequência de novas configurações de controle internacional e giros na política exterior, tanto dos Estados Unidos como da União Europeia. No caso da América Latina, o apoio veio pela cooperação norte-americana que deixou instalada as pautas de participação, muito marcadas por um viés moralista, como o behaviorismo.

Aqui foi mais evidente o abandono da luta pelo prazer e corpo do movimento feminista e, ao contrário, se fez importante o trabalho técnico, de especialistas e com resultados medíveis e quantificáveis, como marca do momento neoliberal. Frente a isto houve resistência organizada de mulheres que, a partir de sua multiplicidade e diversidade, têm contribuído para a reflexão e ação de uma outra política. São as mulheres autônomas que, com o movimento, debateram arduamente a falsa ideia de igualdade vigiada na agenda dos Estados, propondo a criação de uma utopia desejável e possível a partir da construção do princípio de autodeterminação.

Com o movimento autônomo lésbico isso foi possível na medida em que permitiu pensar desde dentro e a partir da construção de uma identidade. A autonomia é analisada como a contestação de uma verdade única que nega a realidade das "outras"; também como estratégia

política para a construção de alianças voltadas à consecução de utopias produzidas de fora para dentro, sempre em relação com a noção de temporalidade, ou seja, a localização das pautas em um contexto temporário que responde a perguntas de quando, como e em quais circunstâncias.

Para finalizar, o enfoque interseccional como ferramenta política nos lembra sobre os lugares que habitamos, nos lembra que a resistência tem cor, classe, sexualidade e nomeia a permanente resistência dos corpos contra as normas, tanto como a produção de novas subjetividades. Aqui, a conexão com o lugar que se habita está produzida pela raça, classe, sexo e outros marcadores de diferenciação. Trata-se de um enfoque que permite resgatar a experiência cotidiana das coletivas lésbicas autônomas da cidade a partir da produção de pensamento, como portadoras de valor simbólico, e registrando o aparecimento de um novo sujeito de enunciação: a "lésbica negra autônoma", a ser pensada em sua historicidade. É uma produção de conhecimento manifestada nas ações executadas, que não são casuais, mas sim e fundamentalmente provocadas.

1.2 Metodologia

A metodologia proposta para esta pesquisa é de caráter qualitativo e procura a máxima proximidade com o sujeito de estudo. Foi compilada através de fontes bibliográficas primárias e secundárias, como também a revisão de arquivos de produção das coletivas e do movimento lésbico em geral, disponibilizados digitalmente.

Procurou a compreensão aprofundada das coletivas que conformam a Frente Lésbica do Rio de Janeiro no contexto da formulação da proposta de lei da visibilidade lésbica, apresentada em 2017.

Além do caráter descritivo-reflexivo, a pesquisa procura permanentemente os significados, tanto dos cenários e das agrupações quanto das ações e da produção teórica desenvolvida nesta trajetória. Assim, o estudo procura conhecer o olhar dos sujeitos em uma contínua re-significação, considerando-os como um todo integrado, complexo e dinâmico.

Toma-se, o presente estudo de caso, como estudo particular que permite a criação de hipóteses que possam inferir conclusões, portanto, este caso apresenta uma aproximação densa e única, que deve ser analisada em vários graus de profundidade. O estudo de caso oferece para a análise elementos de sentido e o significado das identidades (neste caso, da identidade política lésbica autônoma) em procura da sua subjetividade. Por outro lado, recolher os sentidos da vida cria a oportunidade de se refletir sobre um passado imediato. A pesquisa propõe identificar as interações simbólicas que coabitam o significado e a compreensão das ações das pessoas.

Além das fundamentações teóricas já descritas (MONJE, 2011), na implantação da metodologia participei ativamente das atividades das coletivas, assistindo aos eventos públicos programados, fazendo registros audiovisuais para a análise, solicitando sempre sua aprovação assim como a necessidade de observar os grupos com fins investigativos.

Um elemento importante nesse sentido é a história oral das militantes (elemento observado tanto no processo de capacitação delas, quanto na participação delas na história em comum). A história oral privilegia a palavra como veículo de comunicação quando há pouco conhecimento e experiência registrados por escrito. Os dados coletados têm sido recompilados para efeitos de análise *ad posteriori*. Nesse sentido, a história oral consegue recuperar elementos alternativos dessa narrativa.

Elaborei, a partir de encontros de aproximação, entrevistas semiestruturadas³⁶ para as militantes das coletivas autônomas na cidade que participaram publicamente na construção da proposta legal. Tais entrevistas foram organizadas a partir das três grupos: Coletiva Visibilidade Lésbica, Sapa Roxa e Liga Lésbica Brasileira.

³⁶ O modelo de entrevistas utilizadas está disponibilizado nos anexos.

Ao se tratar de população com dificuldade de acesso, com uma clara estigmatização social, além da condição de violência permanente e sistemática, o que leva a ter cuidados de proteção adicionais para se resguardarem; usei o mecanismo de amostragem em “bola de neve”, que consiste nas “cadeias diretas de referência”, ou seja, indicações oferecidas por membros da própria coletiva para outras militantes envolvidas no processo.

A técnica consistiu em uma amostra não aleatória, onde uma pessoa indica a outra, priorizando líderes das coletivas, com um máximo de três pessoas por agrupamento. Nesse sentido, reproduz-se uma reconstrução sobre os processos coletivos, como reuniões e assembleias; dos quais se considera a capacidade narrativa de quem esteve presente.

Apesar da restrição própria da ferramenta, cuja maior crítica é o enviesamento da amostra, a presente pesquisa se propõe a avançar a partir de uma técnica de triangulação de verificação, através de três segmentos selecionados:

- Coletivos Lésbicos intervenientes;
- Equipe Jurídico e de Gênero da Vereadora Marielle Franco;
- Acadêmicas pesquisadoras em áreas pertinentes, das quais enfatizei o trabalho de Dossiê de Lesbocídio (2017).

Na revisão histórica dos eixos centrais que contribuem à conceituação de autonomia e visibilidade como elementos substanciais desse sujeito de pesquisa, identifiquei três momentos determinantes contemporâneos brasileiros. Estes são:

- O processo político de redemocratização, analisado em outras pesquisas históricas; Facchini, (2003), Cruz (2015), Green (2000), Macrae (2018), Green (1998) Roth (1983).

- A crise da AIDS, que chamo de “tecnificação da militância Gay”, eixo abordado em pesquisas da área da Saúde desde a perspectiva das mulheres lésbicas; De Almeida (2009), Fernandes (2018), Bird (1999), Galvão (2000), Landau (2011).
- As Jornadas de Junho 2013 e o aparecimento de novos atores sociais, concomitantemente ao reposicionamento da direita. Charleaux (2017), De Garay (2017), IBGE (2015), Sarmiento (2017)

Para tal revisão e conceituação, elaborei unidades analíticas de análise das *Coletivas Lésbicas Autônomas*, neste caso, das integrantes da Frente Lésbica do Rio de Janeiro (membros das coletivas Visibilidade Lésbica, Liga Brasileira de Lésbicas e Coletiva Sapa Roxa). As unidades analíticas se dividem em:

- Tipo de organização
- Tipos de demandas
- Autonomia da organização/recursos
- Ações

Também usei como proposta metodológica uma “ética e política da interseccionalidade” (COLLINS, 2000) apresentada por Patrícia Hill Collins como "Matriz de Dominação". A partir desse viés da interseccionalidade, elaborei algumas conclusões sobre a experiência organizativa contextualizada. O processo metodológico para se chegar ao término da pesquisa será exposto nas seguintes etapas:

- Descrição das experiências (acumulados de conhecimento sobre o passado recente);
- Análises dessas experiências convertidas em pensamento (reflexões elaboradas a partir dessas experiências);

- As ações propostas (organizativas e estratégicas).

Por fim, se faz importante considerar a proposta de lei como um dispositivo, ou seja, como uma norma legal capaz de modelar e de assegurar as opiniões e os discursos sobre a participação pública das lésbicas na cidade.

Quadro 1. Entrevistas

MAPA DE ENTREVISTAS					
DATA	NOME	ORGANIZAÇÃO	REGISTRO	INSTRUMENTO	TIEMPO
28/04/2018	MARIANA RODRIGUES	LIGA BRASILEIRA DE LÉSBICAS	AUDIOVISUAL	ENTREVISTA EXPLORATORIA	01:44:05
17/07/2018	IARA MORA	EQUIPE JURÍDICO MF	AUDIO	ENTREVISTA-SEMIESTRUTURADA	01:03:12
19/08/2018	ISABEL NETTO	COLETIVA VISIBILIDADE LÉSBICA	AUDIO	ENTREVISTA-SEMIESTRUTURADA	53:23:00
25/08/2018	MILENA CARNEIRO	DOSSIÊ LESBOCIDIO	AUDIO	ENTREVISTA-SEMIESTRUTURADA	01:42:53
25/08/2018	SUANE SOARES	DOSSIÊ LESBOCIDIO	AUDIO	ENTREVISTA-SEMIESTRUTURADA	01:42:53
11/09/2018	MICHELLE SEIXAS	COLETIVA SAPA ROXA	AUDIO	ENTREVISTA-SEMIESTRUTURADA	48:08:22
12/09/2018	ANA CLAUDINO	COLETIVO SAPA ROXA	AUDIO-TEXTO	ENTREVISTA-SEMIESTRUTURADA	27:12:22
17/09/2018	YAYA FERREIRA	COLETIVA VISIBILIDADE LÉSBICA	AUDIO	ENTREVISTA-SEMIESTRUTURADA	48:12:28
27/09/2018	JLO BORGES	COLETIVA VISIBILIDADE LÉSBICA	AUDIO	ENTREVISTA-SEMIESTRUTURADA	01:27:46
27/11/2018	VIRGINIA FIGUEIREDO	LIGA BRASILEIRA DE LÉSBICAS	AUDIO	ENTREVISTA-SEMIESTRUTURADA	01:24:51
06/05/2019	VERONICA TAVARES	EQUIPE GÊNERO MF	AUDIO-TEXTO	ENTREVISTA-SEMIESTRUTURADA	32:36:12

Fonte: Elaboração própria.

CAPÍTULO II

HISTORICIZANDO EXPERIENCIA DE AUTONOMIA LÉSBICA

2.1 Breve Introdução

A pesquisa procurou contextualizar conteúdos interpretativos da autonomia e visibilidade defendidos pelas coletivas lésbicas na cidade desde os anos prévios à construção do novo pacto social no Brasil, formalizado na constituição de 1988, isto é, a partir do momento histórico mais recente como resultado das transições políticas e do novo modelo de Estado³⁷. Para esta contextualização, foi analisada a situação do movimento LGBT desde seus primeiros aparecimentos públicos na história contemporânea, em especial, no século XX, e, mais concretamente, no Brasil em seu período de abertura com o aparecimento dos chamados novos movimentos sociais no processo de redemocratização. Abordou-se principalmente a conformação das organizações mais representativas a partir dos trabalhos de Macrae (1985), Facchini (2003) e Cruz (2015), enfatizando-se a consolidação da categoria *gay* como referência social "tolerada" pela sociedade brasileira.

Já no início da década de 1980, a proliferação da AIDS coloca uma forte tensão sobre a população *gay*. Considerada uma doença associada às práticas sexuais, a AIDS passa a ser tratada como uma "peste *gay*", uma sentença de morte, o que, estrategicamente, é revertido pela militância a partir de ações judiciais contra o Estado para a distribuição gratuita e pública de

³⁷ Embora este seja um trabalho sobre a capacidade organizativa das lésbicas autônomas na cidade do Rio de Janeiro, entendida como um acúmulo de experiências que perpassam a realidade atual, este novo modelo de Estado é um marco histórico determinante para esta investigação e que, portanto, merecerá também um enfoque significativo na reflexão proposta.

medicamentos para a doença e para a prevenção; tudo isso a partir de uma estrutura organizacional construída em torno dos orçamentos entregues para seu controle. Essa estratégia foi considerada exitosa na judicialização da saúde, levando à conquista de patentes de produção nacional, além de incrementar a capacidade de resposta das organizações gays. Por outro lado, ela também serviu para realçar o impacto provocado pelo recebimento de verba internacional proveniente do Banco Mundial, influenciando na capacidade organizativa do movimento gay, ao mesmo tempo em que tecnificando sua militância.

Outro marco histórico importante foram os protestos ocorridos no ano de 2013, que marcaram uma quebra de página no devir do governo, então representado pelo Partido dos Trabalhadores. Foram revoltas originalmente protagonizadas por estudantes e trabalhadores informais contra o aumento do preço da passagem, mas que foram imediatamente capitalizadas por setores conservadores e especuladores, grandes vencedores do golpe de 2016 e do atual governo. O resultado desse processo foi uma mudança no tipo de organização onde aparecem com maior força as coletivas, modificando as instituições políticas e de representatividade para o local, impactando também nas formas mais contemporâneas de se construir processos organizativos, nos quais as lésbicas autônomas têm desenhando alternativas de construção comum, baseadas na necessidade de subsistência e sobrevivência. Neste capítulo, proponho como antecedentes históricos do movimento lésbico autônomo no Brasil a interação desses três períodos, que confluem para compreensão da autonomia das coletivas lésbicas, objeto desta pesquisa.

2.2 A ditadura com minúscula³⁸

³⁸ Esse uso da linguagem escrita irreverente para problematizar a solenidade com que se discute a ditadura.

A partir dos esforços realizados pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) para fazer repercutir seriamente as ações da ditadura militar contra as práticas homossexuais, até pouco desprezadas, foi demonstrado que existia uma predisposição para um tratamento aos grupos LGBT a partir de uma perspectiva moral e heteronormativa, o que evidencia o caráter coercitivo deste período, que levou as práticas homossexuais a serem categorizadas como assunto de segurança nacional.

Como foi discutido no relatório: Ditadura e Homossexualidade da Comissão da Verdade nos Textos Temáticos, elaborado por James N. Green, Carlos Manuel e Renan Quinalha, as manifestações repressivas da ditadura militar eram apenas uma capa expiatória, já que o medular foi a forma como se deu a classificação das condutas sexuais neste período. "A partir da propagação de discursos positivos supervalorizados como aceitáveis e legítimos", essa classificação era apresentada como parte de uma tentativa de proteção das tradições, da família e dos valores religiosos (GREEN, et al., 2014, p. 302).

Voltando um pouco no tempo, o aumento no número das manifestações contra os governos pós Vargas promoveu um fortalecimento retórico dos grupos favoráveis ao golpe, levando a derrubada do governo João Goulart, com posterior instalação da junta civil-militar, em 1964. Marcadas pelas chamadas "marchas da família com Deus e pela liberdade", essas manifestações aglutinavam católicos conservadores, proprietários rurais e diferentes perfis de empresários, todos eles trazendo o enfrentamento ao comunismo e à corrupção³⁹ como marca principal em seus discursos.

A ditadura à brasileira não se limitou apenas à supressão de direitos e liberdades, mas, sobretudo, endureceu a capacidade de controle de corpos sociais, políticos e individuais com base em uma supremacia puritana de força, o que teria se chamado de "utopia autoritária"⁴⁰, isto é, a

³⁹ O AI-1, a partir do qual se deu início à ditadura, tinha como tarefa justamente a reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil.

⁴⁰ Renan Quinalha (1994) usa este termo, conceituado pelos pesquisadores Maria Celina D Araujo, Celso Castro e Gláucio Ary Dillon Soares, em seu texto *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*.

ideia de controle absoluto em todas as dimensões da vida social. Essa ideia de "absoluto" se materializou, criando uma institucionalidade que tinha como principal ferramenta a ação repressiva que combinava a censura com uma permanente vigilância e espionagem, além de julgamentos arbitrários, permanente propaganda política a favor do golpe, exílio ou eliminação de pessoas contrárias ao pensamento militar, censura educativa e legitimação do modelo econômico.

No caso das práticas não heterossexuais (conferidas à abjeção), o jeito de combatê-las foi combinar uma força centralizada com atos de perícia e espontaneidade individual, das quais se destaca o sistema de vigilância civil, ou seja, pessoas que, sob medo ou convicção, denunciavam eficientemente atividades consideradas atentados contra a moralidade e os bons costumes:

O sistema Nacional de Informação, criado em 1964, tinha propósitos mais modestos quando se converteu, a partir de 1967, no ponto de centralização e comando de uma ampla rede de espionagem. A vitória da chamada linha-dura, representada pela decretação do AI-5, fez com que a espionagem passasse a atuar a serviço dos setores mais radicais, divulgando as avaliações que justificavam a escalada e a manutenção da repressão (FICO, 2004, p. 81).

A construção de um inimigo interno foi capaz de desenvolver estrategicamente o aperfeiçoamento de uma ordem política e sexual, criando um regime tutelar e moral, de maneira combinada, funcional e eficaz. As repercussões desse sistema todo não foram unidirecionais e indiferenciadas. Ao contrário, nesta doutrina absolutista, a população mais vulnerável às represálias político-sexuais era formada por indivíduos oriundos das classes populares, o que foi se aprofundando com a instalação do suposto "milagre econômico", hoje entendido como endividamento excessivo.

A gentrificação⁴¹, como resposta delimitativa do espaço de poder político e simbólico, remarcou a presença conflitante da chamada "bicha pobre". Os "viados" ameaçavam com sua presença o projeto de "cidadão de bem", tudo isso em meio à efervescência provocada por mudanças mundiais de comportamento, pela massificação da TV, com o *Rock and Roll* invadindo os ouvidos da população e, principalmente, com aquela fobia à pobreza que parece aprofundar outras diferenças.

A tentativa de “dessexualização dos espaços públicos” (QUINALHA, 2018, s p.36) foi o incitador inicial, quase sublime, frente à opressão. As primeiras agrupações gays conseguiriam marcar uma pauta de política identitária, dinamizando os espaços de encontro lúdicos, lugares onde se confinam as expressões de efeitos e sexo explícitos. Ao mesmo tempo em que se aguçava o controle público e privado da sexualidade e se criava os conteúdos de desvalorização social sobre essas práticas não heterossexuais, seus frequentadores estavam fertilizando as tentativas de ressignificar o desprezo pelo sujeito vítima da abjeção.

A disputa principal nesse momento foi pela igualdade, protagonizada tanto pelo movimento homossexual como pelo movimento feminista, em que a exigência era o acesso, em condições de igualdade, à ordem simbólica, com foco em macro-debates emancipatórios em contestação aos abusos repressivos.

2.3 A redemocratização e luta das lésbicas pela autonomia.

Na América latina, o início do movimento lésbico homossexual está intimamente ligado à história política de nosso continente (MOGROVEJO, 2000, p 63).

⁴¹ Refere o processo de transformação dos centros urbanos através das mudanças dos grupos sociais neles habitados, onde as comunidades de baixa renda são deslocadas por outros de renda alta. É uma expressão de readequação de espaços abandonados para efeitos de benefício de determinados grupos econômicos, cuja presença ocasiona aumento do custo de vida dos moradores tradicionais.

A representatividade da homossexualidade no Brasil se apresentou com maior intensidade no chamado período de "abertura", como resultado de um conjunto de iniciativas contra o autoritarismo da ditadura civil-militar vigente no país entre os anos de 1964 e 1985. Este momento foi marcado por agitações de caráter regional⁴², fortemente influenciadas pelas manifestações de Maio de 68 na França, e que conseguiram impactar assertivamente o processo político no Brasil. Com elas, houve um fenômeno de forte criticidade, não apenas às estruturas repressivas da ditadura, como também à própria esquerda e aos movimentos sindicais e sociais em seu conjunto.

Mobilizou sujeitos impensáveis desde o ponto de vista da militância de esquerda tradicional, considerando-as como demandas no âmbito do meramente cultural, distrações das reivindicações medulares, ou seja; a luta de classe. Em termos gerais, a luta contra o autoritarismo perpassa também as práticas cotidianas, nas que eram pouco toleradas pelas lideranças monolíticas, com discursos unidirecionais; e, ao contrário, existia certa urgência de diálogo.

Formalmente, nos registros hemerográficos, a homossexualidade no Brasil aparece no cenário público ao final da década de 1970, por meio do jornal *Lampião de Esquina*⁴³ e como resultado da efervescência política localizada nos núcleos de São Paulo e Rio de Janeiro. Se

⁴² Ao longo de todos esses anos, a demanda por terra esteve no centro das lutas populares e da aliança operário-camponesa, com forte apoio estudantil e setores da classe média urbana. Em 1962 Cuba se declara República Socialista e consegue acrescentar a idéia de uma utopia desejável, mas a tentativa de programa socialista começa seu descenso em Chile com o Golpe Militar em 1973 que depois foi espalhando na América toda.

⁴³ Periódico que circulou desde 1978 a 1981 com alcance nacional, sendo desenvolvido com fins de refutar a conotação de "minorias" legitimada na época. Consistiu em um trabalho feito por militantes vários como: Darcy Penteadó, Adão Costa, Aguinaldo Silva, Antonio Chrysóstomo, Clóvis Marques, Francisco Bittencourt, Gasparino Damata, Jean-Claude Bernardet, João Antônio Mascarenhas, João Silvério Trevisan e Peter Fry;

forma, então, o início da construção da identidade gay, que até este momento servia como referência para o que depois seria chamado de movimento LGBT.

Com o movimento feminista, a relação foi construída algumas vezes desde "dentro" e outras desde "fora", em parte, pela resistência do movimento em incorporar pautas lésbicas e também por muitas vezes privilegiar apenas as demandas de igualdade das mulheres heterossexuais, na esfera tanto pública como privada. Muitas mulheres lésbicas continuaram participando do movimento neste período, apesar de se sentirem silenciadas.

Os espaços de discussão (principalmente casas dos militantes) eram majoritariamente ocupados por homens homossexuais com acesso à educação universitária, muitos dos quais estavam de volta ao país há pouco tempo depois de conviverem com movimentos gays, feministas, contraculturais e ambientalistas dos Estados Unidos e Europa durante período de exílio em decorrência da ditadura no Brasil. A respeito disso Macrae comenta que:

João Silvério Trevisan (ao retorno do auto-exílio) havia tentado organizar um grupo no segundo semestre de 1976 para discutir as ideias que trazia depois do contato com os movimentos homossexuais, feministas e ecologistas nos Estados Unidos (MACRAE, 1985, p 220).

A partir desta iniciativa de Trevisan é criado o SOMOS (CRUZ, 2015, p. 46), a primeira e mais importante organização responsável por produzir um estilo característico de militância e um arquétipo de como deveria ser uma organização gay em suas pautas e agenda, "criando uma nova camada de ativistas à sua própria referência"⁴⁴. Nessa organização convergiam diferenças de classe e gênero que brevemente foram identificadas pela militância. Em pouco tempo, teriam sido desmembrados grupos com necessidades específicas, para além da configuração da igualdade homossexual.

⁴⁴ A organização era composta exclusivamente por homens homossexuais, em sua maioria, profissionais de classe média e de nível universitário da grande São Paulo.

É o caso das mulheres lésbicas e dos homossexuais negros, todos eles denunciando que detrás da suposta "igualdade" estava afiançada uma neutralidade diante das diferenças de classe e gênero, o que se manifestava na suposta horizontalidade durante tomada de decisões, no estilo de militância, composta, geralmente, por homens brancos com acesso à educação e alto poder aquisitivo. Os questionamentos não se direcionavam apenas às organizações gays, que estavam no início de sua trajetória, mas iam também para além da estrutura do Estado, com uma arquitetura de "conciliação na desigualdade".

Nesse cenário, e em diálogo com os debates realizados na Universidade de São Paulo, em 1979 sobre a homossexualidade, muitas mulheres lésbicas se viram atraídas pelas discussões sobre a homossexualidade. Mesmo sendo uma minoria óbvia dentro desse grupo, segundo os relatos das participantes (MOGROVEJO, 2000), o discurso de igualdade permitiu, inicialmente, que fossem discutidas algumas de suas particularidades. Mais cedo que tarde, elas se deram conta sobre o caráter utópico da igualdade como ideologia: parecia mais fácil dizê-la que fazê-la.

As lésbicas, enquanto agrupações com participação política aparecem neste período (1979) como um grupo preocupado com outras questões que não exatamente as sexuais, dentre as quais uma das principais máximas foi a não adoção de padrões "ativo/passivo" pelos grupos homossexuais em geral, concomitantemente a uma reflexão sobre as relações de poder e representatividade dentro do movimento homossexual como um todo, como explica Macrae:

Apesar do primeiro grupo brasileiro de ativistas homossexuais, o Somos/SP, ter originalmente pretendido congrega tanto homossexuais masculinos quanto femininos, depois de alguns meses a maioria das mulheres saiu do grupo para formar outro, que fosse exclusivamente lésbico. Isto se deu em grande parte devido ao fato de elas se sensibilizarem por várias diferenças importantes entre a problemática homossexual masculina e feminina, que as levaram a se identificar mais intimamente com as militantes feministas (MACRAE, 1985, p 101).

Edward Macrae (2018, p. 44) enfatiza a necessidade de diferenciar nesse processo de ruptura o que ele chama de “capas de militância” daquilo que foi considerado como “gueto gay”, isto é, grupos de homossexuais, lésbicas e pessoas trans que habitavam as periferias das

principais cidades. O gueto gay eram aqueles frequentadores de: bares, saunas, discotecas, banheiros públicos, etc, que criaram termos para se nomear, rompendo a lógica pejorativa, colocando o termo “entendido” em uma necessidade de não problematizar com sua presença com o *status quo*, portanto se trata de posturas não confrontadoras.

O gueto gay se mostrava mais conservador, tanto em sua exposição pública como nas práticas sexuais, além de mais predisposto à inserção em uma estrutura social por meio da ampliação de direitos e do poder de consumo. A respeito disso, Macrae diz:

Muitos frequentadores do gueto, acostumados a considerar a abertura de novos estabelecimentos comerciais para atender ao público homossexual como "vitória para a causa", também não entendiam as reservas que os militantes de SOMOS expressavam contra a integração dos homossexuais na sociedade de consumo. Pois enquanto os militantes concebiam a questão homossexual como um possível detonador de uma revolução social mais ampla, homossexuais preferiam pensar em conquistar seus direitos dentro da estrutura social existente (MACRAE, 2018, p 58-59).

É criada, portanto, uma disputa interna entre, de um lado, pessoas dispostas a negociarem com outros movimentos e alianças políticas, e, de outro, aqueles que preferiam os espaços a partir do encontro com amigos guetizados⁴⁵. Ambas as posições só encontravam convergência quando se tratava de combater ao autoritarismo. Adicionalmente, a tomada de decisões assemelhava-se mais a uma lógica igualitarista internamente, pelo menos na forma. Embora a luta contra as relações de gênero devesse ser combatida dentro destas prematuras agrupações, os resultados da "abertura" só evidenciam um caráter limitado de participação das mulheres dentro dos espaços de debate político.

⁴⁵ A agenda estava orientada a partir de dois pontos: a inclusão na Constituição Federal do princípio de não discriminação por orientação sexual e a retirada da homossexualidade masculina da lista de doenças mentais do INAMPS, que foi discutida em São Paulo ao final de março de 1979, como a possibilidade de estabelecer entidades jurídicas abertamente homossexuais para o Grupo Gay da Bahia e o Triângulo Rosa do Rio de Janeiro.

Esse processo começa a apresentar mudanças mais significativas a partir de 1980, quando se divide o "SOMOS" em três grupos, dos quais se destaca o surgimento do Grupo de Ação Lésbico-Feminista (GALF).

As lésbicas que participavam dos espaços de SOMOS tiveram os primeiros desencontros a partir do questionamento ao tipo de tratamento que recebiam. As primeiras militantes afirmavam serem alvos de escárnio permanente da militância gay, o que se agravou muito pela resistência ou descumprimento a estruturas ou acordos mínimos de convivência⁴⁶ por pessoas do movimento.

No ano de 1980, o subgrupo de lésbicas formado a partir do "SOMOS" decidiu participar do *III Congresso da Mulher Paulista* se intitulando como *Grupo Lésbico Feminista*. Lá se depararam com uma pauta voltada para a absoluta heterossexualidade das militantes e do movimento como um todo. Pauta esta considerada perigosa e contraproducente às principais estratégias de combate ao patriarcado, ou seja, a luta contra a heterossexualidade compulsória. A politização da sexualidade (entendida como a toma de consciência sobre a organização da produção como a reprodução) foi a arma de interpelação das lésbicas ao movimento feminista, tanto como à luta contra o machismo dentro do movimento gay.

Mas nenhum processo tem, no seu início todos os elementos de coerência teórica – prática. É o caso do movimento feminista que, posteriormente, convocaria uma reunião pequena para discutir, com maior atenção, as propostas dos movimentos lésbicos. Essa reunião se produz em um convento de Valinhos, onde, segundo Míriam Martinho (2000), a discussão “do prazer, do erótico e do orgasmo fizeram desse momento o início de uma relação mais estreita⁴⁷”. O Grupo Lésbico Feminista (LF) não só consagrou o relacionamento entre as lésbicas e as feministas, como também conseguiu fornecer o conteúdo teórico de resistência e organização contra a violência à mulher. Esse foi um dos momentos mais tensos dentro do nascente movimento

⁴⁶ O termo "racha" era o mais comum nas reuniões para o componente lésbico.

⁴⁷ Frase de Míriam Martinho em entrevista concedida à Norma Mogrovejo em *Um amor que se atreveu a dizer seu nome*, 2000, p. 301

lésbico autônomo, já que voltou um grupo majoritário para o trabalho exclusivo de prevenção à violência, com a deixada em segundo plano das necessidades lésbicas e suas pequenas organizações. A respeito disso, Mogrovejo diz:

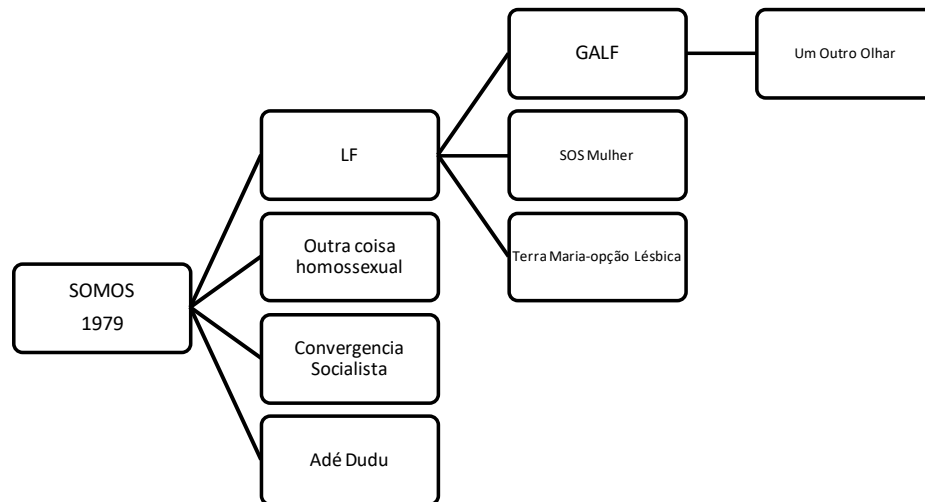
[...] LF iniciou, em torno do tema da violência contra às mulheres, o que posteriormente se chamaria de Frente contra a violência às Mulheres -SOS Mulher. A integração de um grupo de lésbicas nessa frente provocou um rompimento no processo do movimento lésbico autônomo em formação, já que, para algumas militantes, isso significou uma deslesbianização do discurso e do trabalho lésbico, devido ao trabalho contra a violência das mulheres incluir basicamente o trabalho com mulheres heterossexuais, além de ter sido estabelecida a proibição explícita de falar sobre lésbicas, ainda que 90% de suas integrantes fossem sapatonas (MOGROVEJO, 2000, p. 301).

Isso foi também parte da briga posterior com o movimento feminista, que não foi definitiva, por ter, em momentos específicos, precisado mobilizar esforços para que fossem discutidas publicamente as diferenças, em momentos de necessidade de combate a um inimigo mais forte.

Neste processo, Míriam Martinho (MOGROVEJO, 2000) considera que foram as lésbicas aquelas que falaram sobre sexualidade e violência contra as mulheres às feministas, porém elas não tiveram seu papel na história reconhecido, já que agora não aparece como contribuição.

A continuação uma ilustração sobre as divisões ocorridas a partir da agrupação SOMOS, em ela se estabelecem as diferenças tanto raciais como sexuais e suas principais tensões, de maneira muito sucinta.

Ilustração 1. Aparecimento de novas agrupações a partir de SOMOS



Fonte: Elaboração própria.⁴⁸

Em 1980, SOMOS entra em uma fase de divisão entre duas tendências pouco conciliáveis, tendo assim: Convergência Socialista de caráter Trotskista, e Outra Coisa com tendência Anarquista, fizeram fratura com a saída de seus militantes para a conformação de outras agrupações.

Aqui, a corrente autônoma aparece, em um primeiro momento, na confrontação aos partidos políticos e ao Estado, tanto da perspectiva gay como lésbica. Isso fica mais visível na fragmentação a partir de três rupturas da organização SOMOS, em que está incluída também a crítica de parte da agrupação homossexual *Outra Coisa*, cuja desconfiança pela homofobia manifesta dos setores populares, faz com que seja céticos sobre a própria abertura no país. Essa postura reivindica um distanciamento acompanhado de uma suspeita constante na relação com a institucionalidade, aquela que estava formando-se depois da arrogância dos anos de chumbo.

⁴⁸ A partir de revisão bibliográfica primária: (FACCHINI, 2003), (CRUZ, 2015), (GREEN, 2000), (MOGROVEJO, 2000)

Mas, o que fica absolutamente claro dessas discussões é o caráter revolucionário dos novos movimentos sociais diversificando o conceito de transformação social.

A instituição, desde a perspectiva política, é olhada como um conjunto de normas incorporadas na sociedade com a capacidade de regular os comportamentos, isso é uma forma de participar dela que seja ao mesmo tempo incorporada quanto estabelecida. Não é possível não participar de uma institucionalidade, inclusive, de fato, a autonomia produz institucionalidade porque regula uma separação de um grupo ou pessoa frente a um acúmulo de normas que podem ser substituídas por outras, com a possibilidade de construção de outra narrativa da realidade.

Não em vão, as primeiras agrupações homossexuais, construíram estratégias que combinavam a ação legal jurídica com apostas contraculturais. Como exemplo, podemos citar várias linhas de disputa em que mulheres lésbicas se inseriram, como as já citadas LF, SOS Mulher, GALF, além da Chana com Chana. Aqui, a institucionalidade é ambígua e está se fortalecendo ao mesmo tempo em que as ações dessas agrupações colocam em evidência as pautas que viriam a ser desenvolvidas apenas na próxima década, baseadas na ideia de que tanto a igualdade como a diferença merecem diálogos equidistantes⁴⁹.

Existem pesquisas que partem de diferentes pontos de vista sobre a institucionalidade e autonomia do movimento LGBT no período de abertura política. Revisaremos brevemente a seguir algumas destas posturas sobre o aparecimento do movimento homossexual e lésbico, enquanto articulação política:

- Por um lado, a construção de identidade foi privilegiada na autonomia e o conflito formou parte essencial dessa construção, que apenas mudou de estratégia como consequência da "abertura", da emergência da AIDS, da Assembleia constituinte de 1988, da formação dos

⁴⁹A partir destas agrupações, Facchini (2005) discute parte da estratégia usada pela militância lésbica para perdurar o período de declive da epidemia de AIDS pelos coletivos gays, na segunda metade dos anos 80. Isso se deveu ao fato de GALF virar uma ONG, chamada "Um Outro Olhar" e com militância em São Paulo, principalmente.

conselhos participativos e da implantação de políticas públicas nos anos 90 (MACRAE, et al., 1985).

- A crítica mais recente de criação de identidade a partir de engajamentos múltiplos que facilitou a inserção dos militantes na formação de partidos de esquerda e outros movimentos sociais, especialmente com a construção do Partido dos Trabalhadores (GREEN, 2000) (DE LA DEHESA, 2010).

Segundo Rodrigo Cruz (2015), o âmbito de atuação da militância e o ativismo dos coletivos no período de "abertura" colocam tensão sobre a crítica da cooptação partidária, depositando responsabilidade em uma única prática de política formal. Isso não se aplica às estratégias de ações consideradas "novas", construídas pelos "novos movimentos sociais", já que essas estratégias combinam tanto ações consideradas institucionalizadas como aquelas que não o são. Isso significa que as estratégias aplicadas pelos coletivos iam desde o protesto na rua até ações de demanda legal, desde o apoio nas greves sindicais até o lobby parlamentar:

Essa relação teria sido construída a partir do trânsito de ativistas entre movimentos e partidos. Dessa forma, a adoção de repertórios de ação institucionalizados ou a criação de conexões com as instituições políticas não teriam implicado necessariamente em cooptação, desmobilização ou desaparecimento dos movimentos sociais. Os movimentos da geração de 1960, entre os quais os movimentos de mulheres, de estudantes, de homossexuais e por direitos civis, supostamente mais refratários à institucionalidade, atualmente combinam o protesto com a política convencional para influenciar as autoridades (CRUZ, 2015, p. 28).

A leitura desses acontecimentos é interpretada como ondas com (FACCHINI, 2005) (MACRAE, et al., 1985), mas no contexto atual parece ser refutável a partir da perspectiva de Maria Gohn (GOHN, 2012). Para ela, a perda do inimigo em comum (como o regime militar, por exemplo), além da consolidação da Constituinte em 1988, teriam provocado uma mudança

radical no tipo de organização dos movimentos sociais e em seu desenvolvimento de parcerias entre sociedade civil e poder público⁵⁰, com movimentos que centraram sua atuação no setor urbano e que pautaram demandas associadas ao interesses da classe média. Também existe, sem dúvida, um florescimento de propostas empresariais e de ONGs, em detrimento daquelas que correspondiam a uma agenda nacional, no caso dos movimentos sociais populares.

2.3.1 Aposta de autonomia em construção

Este fenômeno de contestação à repressão tem se apresentado -com muitas semelhanças- em diferentes regiões da América Latina, onde o debate mais recente tem se produzido em várias tonalidades das quais as mais confrontadas são: integração contra dissidência ou reformismo contra revolução, posições favoráveis a critérios de eficiência, algumas de estas incorporadas pelas grandes financiadoras, apresentadas como mediadoras para determinar os parâmetros do possível.

Nesse cenário, o movimento feminista não permaneceu conforme, razão pela qual as lésbicas tomaram a decisão de organizar seu primeiro encontro lésbico feminista internacional, contra posturas que buscavam apagar as discussões lésbicas foram, além de violentas, pouco estratégicas. Dentro do III Encontro Feminista Latino Americano e do Caribe (EFLAC), em 1985, a participação massiva de mulheres lésbicas fez com que não fosse mais cancelado a discussão das lésbicas "oficialmente". Neste encontro mais de 1000 participantes de 13 países discutiram suas necessidades específicas, o tipo de violência que experimentavam em suas vidas, também as lésbicas expressaram sua necessidade imperiosa de se organizarem, pois, como disse uma delas: "manter as alianças era possível, mas ceder na execução das suas prioridades, nunca,

⁵⁰ Criaram-se também os Fóruns Nacionais com caráter institucionalizado.

porque o movimento feminista não abordava a questão lésbica, nem a heterossexualidade imposta para todas as mulheres" (FERNANDES, 2018, p. 102).

Dentro desse contexto de agitação mundial e movimentação das lésbicas da região, aconteceu o Foro das Organizações Não Governamentais (ONGS), no Quênia, onde o International Lesbian Information Service (ILIS) fez uma proposta às presentes. Tratava-se da criação da primeira Rede de intercomunicação mundial de lésbicas e grupos de lésbicas ao redor do mundo, além do acompanhamento das denúncias sobre as violações de seus direitos.

ILIS foi uma organização não governamental que fez parte da Liga Internacional de Gays e Lésbicas (ILGA por suas siglas em inglês) até o ano de 1981, em que as fortes críticas sobre a efetiva participação das lésbicas nos espaços de decisão e representatividade, além da sub-representatividade de outras culturas não européias, provocam sua definitiva separação. Formalmente, ILIS recebeu apoio econômico do Governo da Holanda, onde tinham sede, o que permitiu a realização dos primeiros encontros Lésbicos Feministas da América Latina e do Caribe.

A representante de ILIS nas discussões para América Latina foi Silvia Borren, que organizou o convite para o Foro das Lésbicas Latinas, pela primeira vez presentes nesse debate. As convidadas eram parte de uma plataforma de resistência lésbica dentro dos Encontros Feministas do continente, da qual faziam parte: GALF Brasil, GALF Peru, Coletiva Ayuquelén Chile, Brigada de Gays e Lésbicas Vitoria Mercado de São Francisco, Quarto Crescente México, Coletiva Conscientização Gay de Porto Rico (MOGROVEJO, 2000).

O primeiro encontro lésbico feminista foi celebrado no México, em 1987, com uma série de inconvenientes que iam desde a parte organizativa até problemas mais profundos para caracterizar ou definir o sujeito legítimo de participação. O debate se dava a partir das seguintes questões: quais são as características das lésbicas? Como elas se organizam? Devem ser agrupações e não militantes sozinhas? Devem ser agrupações lésbicas e não mistas? Esta foi a tônica da discussão, que exigia -sem ter em conta as condições reais do momento histórico que atravessava a região com seus governos autoritários e repressivos- eficiência na hora de se organizar.

Apresento o resumo dos Encontros Lésbicos Autônomos com as principais tensões e as agendas discutidas para o desenvolvimento dos movimentos na América Latina.

Quadro 2 Resumo ELFLAC

ELFLAC- ABYA YALA				
Nº	ANO	PAÍS	PARTICIPANTES	OBJETIVOS
1	1987	México	70	Conformação Rede ILIS da Cooperação Holandesa. Relação com a esquerda e movimento Gay. Lesbianismo Político e sexualidade.
2	1990	Costa Rica	100	Conformação da rede e disputa pela direção de ILIS. Repressão Estado-Igreja. Identidade lésbica, visibilidade lésbica dentro do movimento feminista.
3	1992	Puerto Rico	200	Conformação da rede ILIS. Múltiplas identidades lésbicas. Entender o gueto.
4	1995	Argentina	125	Questionamento sobre a capacidade do movimento. Assimetrias entre o norte o sur para a participação efetiva. Fortalecimento identitário e supremacia do gueto em prejuízo de outras coletivas. Beijin.
5	1999	Brasil	150	Institucionalização do movimento através de recursos internacionais e estaduais. Participação heterossexual governamental, agenda pre-estabelecida de saúde, violência, trabalho corporal, Rechaço orçamento de FMI e Banco Mundial.
6	2004	México	100	Pressão da cooperação internacional para trabalhar incidência política e diversidade sexual. Ingreso de pessoas Trans no ELFALC. Discussão sobre as especificidades lésbicas. Globalização e políticas de alianças.
7	2007	Chile	250	Análisis sobre a Institucionalidade da cooperação. Fracasso da ação política. Teoría da ação desde a autonomia, día da rebeldia lésbica (13 de Outubro).
8	2010	Guatemala	330	Saída dos Fondos internacionais para a prevenção do AIDS em pessoas Trans. Direccionamento na agenda. Intervenção de pessoas Trans no encontro. Assassinatos de líderes campesinas na América. Encontros com o movimento Gay institucional, alianças feministas
9	2012	Bolivia	150	Cuerpo político das mulheres, análises dos projetos políticos sexuais, eroticos, afectivos, antipatriarcais e anti neoliberalis; formas de articulação e alianças continentais.
10	2014	Colombia	250	Autonomia vs institucionalização, racismo, classismo e militarismo para as mulheres, práticas de resistencia, último encontro

Fonte: várias resenhas, elaboração própria⁵¹.

⁵¹ Arquivos digitais das páginas web dos encontros.

Até aqui, várias frentes têm se desenvolvido em torno do aparecimento desse sujeito lésbico no confronto político. Por um lado, a ideia de violência específica que sofrem as mulheres, a invisibilidade que carrega essa marca do sexo dentro dos espaços de participação homossexuais, a invalidade dos espaços tradicionais de disputa com o poder, como os partidos políticos e sindicatos que tinham uma leitura da sexualidade a partir dos padrões de consumo burguês e, finalmente, em confrontação com isso tudo: a oportunidade de olhar para dentro das lésbicas, pensando quais são os elementos que as definem.

A vivência de um corpo sexuado, a experiência de uma sexualidade dissidente, a herança da escravidão portuguesa na hierarquização social e na luta contra as condições de desigualdade foram determinantes na forma como se construiu o movimento lésbico no Brasil, estes foram os aportes mais significativos do processo de abertura. Um processo que gerou desafios importantes, ainda não resolvidos e que parte da perspectiva da política identitária, mas que vai para além dela.

No seu texto intitulado *Autonomia*, de Rosely Roth, é relevante como ela recorre às disputas desse processo, afinando a percepção sobre as implicações dessas incorporações permitidas na homossexualidade dócil no Estado:

[...] Os novos movimentos alternativos surgiram em 70... Para reinventar a política. A política até então separava o privado do público [...] Uma revolução radical deve começar no nosso cotidiano, já que cada ato executado envolve uma parte da nossa concepção e perspectiva de vida, cada ato pode conter também relações de poder. A questão dos negros, mulheres, homossexuais e ecologistas eram vistas para depois da revolução. [...] Várias defensoras desta posição acham que estar nos partidos, não as impede de serem "autônomas" e de pregarem a autonomia para o movimento de mulheres. Elas colocam que devemos separar os objetivos do movimento de mulheres daqueles dos partidos aos quais as mulheres incorporaram. Isto na prática mostrou-se inviável, já que as mulheres se dividem, se enfraquecem por causa das suas posições partidárias, como ocorre antes e durante as eleições. [...] A mudança deve ser radical

não podendo comportar nenhum tipo de opressões, e, para alcançá-la, é que começamos por construí-la no cotidiano. (ROTH, 1983)⁵²

O processo de redemocratização no Brasil mobilizou uma parte significativa da militância, em clara oposição ao modelo nacional de cidadania. Nesse caso, as lésbicas aparecem interpretadas como o bloco radical de crítica das relações de poder, classe, raça e sexualidade, em meio ao crescimento neoliberal, em que a estrutura do Estado viu-se debilitada diante de uma narrativa mundial de direitos sexuais e reprodutivos, diversidade sexual, direitos humanos, dando-se ênfase em responder a “como?” e não aos “por quês?”

2.5 A crises do AIDS e tecnificação da militância Gay

Na primeira metade dos anos 1980, há uma queda considerável no número de agrupações da militância gay-lésbica no Brasil, sendo a diminuição mais drástica nas regiões de São Paulo e Rio de Janeiro⁵³. Algumas explicações se sobressaem, na visão de Macrae (1985) e Facchini (2003), relacionadas aos chamados “rachas” políticos identitários, que abriram uma bifurcação entre autonomia vs institucionalidade ou reformismo vs revolução, desestimulando a participação do “gueto” por evidenciar as brigas e desqualificações entre os militantes, e colocando tensão sobre a sustentabilidade dos ativistas, dos quais alguns decidiram por trabalhar formalmente em organizações com maiores recursos.

Green (1998) aponta que a ilusão de liberdade pós abertura democrática pode também ter contribuído para uma consideração sobre organizações políticas como não sendo mais necessárias

⁵²Disponibilizada na página web da organização Um outro Olhar: <http://www.umoutroolhar.com.br/2015/08/autonomia-dos-movimento-sociais.html?view=sidebar&m=1>

⁵³ De 22 agrupações, restaram apenas 8, em âmbito nacional, sendo 1984 o ano de menor participação, segundo Macrae (1985).

nas agrupações da primeira metade dos anos 80. A própria desaparecimento de SOMOS fez necessário o estabelecimento formal de organizações como: Triângulo Rosa e Grupo Gay da Bahia, ambos impulsionados pelo próprio SOMOS antes de seu desaparecimento.

GALF, por exemplo, anunciava sua retirada oficial do movimento feminista em 1985, declarando incompatibilidade na agenda, assim como impossibilidade de diálogo e apoio. Nas declarações da militante histórica lésbica, Rosely Roth (1983), o propósito do movimento Lésbico Feminista é de fazer uma política diferente e não só de contestação ao Estado e sua institucionalidade.

Nesse mesmo período, aparece o primeiro reporte de AIDS, em 1983, o que foi um acontecimento bastante discutido pela agrupação "Outra Coisa", em São Paulo. A partir daí, se instaura um ambiente de pânico imediato sobre a possibilidade de se ter um inimigo sexual dentro das filas da própria comunidade. Os primeiros casos de infectados pelo HIV eram de homens, brancos e jovens de classe média, com níveis de consumo alto pelo fato de serem recorrentes frequentadores de espaços gays no exterior, difundindo-se com isso a ideia de uma praga, rapidamente conhecida como a "peste gay".

As agrupações de gays na cidade passaram por um "racha", uma série de desmembramentos quando os casos começaram a aparecer. Um *Outro Olhar* elaborava folhetos informativos para a prevenção do HIV, mas sem conseguir uma difusão que abarcasse a dimensão necessária. Para Parker (1999), as respostas dessas agrupações não eram suficientes diante da dimensão da epidemia, isto também por conta das estruturas organizativas que essas organizações possuíam. Emergiu, nesse momento, uma nova presença de interlocução com o poder do Estado: as ONGS. Há neste processo, a afirmação de uma responsabilidade, aquilo que se tornou quase um lema: o "controle social", entendido como obrigatoriedade do Estado de garantir saúde para todos, sem discriminação, atribuindo o controle ao discurso médico.

As ONGs passaram a mediar o relacionamento com o Estado, sendo que no ano de 1985 existia apenas uma ONG que trabalhava com a questão da AIDS. Em 2010, este número subiu para 795, segundo o Ministério da Saúde (Saúde, 2000). A combinação "ONGS- Sociedade Civil-Estado" alcançou conquistas significativas em termos de Saúde que foram reconhecidas

mundialmente, foram elas: a implantação do SUS, a partir da constituição de 1988, a distribuição gratuita de Haart⁵⁴, no período do governo de Fernando Henrique Cardoso, e a quebra de patente⁵⁵, que no ano de 2007 emitiu uma licença compulsória para produção de genéricos por baixo custo para o Estado Brasileiro. Esta última é de fato a medida política mais exitosa em termos de sustentabilidade orçamental e de equidade distributiva porque fez com que uma empresa pública, a Farmanguinhos⁵⁶, pela primeira vez pudesse competir com as maiores indústrias farmacológica do mundo, o que coincide também com o desenvolvimento da AIDS em cobertura planetária.

Segundo Jane Galvão (2000), há três períodos marcantes na política de AIDS no Brasil: o primeiro, entre 1985 e 1989, foi considerado como "heróico", pelo fato de nele ter sido criado o Programa Nacional de AIDS, em seguida, houve uma etapa de polarização e transição pela crise econômica de Itamar Franco (1990-1992), e, finalmente, ocorreu a implantação de um novo modelo governamental, entre 1993 e 1996, com a distribuição de Haart pelo SUS e posterior quebra de patente.

No primeiro período, há uma concentração em um trabalho voltado para a conscientização das pessoas com AIDS, em parceria com ONGS e com um estilo de campanha impactante, marcado por forte exposição simbólica a partir dos seguintes eixos e metas:

⁵⁴ Com a promulgação da lei Sarney, o Brasil distribuiu gratuitamente pelo SUS o antirretroviral de maior consumo no mundo chamado Haart (terapia antirretroviral de grande atividade).

⁵⁵ Em 2001, José Serra (nesse tempo Ministro da Saúde do Brasil) ameaçou quebrar as patentes de dois remédios: nelfinavir (Roche) e efavirenz (Merck), Sharp & Dhome, argumentando abuso de poder econômico. A quebra não se deu. Em 2005, há uma nova negociação em torno dos valores de lopinavir/ritonavir (Abbott). Em 2007, José Gomes Temporão (Ministro da Saúde da época) decide negociar o preço de efavirenz (Merck) de US\$1,56 por US\$ 0,65. A multinacional não cedeu. Em consequência, decretam o primeiro licenciamento compulsório de um remédio no Brasil, com mudança de distribuidor. A Índia vende por US\$ 0,46 e a Farmanguinhos produz a US\$ 0,60.

⁵⁶ A Farmanguinhos faz parte da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Trata-se de um Instituto de Tecnologia em Fármacos e uma unidade técnico-científica para a produção de medicamentos.

- Redução da recusa ao tratar pacientes com AIDS por parte dos servidores de saúde.
- Controle nas transfusões de sangue, concretamente proibição da distribuição de sangue no Brasil.
- Diminuição da mortalidade com introdução de Haart em substituição de AZT.
- Mudança na política de prevenção a partir dos resultados do comportamento do vírus. Mudança da terminologia de "grupos de risco" para "grupos em vulnerabilidade".
- Distribuição no modelo primário de saúde com enfoque de promoção.

Desse cenário se desprende a arquitetura da implantação atual do sistema de tratamento da AIDS, acelerando acordos de cooperação público-privado, social-estatal, institucional e orçamental, nacional e internacional, o que, nos termos de Facchini (2005), exaure as agrupações na década de 90, deixando um vácuo, ainda pouco estudado, das implicações político-jurídico-corporais, que só poderíamos compreender por meio da consolidação de tecnologias sexuais hoje incorporadas:

Quando iniciei meu contato com ativistas e organizações do movimento homossexual, em 1995, era possível notar que este movimento sobrevivera ao processo de "redemocratização", à falência de seu modelo de organização comunitário e autonomista e ao surgimento da AIDS. (FACCHINI, 2005, p.85).

Em termos oficiais, a combinação desses pontos, perfurou as estruturas comunitaristas⁵⁷ das agrupações da abertura, isso permitiu que novas agrupações identificassem como debilidade

⁵⁷ Grupo organizado para um fim específico cuja toma de decisões se baseia na maioria simples, se desenvolvem com o trabalho voluntário e recusam qualquer tipo de autoridade.

os postulados por elas empreendidas, para se consolidar como agrupações "formais", isso é: com estrutura vertical e definição do status jurídico.

No caso do Brasil, as agrupações gays foram consideravelmente impactadas pela aliança público-privada de controle do AIDS. O movimento Gay viu-se favorecida com uma nova etapa de acréscimo de organizações, aumento de orçamento para seu fortalecimento e monopólio na agenda de combate contra a infecção, foi transladada como eixo consubstancial das identidades homossexuais em geral. Na aquisição de orçamento, a população homossexual teria que desenvolver uma capacidade de tecnificação⁵⁸ para desenvolver multiplas estratégias de controle da doença, passando por uma revalorização de organizações com capacidade de incidencia ao nivel nacional.

O Banco Mundial aprovara em 1993 um empréstimo para o Brasil de \$160 milhões de dólares americanos. O governo agregaria \$90 milhões para a mesma causa, somando uma quantidade de \$250 milhões de dólares para o Projeto de Controle da AIDS e doenças sexualmente transmissíveis por um prazo de quatro anos, processo este chamado de AIDS I, que entrou em vigência no de ano 1995.

Já em 1998, com o compromisso do Banco Mundial de outorgar um segundo empréstimo, a ênfase foi dada em manter o contato direito com as ONGS que trabalhavam com pessoas vivendo com HIV. Aquele empréstimo tinha vigência até 2002, período de maior aumento no número de ONGS registrado no país. Para Jane Galvão:

O influxo de fundos, apesar de ser inegável e criticamente importante para a sobrevivência e o sucesso dos programas da AIDS no Brasil, adulterou a força da sociedade civil, ao fomentar a competição onde antes existia a colaboração e ao

⁵⁸ É a incorporação de novos conhecimentos e novas técnicas para fazer alguma atividade desde o ponto de vista da eficiência. É aquisição de novos conhecimentos e novas destrezas para o fim desejado na área da produção.

estabelecer padrões ainda mais altos, já que os ativistas deveriam ser mais técnicos e detalhistas (GALVÃO, 2011, p. 26).

Sobre as ONGs, o pesquisador de saúde, Renato Barboza, diz:

Mas como nós temos uma realidade em que este terceiro setor entra no Brasil como mercado de trabalho também, você tem uma profissionalização dessas ONGs. Essa profissionalização acabou enfraquecendo o que era na essência uma militância. Eu acho que aquela ideia central de *advocacy*, de ativismo mais como causa e menos como projeto... isso foi enfraquecido, porque nós temos que incorporar a linguagem, incorporar as ferramentas de trabalho. Tiveram que... fazer curso de especialização em gestão do terceiro setor, captação de recursos, elaboração de projetos... e lógico que você tem ONGs com diferentes perfis, ONGs com perfil mais técnico, de militância, de cuidado, casas de apoio, ajuda mútua. São diferentes perfis, mas todo o mundo concorre no mesmo patamar nesses editais. E, lógico, aquelas que são mais preparadas dentro dessa linguagem acabam se saindo melhor, com desempenho melhor. Não que sua militância seja melhor que a outra ("A Aids mudou de cara": memória coletiva e novas oportunidades para o ativismo da Aids no Brasil, 2011, entrevista ao Renato Barboza, p.26).

Depois do empréstimo para AIDS II, o Banco Mundial mudou de estratégia orçamental, o que modificou a capacidade de sustentabilidade das ONGs no país. Os fundos passaram a ser destinados para projetos direcionados exclusivamente para HIV/AIDS no Brasil e, ao contrário, o apoio do Banco Mundial passou a ser destinado para grupos diversificados.

O governo brasileiro cobriu significativamente este vácuo com a modalidade de editais de corresponsabilidade civil, o que Scheffer (2011) chamaria de "ativismo governamental", fazendo referência ao auxílio do governo como estratégia de controle da doença, uma vez verificada a impossibilidade de se conseguir orçamento internacional.

Para o presidente de *Pela Vidda*⁵⁹, Mário Scheffer:

[...] O auxílio dado pelo governo ao ativismo da AIDS dominou tanto a trajetória das respostas à como tornou quase nula a autonomia da sociedade civil. Muitos antigos ativistas do setor sem fins lucrativos passaram a ocupar cargos no governo. Os fundos governamentais ditam quais projetos devem ser executados pelas ONGs, e as “ONGs são cada vez mais absorvidas e afogadas em uma pauta que não é delas” (SCHEFFER,2011 p. 27).

O Programa Nacional voltado para o tema da AIDS se converteria em um eixo orientador desse esforço, na matéria de Saúde, sem possibilidades de réplica em outros casos de doenças transmissíveis, apresentando-se como resposta histórica, única e irrepetível, inclusive, nas palavras da coordenação geral do programa Renata Fernandes:

Tudo o que foi às lições aprendidas no manejo da epidemia de AIDS, nos avanços, a organização logística da distribuição dos medicamentos, o manejo da formação das ONGs, por exemplo, não repercutem em outros agravos da saúde pública, nem no Brasil nem em outros países. Por exemplo, tuberculose, malária, Chagas. Nós não temos essa transferência da tecnologia do programa (FERNANDES, p.33).

O comportamento da infecção, em âmbito mundial, também ressaltou a estreita ligação que existia entre as grandes multinacionais farmacológicas no mundo. O caso do Brasil é paradigmático porque tomou outra direção no caso da quebra de patente de Haart, e é a partir dessa diferença que se faz importante analisar os desdobramentos do impacto nas comunidades, principalmente nas formas de organização da população impactada pela política de Saúde.

⁵⁹ ONG de São Paulo que trabalha com prevenção de AIDS.

2.6 Comportamento da infecção e o orçamento

A estratégia AIDS II⁶⁰, que combinou o trabalho internacional e governamental em articulação com a sociedade civil, reduziu, segundo o relatório (Ministério de Saúde, 2010) de implantação e avaliação, uma prevalência prognosticada de 50% de possíveis infecções, evitando um acréscimo no grupo de prevalência pela metade. O público alvo deste trabalho, realizado entre 1997 e 1999, era formado por pessoas com os seguintes perfis: profissionais do sexo, usuários de drogas, principalmente injetáveis, presidiários, homens que fizessem sexo com outros homens, população rural e caminhoneiros.

O relatório também evidencia o crescimento significativo da infecção em populações fora da prevalência. Este foi o caso das mulheres, que também passaram a ser consideradas como população vulnerável a partir dos anos 1990. Também insere população em situação de pobreza, crianças, adolescentes e jovens, povos indígenas. Diante disso, o foco se voltou para a ampliação do acesso e melhora na qualidade do diagnóstico, além de tratamento e assistência às pessoas portadoras do HIV/AIDS com fins de reduzir a incidência da infecção.

Segundo fontes do Ministério da Saúde (2010), até 1984, 66,4% dos portadores da doença eram majoritariamente homossexuais e bissexuais masculinos, concentrados nas áreas de maior densidade populacional, como São Paulo e Rio de Janeiro. Posteriormente, após 1999, este número cai para 22,33% de prevalência. Já a subcategoria "heterossexual" apresentou uma maior tendência a contrair o vírus no período de 1984 a 1999. O aumento no número de casos provocou dúvidas sobre a relação entre a prática sexual e a identidade sexual, devido à alta transmissão entre indivíduos que declaravam ter apenas práticas heterossexuais. Neste momento, torna-se

⁶⁰ Os itens dessa segunda etapa foram organizados da seguinte maneira: com execução de recursos financeiros no valor de US\$ 300 milhões de dólares, sendo US\$ 165 milhões de recursos em empréstimo e US\$ 135 milhões de recursos de contrapartida nacional, provenientes dos níveis federal (US\$ 78 milhões), estadual (US\$ 32 milhões) e municipal (US\$ 25 milhões). (BIRD, 1999)

expressiva a participação das mulheres na dinâmica da epidemia e passam a ser levadas em consideração todas as categorias de exposição⁶¹.

Quadro 3 Organização de recursos segundo Objetivos

AIDS II BANCO MUNDIAL - BRASIL				
Nº	COMPONENTE	MILHÕES	PORCENTAGEM	GRUPOS DE TRABAJO
1	Componente de Promoção à Saúde, de Proteção dos Direitos Fundamentais e de Prevenção da Transmissão e do Uso Indevido de Drogas	128 USD	43%	<ul style="list-style-type: none"> • Campanhas publicitárias de massa • Promoção de práticas seguras • Intervenções entre subgrupos com prevalência alta • Promoção de não-discriminação pela RNDH • Subprojetos executados por ONG, selecionados de forma competitiva • Serviços de aconselhamento Disque Saúde.
2	Componente de Diagnóstico, Tratamento e Assistência às Pessoas Portadoras de DST/HIV/AIDS	102 USD	34%	<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria da operação, padronização e controle de qualidade em laboratórios de diagnósticos • Assistência e tratamento a pessoas com HIV • Fortalecimento de serviços de diagnóstico e tratamento de DST • Implementação de um sistema de controle logístico centralizado para medicamentos e preservativos
3	Componente de Desenvolvimento Institucional e Gestão do Projeto	70 USD	23%	<ul style="list-style-type: none"> • Vigilância Epidemiológica, incluindo pesquisas-sentinelas • Os Laboratórios de Referência Nacional para HIV e DST, incluindo suporte para controle de qualidade em teste de laboratório, expansão da Rede Nacional de Estudos de resistência a medicamentos • Atividades de treino, incluindo treinamento especializado de pessoal da CN-DST/AIDS • Pesquisa incluindo estudos de sobrevivência, atraso na notificação de casos, infecções oportunistas • Monitoramento e avaliação de atividades

Fonte: BIRD, 1999. Elaboração própria.

Paralelamente ao comportamento da infecção, a estratégia implantada na colaboração tripartite (Banco Mundial, Estado Brasileiro e ONG) destinou incentivos de participação ao terceiro setor de maneira mais agressiva. A partir daí foi se incorporando uma massa significativa de ONGS como intermediárias e interlocutoras diretas da complexa arquitetura organizacional desenvolvida para os propósitos de redução, ampliação de rede e resposta ao fortalecimento institucional público- privado. Aparece, portanto, um cenário favorável para isso, com o

⁶¹ De 25 homens: 1 mulher, em 1985, para 2 homens: 1 mulher, em 1999. (Saúde, 2000)

propósito de diminuição dos fluxos burocráticos de um Estado enorme, em tamanho e em responsabilidades.

As contribuições chegaram desde duas fontes diretas e diferenciadas. A primeira era voltada para a redução da doença, com as partes aliadas encarregadas da execução de ações de diversos projetos voltados para: conscientização e distribuição dos métodos preventivos, campanhas de comunicação e conscientização, trabalho direto com a população com AIDS/HIV, disponibilização de medicamentos gratuitos, empoderamento dos grupos de maior prevalência, etc. As contribuições chegaram desde duas fontes diretas e diferenciadas. A primeira era voltada para a redução da infecção, com as partes aliadas encarregadas da execução de ações de diversos projetos voltados para: conscientização e distribuição dos métodos preventivos, campanhas de comunicação e conscientização, trabalho direto com a população com AIDS/HIV, disponibilização de medicamentos gratuitos, empoderamento dos grupos de maior prevalência, etc. Esta etapa foi a mais significativa em termos de orçamento, nela trabalhavam combinadamente as coordenações hierárquicas dos Ministérios da Saúde, Coordenação Nacional AIDS/ETS, Programa Nacional, todos em articulação com instâncias executoras, tais como ONG, universidades, municípios e outros órgãos governamentais locais.

Como segundo critério de investimento tinha como objetivo o fortalecimento públicas e privadas responsáveis pelo controle da doença, aparecem diretamente as instâncias executoras, isto é, a terceira parte do orçamento global no período analisado. O aumento significativo da quantidade de organizações privadas, públicas e de pesquisa de natureza local foi fortalecido diretamente por os dois critérios centrais do projeto de controle e prevenção, que combinaram a redução de incidência da infecção e o fortalecimento institucional das partes envolvidas.

A seguir uma referencia dos critérios de investimento segundo as unidades executoras.

Quadro 4 Destinação orçamentária segundo executores

ORÇAMENTO SEGUNDO OBJETIVOS E UNIDADES EXECUTORAS AIDS II								
PERIODO	B. MUNDIAL	BRASIL	TOTAL	ENTIDADE EXECUTORA	MILHÕES	POR OBJETIVOS	MILHÕES	%
1998-2002	\$ 165,00	\$ 135,00	\$ 300,00	Secretaria Estaduais	\$ 33,17	AMPLIAR	\$ 102,00	20,80%
				Secretaria Municipais	\$ 35,23			
				Unesco Undcp (ONGS)	\$ 67,89	FORTALECER	\$ 70,00	35,30%
				M. de Saúde	\$ 32,72	REDUZIR	\$ 128,00	43,90%
				Total	169,01	Total	\$ 300,00	

Fonte: BIRD, 1999. Elaboração própria.

Esse dado é imediatamente corroborado no Relatório de Implantação e Avaliação da AIDS II (BIRD, 1999) que, dando destaque ao orçamento (segundo categoria de despesa), coloca treinamento e serviços consultores como pontos mais relevantes da execução planejada, representando um investimento de 40 e 27 milhões de dólares respectivamente⁶². Em resumo, o orçamento destinado para treinamento e consultorias foi mais alto e mais bem executado, se comparado àquele destinado a outros itens.

As cidades com maior apoio foram: São Paulo, com 324 subprojetos, e Rio de Janeiro com 194, de um total de 1402 em âmbito nacional. O relatório ainda é mais específico sobre as estratégias adotadas para garantir a diminuição na taxa de infecção do grupo de prevalência dos homens que se relacionam com outros homens. No documento de apoio a projetos de capacitação de lideranças e grupos homossexuais, é dito o seguinte:

Na primeira fase do "Projeto Somos", implantada em 1999, e concluída no início de 2001, 40 grupos novos ou incipientes (não consolidados) foram fortalecidos em todo o País, ultrapassando a expectativa inicial de capacitar 6 lideranças por região geográfica de abrangência dos 4 Centros Regionais de Capacitação e Assessoria (Salvador/BA, Rio de Janeiro/RJ, São Paulo/SP e Curitiba/PR) implantados. No período de 1999-2000, tais

⁶² A categoria maior de investimento foi a aquisição de bens com um fundo de \$68 Milhões, mas que teve uma porcentagem de execução muito baixa, apenas 36%. (BIRD, 1999)

Centros Regionais identificaram e fortaleceram ações de 80 lideranças homossexuais dos Estados de Pernambuco, Natal, Bahia, Alagoas e Sergipe, Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina. No final do ano 2000, foram realizadas quatro oficinas para avaliação de cada um dos Centros Regionais de Capacitação e o comparecimento de todos os grupos treinados indica a permanência das ações do projeto ao longo de um ano. (BIRD, 1999, p. 104).

No final dos anos 2000, as expectativas foram superadas chegando-se a um resultado de 60 grupos instalados nacionalmente e 120 lideranças capacitadas e treinadas na elaboração de projetos, gestão de grupos de risco, criação de insumos comunicacionais preventivos de promoção da saúde, promoção de visibilidades social e política do movimento homossexual, entre outros.

A Coordenação Nacional atuou como agente de suporte do movimento gay nos espaços de participação política local e internacional, participando da organização do "Juiz de Fora Rainbow Fest", no ano 2000, que contou com a participação de quase 400 representantes nacionais. É produzido também o Encontro Regional da ILGA com 1000 participantes entre locais e internacionais, cujo propósito foi de fortalecimento da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT). Sobre este encontro, o relatório diz:

O "Encontro Regional da ILGA" também cumpriu o papel de fortalecer as ações da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT), inserindo nessa discussão política novas lideranças, muitas delas oriundas da capacitação promovida pelo "Projeto Somos". Mesmo considerando todas as dissidências comuns em encontros desta natureza e as diferenças ideológicas existentes entre a ABGLT e outras lideranças nacionais igualmente expressivas, o Encontro teve o mérito de sobrepor às tensões dentro do movimento e consolidar o "Projeto Somos", como uma estratégia que envolve não somente os grupos brasileiros, mas, também, outras lideranças latino-americanas. (BIRD, 1999,p. 105).

Além disso, foram discutidos aspectos legais como: benefícios previdenciários para parceiros do mesmo sexo e varas de família. Embora as representações não heterossexuais não fossem foco de uma discussão mais ampla, foi dada ênfase à promoção da cidadania das

consideradas "minorias sexuais" e, conseqüentemente, do maior acesso à saúde e à informação para este grupo. Nesse mesmo ano, foi apoiada também a "IV Parada do Orgulho Gay"⁶³ e o Festival "Mix da Diversidade Sexual"⁶⁴.

Em um recente estudo, chamado "HIV and the Right to Health in Colombia: Health and human rights" (PRACHNIAK-RINCON, Corey e DE ONÍS, Jimena Villar. 2016) ,sobre a judicialização da saúde na região sul-americana, aparece o fato de que no Brasil o êxito dos ativistas pela prevenção da AIDS esteve correlacionado aos litígios para tratamentos de alto custo, aqueles que não estavam contemplados no pacote nacional gratuito, em absoluta desproporcionalidade em relação ao orçamento do Sistema Público de Saúde. A particularidade da pesquisa é que ela se refere a indivíduos com acesso à educação, com muitos recursos econômicos e alta capacidade aquisitiva para poder levar a cabo uma ação legal. Em um estudo feito recentemente, Ângela Acosta⁶⁵ associa a maioria destes casos aos estados com maior índice de desenvolvimento humano, em contraposição à frequência de sinistros apresentados, geralmente nas zonas mais pobres. Nessa mesma linha, Baptista (2009) chama atenção para a importância de uma discussão mais ampla sobre o que está em jogo:

O marketing e a pressão da indústria farmacêutica sobre medicamentos e ONGS para incorporar novos medicamentos e exames deve considerar-se na origem de muitas demandas, particularmente em tratamentos de AIDS/HIV, neoplasia e doenças raras com tratamentos experimentais e de alto custo. (BAPTISTA, 2009, p. 829-839).

Os desdobramentos decorrentes das políticas desenvolvidas em torno do tema da AIDS modificaram não apenas as estruturas organizacionais gays, mas transbordaram para aquele

⁶³ 120 mil pessoas assistiram a este evento.

⁶⁴ O Festival contou com 35 mil espectadores em exposições de artes plásticas e shows musicais em São Paulo, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte e Recife.

⁶⁵ Pesquisadora especialista em Medicamentos e Judicialização da Saúde do Instituto Sul Americano Governança em Saúde (ISAGS), Judicialização da Saúde na América do Sul, 2019.

movimento homossexual forte, com impacto de transformação cultural e política. Aprisionado nos direcionamentos médicos, isso a conta da transportar o direito à saúde aos níveis de exigibilidade individual, sem impacto de modificação na política em saúde como um todo.

2.7 Organização das lésbicas de frente ao AIDS

No caso das mulheres, as ações de controle da propagação da doença se dirigiram para a questão da troca de fluidos corporais, sendo a penetração considerada como principal vetor de transmissão. A partir desta perspectiva, no estabelecimento de políticas de controle de grupos de risco, a lésbica e seu corpo passaram a ser considerados como "ímmunes" e livres de risco de propagação, argumento em consonância com a política nacional de saúde⁶⁶ em contraposição a forma como era visto o "corpo gay", identificado como perfeito para a infecção. Essa perspectiva foi se mostrando frágil diante dos resultados do comportamento da infecção que revelavam a alta disseminação da doença também entre mulheres, jovens e idosos, desconstruindo a ideia de corpos perfeitos para a epidemia. Em decorrência disso, a expressão "grupos de risco" foi substituída por "comportamentos de risco". Sobre este ponto, Guilherme Almeida diz:

Diferentes expressões da vulnerabilidade de saúde das lésbicas passaram então a ser expressas pelo movimento organizado e pelo discurso de alguns pouco técnicos da área de saúde. Nesta construção persistiu a tensão entre admitir a existência de um grupo social com um mínimo de homogeneidade constitutiva e, simultaneamente, percebê-lo como um dos sintomas de um sistema de dominação capaz de impor a um grupo de indivíduos homogeneidade comportamental e identitária. (ALMEIDA, 2009, p. 306).

⁶⁶ Cabe esclarecer que o programa tinha como finalidade o controle da AIDS como DST (Doença Sexualmente Transmissível), sendo que poucos esforços foram encaminhados para outras doenças sexualmente transmissíveis, com um espectro muitas vezes até maior.

Para ele, o apagamento da sexualidade das mulheres lésbicas é parte de um discurso médico-ginecológico. Em contraposição à esta narrativa, diversas pesquisadoras, muitas delas declaradamente homossexuais, têm elaborado uma série de conhecimentos "alternativos" que conferem inteligibilidade a suas próprias práticas sexuais, até o século XIX tratadas como patologias psiquiátricas. Estes conhecimentos serviriam de suporte empírico de autocontrole das lésbicas⁶⁷ no período de proliferação da AIDS⁶⁸, já que a doença passou a reafirmar um paradoxo entre a identidade e a prática sexual, em especial no caso dos gays. Como já foi discutido, uma das principais formas de interlocução da população com o aparato médico estatal de controle da doença se deu por meio das ONGS, que, segundo Gohn (2012), passaram, inclusive, a substituírem os movimentos sociais nos anos 1990.

Na época, e a partir da iniciativa de mulheres lésbicas, novas agrupações estavam se formando. O contexto inicial foi marcado pela incorporação do "componente⁶⁹" lésbico aos Encontros Brasileiros de Homossexuais (EBHO), já com ampla participação do movimento⁷⁰. Uma consequência importante a partir deste processo foi a conformação da Comissão Nacional de Direitos de Gays e Lésbicas (CBDHGL), cuja pretensão foi articular em escala nacional uma agenda de dissidência sexual, o que acabou sendo mais uma pretensão do que um fato.

Desse processo foi criada a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transexuais (ABGLT), em 1994, com muita polêmica, ao se constatar que no documento de conformação não

⁶⁷A crítica sobre os conteúdos desses manuais preventivos se debruçavam sobre o caráter romântico das relações homo afetivas lésbicas, assim como sobre a ideia da negociação do uso de mecanismos de barreira acordados no ato sexual. De todo modo, a informação proferida pelas organizações tinha maior eficácia sobre as práticas sexuais lésbicas em comparação ao impacto dos materiais produzidos pelo Ministério de Saúde Pública do Brasil na época.

⁶⁸ A este respeito, Almeida diz: “as informações e o material para sexo seguro vieram “sozinhos”, pois pelo GLB passavam com frequência lésbicas estrangeiras, com finalidade de pesquisa e/ou apenas de participação nas atividades. A ida de militantes brasileiras para o exterior também foi um veículo para a assimilação das novas ideias, embora não se saiba ao certo se estas eram militantes feministas, lésbicas ou ambas”. (ALMEIDA, 2009, p. 308)

⁶⁹ Assim era chamada a participação das lésbicas nos espaços gays para falar de diversidade.

⁷⁰ Posteriormente, o evento passou a ser chamado de Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas (EBGL)

figuravam mulheres lésbicas em nenhum cargo de direção, assim como, tampouco, estavam incorporados os problemas de saúde, elemento central do documento para o componente gay. Apesar do desconforto de vários grupos de gays e lésbicas, o registro foi aprovado sem possibilidade refutável⁷¹, se convertendo em um instrumento de legitimação de uma estratégia mais profunda em que o discurso médico foi, novamente, o grande moderador. Nas palavras de Rosana Zaiden:

A plenária final do Encontro foi atropelada, e em seu lugar, se deu a formalização da fundação da Associação, em um recinto fechado. Na primeira tentativa de entrar naquele recinto fomos barradas (...) A criação da Comissão de Direitos Humanos de Gays e Lésbicas foi inexplicavelmente "tratorada" e que o tema central do Encontro, "naturalmente" passou a ser a fundação de uma associação nacional de peso, que moldava um novo activismo LGBT, burocrático, de objetivos estratégicos, dirigido por "especialistas" gays. (FERNANDES, 2018, p. 104)

O orçamento para o tratamento e prevenção da AIDS foi tão importante que marcou o antes e depois na forma de organização política gay. O que não passou despercebido para as lideranças lésbicas, que, no ano de 1995, tentaram jogar nas ligas maiores no contexto do encontro da ILGA, no Rio de Janeiro. Com a intenção de articularem espaço autônomo do movimento gay, nesse momento, fortemente afiançado pelo direcionamento para o tema da AIDS, foi possível trabalhar em duas direções: com o envio de lideranças lésbicas brasileiras à Conferência de Mulheres de Beijing e com a realização de um encontro nacional voltado apenas para mulheres lésbicas, no contexto da ILGA, no Brasil. Na divisão das tarefas encaminhadas, a primeira foi de responsabilidade das lideranças paulistas e a segunda, das cariocas.

A Conferência de Beijing foi um retrocesso para as mulheres lésbicas que não conseguiriam incorporar a não discriminação por orientação sexual nas atas. Lembrando que algo bastante pautado pelo movimento feminista da época era o conceito de direitos sexuais e

⁷¹ Toda vez que já tinha sido aceito pela militância homossexual que dirigia aquele processo.

reprodutivos. Esse processo foi mais severo para as lideranças cariocas, duramente castigadas por não se ajustar ao estabelecido. Eram elas as responsáveis por adquirir o orçamento para um encontro exclusivamente lésbico. A única instância não feminista que contava com esses recursos era a Coordenação Nacional de AIDS/DST, o que significou uma movimentação pendular para o movimento Homossexual ONGista, que finalmente entregou os recursos para sua realização.

Concomitantemente, apareceram os primeiros 6.500 casos de infecção em mulheres e a comitiva protagonizada pelo Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro (COLERJ) e Centro de Documentação e Informação Coisa de Mulher (CEDOICOM) entraram em contato com Lair Guerra Macedo⁷² para a celebração do primeiro Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE), ocorrido em Agosto de 1996⁷³.

O orçamento do DST/AIDS era direcionado a um trabalho voltado para o tema de prevenção, mas a questão da visibilidade ficou sendo o tema central do debate e da ação, culminando na escolha de 29 de agosto como o dia da visibilidade lésbica. Este foi o cenário construído para o debate sobre as especificidades lésbicas no Brasil, a partir de sua própria gramática.

Paralelamente, a presença lésbica tornava-se hostil dentro dos espaços de militância, que ficaram cada vez mais marcados pela forma não horizontal de tomada de decisões, assim como na organização da representatividade e priorização da agenda em termos democráticos. Isso foi provocando consequências concretas, como a limitação de recursos para participação nos espaços de debate nacional e também dos repasses financeiros para a sustentabilidade de eventos e atividades específicas.

⁷² Biomédica responsável pelo Programa Nacional de AIDS/DST, encarregada pelo ingresso de antirretrovirais no Brasil.

⁷³O período de financiamento foi pontual para ações específicas de organização política ao se enfrentar, inicialmente, a crítica de um bloqueio gay que considerava essas ações ilegítimas por conta das práticas e identidades sexuais. "Pegar carona" na infecção foi a resistência promovida pelo corporativismo gay, rapidamente seguida pelo discurso médico.

Um claro exemplo disso foi o trabalho realizado pelo Grupo Matricial, formado por lideranças do movimento lésbico e a Coordenação Nacional de AIDS, na representação de Lilia Rossi. Um trabalho sólido, organizado na segunda metade da década de 90, cujos objetivos eram: garantir o acesso à saúde para mulheres lésbicas e obter mais respostas do Estado e fortalecimento político para este segmento. Os primeiros objetivos foram incorporados nula e parcialmente, sendo o último o de maior desenvolvimento.

Nesse contexto, foi realizado o V Encontro Lésbico Feminista da América Latina e Caribe (ELFLAC), no Rio de Janeiro, em 1999. A organização esteve a cargo de CEDOICOM, COLERJ e Movimento ELAS⁷⁴. A inauguração foi realizada por uma funcionária pública⁷⁵ e contou com participação de técnicas do Grupo Matricial, o que ocasionou muitos questionamentos, já que tinham uma clara intenção de direcionar a reflexão sobre os corpos lésbicos no cenário da AIDS, ou seja, buscava-se singularizar as práticas sexuais a fim de apresentar a complexidade e as possibilidades de um corpo reconhecido como de "mulher", pensando sua vulnerabilidade e a atenção médica estadual⁷⁶ a ele dada. A partir da resposta uníssona das lésbicas autônomas feministas da região foi rejeitado o financiamento proveniente do AIDS e as imposições às agendas dos movimentos sociais, sendo produzida uma crítica a agências como o Banco Mundial, Fundo Monetário, Banco Interamericano de Desenvolvimento e Agência Interamericana de Desenvolvimento, que têm responsabilidade direta no aprofundamento da pobreza na América Latina.

Com o passar dos anos, os espaços de comunicação e intercâmbio lésbicos autônomos e regionais foram se dispersando. A participação das lésbicas brasileiras está dirigida aos espaços

⁷⁴ ONG que trabalhava o empoderamento das mulheres. Atualmente, está voltada para o tema da violência.

⁷⁵ Nas atas não é citado o nome, mas é muito provável que seja Lilia Rossi porque era a responsável do Grupo Matricial.

⁷⁶ Isso não foi bem analisado porque no processo de singularização das lésbicas deixaram ainda mais vulneráveis na medida em que eram mulheres para as DST, mas não para a atenção médica hospitalaria.

das ONGS, sendo nula nos últimos encontros Autônomos. O caráter nacional também foi diminuindo, cedendo às instituições de caráter nacional multi-identitárias, ao mesmo tempo em que se produziam novos espaços de militância, como o da negritude, fortalecidos a partir da diferença por serem pensados desde a potência de autodeterminação e não desde uma perspectiva essencialista.

Atualmente, o SENALESBI é um dos espaços mais importantes de comunicação, planejamento e intercâmbio para as lésbicas no Brasil. Ele ainda se sustenta pela combinação público-privada das organizadoras e vai mudando de sede a cada período, conseguindo acolher outras expressões organizativas menores, mais locais e de impacto direto, em um cenário de deteriorização das ONGS e diminuição de apoio financeiro internacional.

2.8 Jornadas de Junho 2013

As jornadas de junho de 2013 continuam sendo objeto de pesquisa devido a sua importância em parte dos acontecimentos recentes. Para alguns, as jornadas foram decisivas para a consolidação da direita no país, para outros, uma evidência das dificuldades da esquerda em criar força popular. Independente do ângulo de análise, é relevante revisar seu desenvolvimento e os motivos pelos quais se consolidaram nesse processo estruturas organizacionais consideradas coletivas e a consequente perda da dimensão nacional massificada.

Em uma revisão breve dos fatos, é possível afirmar que o lema de força "Não é só por R\$0,20" catapultou a intenção originária de melhora e diminuição no preço do transporte em São Paulo. Nos protestos de junho de 2013, os manifestantes saíam às ruas com as mais variadas matizes ideológicas possíveis. O movimento Passe Livre tinha a preocupação de não ser identificado com nenhum partido político ou movimento tradicional, além de ter uma estrutura que cuidava da horizontalidade das decisões, não apresentando intermediários, nem líderes à frente do movimento. Contudo, depois de represália sofrida no cruzamento da rua da Consolação

com Maria Antônia, onde o movimento verde-amarelo aparecia se misturando na multidão com aquela inclinação de protesto voltado para a consolidação da antipolítica (CHARLEAUX, 2017).

Bruno Torturra, idealizador da Mídia Ninja⁷⁷, que participou ativamente das transmissões ao vivo dos protestos, adverte para a injustiça de responsabilizar as jornadas de Junho pelo impeachment de Dilma Rousseff, então presidente do Brasil, em 2013. Ele se refere à incompatibilidade dos grupos mobilizados, cuja diversidade de demandas e inclinações ideológicas só foi possível juntar a partir da idéia de desconforto com o governo. Segundo ele o desconforto da Copa do Mundo iniciou com muito sucesso a condenação da presidenta em 2016. O sucesso, atribui ele, é em grande medida pela participação de empresas comunicacionais (CHARLEAUX, 2017)⁷⁸.

Segundo Juana Kweitel (2019), as instituições vitoriosas das jornadas de Junho foram as forças armadas e militares, pois ninguém foi responsabilizado pela brutal repressão e, ao contrário, a forma de preservar aquela multidão ideologicamente discordante, foi justamente o abuso repressivo, portanto existiu uma inclinação delegativa para as instituições repressivas.

Em entrevista ao jornal EL PAÍS BRASIL, a presidenta do Centro Brasileiro de Análises e Planejamento (CEBRAP), Angela Alonso, relaciona os protesto de Junho com a chegada da extrema direita à presidência do país:

As mudanças que tivemos no país desde a constituinte de 1988 levaram as instituições numa direção mais de centro esquerda. Existe uma sociedade brasileira insatisfeita com essa direção progressista e que foram se acumulando ao longo do tempo (...) Desde 2013 existem três campos nas ruas. Um que ficou visível mas rapidamente foram os grupos autonomistas, como o Movimento Passe Livre, que tem formas de ação de esquerda mas

⁷⁷ Jornal digital alternativo e crítico.

⁷⁸ A partir de outra perspectiva André Antunes (2018) correlacionam ambos os processos. Para ele, a medida antipopular de ajuste fiscal do governo Dilma tornou impossível a esquerda acompanhar a onda ultraliberal. O PT perderia apoio do empresariado pelo fato de se opor aos programas sociais na disputa de recursos públicos. Para ele, o PT servia de engrenagem para a desmobilização dos movimentos populares.

diferente das formas tradicionais⁷⁹. Junto a eles vem a tática black bloc⁸⁰, ao mesmo tempo que grupos tradicionais que estamos acostumados a ver nas ruas desde a redemocratização, de base socialista: sindicatos, movimentos de trabalhadores... Havia mais esquerda tradicional do que os autonomistas. Mas ninguém prestou atenção na hora, na presença de grupos que a gente pode classificar em um espectro que vai de liberal a autoritário. Não eram tão volumosos no começo, mas vários destes grupos já vinham se mobilizando desde antes. Alguns já tinham se formado ainda em 2011, tinham feito manifestações contra impostos, organizado o Dia do Basta Contra a Corrupção, e alguns grupos já haviam feito mobilizações em torno de pautas de natureza moral. Então estas coisas todas apareceram nas ruas em 2013 desde o começo, mas, sobretudo este campo de liberal a autoritário é que levou a multidão para as ruas. (ALESSI, 2019)

Falarei a seguir de algumas das principais tensões ocorridas antes das jornadas de Junho que debilitaram o compromisso de caráter coerente da gestão PT com o movimento LGBT, fator que influenciou no descontento popular manifestado no período.

Para o que tem a ver com as organizações LGBT, principalmente as de caráter nacional que apostaram na legislação a fim de evitar a discriminação, das quais se destaca ABGLT, encontravam-se sob uma disjuntiva ética ao evidenciar a corrente conservadora no poder do último mandato de Dilma Rousseff. Os blocos evangélico, ruralista e fundamentalista, com maioria no congresso, deixaram de fora as duas propostas mais emblemáticas do ativismo participacionista⁸¹, como foi o Kit Escola Sem Homofobia e a campanha de 2012 de prevenção à AIDS, que seriam realizadas pelos Ministérios de Educação e Saúde, respectivamente. Ambos os

⁷⁹ Não tem comportamentos típicos da esquerda hegemônica, incorporam outras formas de organização e instalações de rua de caráter não convencionais como: jogral, não tem repertório de toma de voz porque é improvisada na marcha, não tem recursos para alto-falantes, as decisões são consensuais, etc.

⁸⁰ Grupos que atraem seguidores através do uso excessivo da violência. São fações anarquistas e anarco-comunistas.

⁸¹ Parte das instituições LGBT que criaram alianças com o Governo a partir da ideia de "trabalho conjunto".

processos foram vetados pela presidenta com seus responsáveis e colaboradores Fernando Haddad e Alexandre Padilha. Vetos originários de uma nova configuração de força política, cuja agenda anti-homofobia se manifestava nas recorrentes campanhas midiáticas baseadas em preconceitos e com a finalidade de criar pânico moral na população.

As organizações "aliadas" ao governo, representadas principalmente pela ABGLT, tentaram, em vão, manter um trato cordial de apoio mútuo, chegando inclusive a demonstrações de afeto com os representantes governamentais, fato que originou uma forte rejeição dentro das organizações LGBT nacionais. Para esse momento já tinha sido delegado Presidente da Comissão de Direitos Humanos o deputado Marco Feliciano, reconhecido como o impulsionador da chamada "cura gay"⁸².

A ambivalência desses setores participacionista culminou em uma estratégia de sobrevivência mais ampla, em que os Quilombolas, o MST e o Movimento LGBT priorizaram ações politizadas, direcionadas para o questionamento do aumento dos assassinatos urbano-rurais, reforçando a ideia de que em tempos de guerra, as diferenças ideológicas são minimizadas em nome de um objetivo comum.

Dentro desse patamar, as organizações lésbicas aprofundam suas divergências com o movimento Gay Participacionista, de um lado a Liga Brasileira de Lésbicas não foi tão incisiva com a controvérsia, surpreendendo aos membros da ABGLT, com os que têm uma longa disputa.

De outro lado, a Articulação Brasileira de Lésbicas que forma parte da ABGLT, em conjunto com ANTRA, promoveram ações internas de rejeição mais contundentes como comunicados públicos contra os retrocessos nas políticas públicas para a diversidade sexual, mas continuaram na estratégia de trabalho de apoio comum.

Em trabalho sobre as jornadas de Junho e sobre a questão de gênero, (Sarmiento, Reis, Mendonça, 2017) dizem o seguinte:

⁸² Doutrina contra a homossexualidade que discute uma suposta modificação da sexualidade a partir da implantação de práticas de tortura.

As expressões de machismo fizeram-se presentes no percurso das ruas, elas também se tornaram evidentes nos espaços estruturados para a discussão da conjuntura política e das táticas de atuação e preparação de novos atos. (...) As assembleias eram palco de discussões sobre as estratégias de atuação dos ativistas e as reivindicações que deveriam fazer. Adotando um discurso de ênfase na horizontalidade e de supressão de hierarquias, as assembleias foram cenário de algumas práticas desrespeitosas. (...) Existiam tensões advindas da predominância de falas masculinas, do corte de falas femininas e da composição da comissão que definia a metodologia da assembleia [...] De acordo com um dos ativistas, com a ponderação gradativa dessas desigualdades, ficou “evidenciado um machismo que existe nos meios [...] ditos libertários” (Sarmiento, e et, 2017, p. 111-112)

A autonomia nesse contexto estava relacionada à possibilidade coletiva de diferenciar os mecanismos de dominação, tendo uma corrente majoritária de agrupações que se encaminhavam para a disputa legislativa cidadã. Existia e existe grupos não representativos, cujo trajeto se direcionava de acordo com as modificações culturais, inclinando-se pela despatologização social das dissidências sexuais e do caráter de submissão a partir do qual regime patriarcal-neoliberal tem categorizado as mulheres em razão do sexo. Nos termos de Flávia Biroli (2012), provocou-se uma "*fissura na dominação*" entendida como a autoconsciência que subverte imposições morais, sociais e econômicas⁸³.

Alguns destes grupos foram: Frente Feminista, o bloco LGBT dissidente, a Marcha das Vadias, Coletivas Lésbicas, todos disseminados em grupos de ação, cujo objetivo inicial foi catalisar aquela velha prática de dominação sobre sujeitos corporificados, aqueles que aparecem nas mobilizações como sujeitos do ridículo, atravessados pela condenação moral⁸⁴.

⁸³ Discussão realizada em “Agentes imperfeitas: contribuições do feminismo para a análise da relação entre autonomia, preferências e democracia”.(BIROLI, 2012)

⁸⁴ Frente às múltiplas manifestações de machismo se perpetuando nas ruas de junho, experiências de organização chamadas alternativas comprovaram na prática que as desigualdades de gênero e o machismo coexistem, mesmo nos espaços de subversão de padrões políticos e sociais.

Paralelamente, aparecem novas articulações, desta vez de tipologia distinta e convocadas em plataformas virtuais, com uma militância itinerante e com slogans de força e criatividade em sintonia com a juventude que estava englobada nessa nova cena.

Em meio à efervescência de junho, as lideranças do movimento LGBT e Lésbico Autônomo tomaram a decisão prática de colocarem suas expectativas no âmbito local, com agrupações mais compactas, de caráter celular. Isto devido a algumas questões, como: as práticas de exclusão das opositoras, desqualificação do trabalho das outras, surgimento do ativismo burocrático, hierarquizado e com concentração do poder, implantação de um regime de votos para as decisões sem necessidade mais do consenso, entre outras. Aqui aparecem as coletivas de ação lésbica no Brasil com maior força. Aparecem com novos modelos de gestão, articulação e simplificando de alguma forma as estruturas piramidais das organizações nacionais. Em certa medida, aparecem em lugares abandonados pelo espectro corporativista LGBT, atingindo uma necessidade de representatividade local.

A chave mais significativa do reconhecimento da nova categoria organizacional, desde uma perspectiva lésbica autônoma, está na capacidade de entender a agência como imperfeita, o que, nas palavras de Flavia Biroli, seria "considerar de que modo formas ativas de dominação e opressão modulam as possibilidades e as capacidades para a autodeterminação dos indivíduos" (BIROLI, 2012, p. 33), fazendo uma conexão óbvia entre as desigualdades estruturais no lugar central de delimitação da construção de autodeterminação coletiva, ou seja, o exercício mesmo da autonomia.

2.9 Considerações finais

No aparecimento moderno da homossexualidade no país, a proposta do movimento lésbico foi a criação de outra política discutindo a idéia de autonomia como a crítica da permanência hegemônica opressiva, no novo modelo de abertura. Para essa tarefa foi necessário a

reinvenção do próprio conceito de política, que não aquele pensado desde os valores de hierarquia, competição e preocupação, quase que exclusiva com a tomada do poder. Ao contrário, a proposta pretendia uma mudança radical que passasse pela politização do cotidiano e a descentralização de poder entre os agentes tradicionais. Em termos gerais isso não aconteceu e, ao contrário, o que primou foi a aliança público-privada do Estado, com inclinação empresarial, manifestada em termos de eficiência e eficácia para os agentes emergentes.

Esse foi um processo muito breve, até o aparecimento de um novo dispositivo de controle, neste caso, produzido pela medicina como poder disciplinar. A emergência do HIV no mundo e, particularmente, no Brasil (1985-2010), provocou um aceleração das alianças público-privadas em várias dimensões, Nacional –Internacional, Social- Estadual, Central-Federal.

Assim, foi estimulada a interlocução social por meio das Organizações Não Governamentais que passaram a ser reconhecidas como parte do Terceiro Setor, podendo, assim, incidir na construção da agenda. As pautas estavam direcionadas ao combate ao HIV, com ênfase na aquisição de medicamentos e na prevenção e controle das doenças sexualmente transmissíveis, sendo a população homossexual lida como grupo prioritário na transmissão da doença.

Essa ideia foi produzida a partir do conhecimento médico no primeiro estágio da doença, que resumia a transmissão a uma identidade sexual, neste caso, gay, o que foi desconstruído a partir de dados que revelaram uma complexidade maior para se pensar grupos vulneráveis. É produzido nesse cenário a categoria de "homens que tem sexo com homens" a fim de para categorizar a prática sexual, afastando-a da identidade. Essa categorização desmobiliza a luta identitária, desde a perspectiva homossexual, mas, paradoxalmente, coloca em evidência, para efeitos de cobertura em Saúde, outras identidades e práticas sexuais.

As mulheres lésbicas são forçadas, sob pena de ficarem fora da cobertura de saúde, a se identificar como "mulheres", dentro de uma perspectiva de assistência médica que só pensava a saúde em termos de reprodução.

A política de Saúde para a população LGBT no Brasil esteve atravessada de modo determinante por toda mobilização gerada em torno do HIV como tema. Em termos de representação nacional, as pessoas merecedoras de atenção pública, isto é, aquelas que

pertenciam aos grupos LGBT, eram representadas ou como corpos perfeitos para a infecção ou como corpos imunes.

Os poucos espaços de inserção das lésbicas nesse processo se deram a partir da imposição de uma identificação feminina, ou seja, era preciso se identificar como mulher. Sendo que em termos formais do pensamento médico essa não era uma identificação suscetível de empoderamento, não havia uma campanha voltada para o orgulho feminino, não há, a partir da perspectiva médica, sujeito mulher que não aquele que não se relacione diretamente com a questão da reprodução.

Para o discurso médico, responsável pelo controle da infecção, as lésbicas tinham que se tornar "mulheres" enquanto que os gays deviam ser "homens", portanto, a autonomia pautada nesse cenário foi de exacerbação de identificação, às vezes provocando divisões sobre uma base essencialista. Enquanto que a política da "diversidade sexual" é a mediadora do reconhecimento social LGBT, é o discurso médico que cria a política social das sexualidades não-hegemônicas.

Para finalizar, nosso último eixo histórico, o mais recente, originado em Junho de 2013, conhecido como Jornadas de Junho, teve implicações que ressoam até os dias de hoje pois trouxe mudanças de caráter estrutural e interpessoal, na medida em que colocou em disputa formas de organização adequadas e propícias para a transformação social.

Em termos gerais, surgem neste momento coletivas de tipo "autonomista" e, paradoxalmente, ao mesmo tempo, em que perdem força as estruturas de participação política mais centralizada. Em termos concretos, partidos políticos são abandonados por seus próprios simpatizantes.

De um ponto de vista do movimento lésbico, o momento de crise política institucional permitiu reposicionar as formas como a dominação modula as possibilidades de autodeterminação.

Em outras palavras, reaparece o debate sobre as práticas de dominação exercidas sobre sujeitos corporificados em termos de imputabilidade social, em que as pautas são dirigidas contra

as imposições sociais, raciais e das dissidências sexuais frente aos castigos socialmente legitimados.

As estratégias foram de criação diversificada de espaços dissidentes, como a Marcha das Vadias e as coletivas de ação em ruas, a fim de subverter imposições morais instaladas. Ao mesmo tempo, e frente à diversidade de demandas, a resposta do poder foi uma reorganização das forças repressivas para sufocar qualquer tentativa de desestabilizar aquilo que não fosse o acordado pelas elites do governo em exercício do poder.

Como tratamos de um processo polêmico que ainda está acontecendo e com várias interpretações a partir de diferentes enfoques político ideológico, é preciso lembrar que a forma como a autonomia é pautada responde, nesse cenário, aos acontecimentos sociais circunscritos, concretamente neste período, mas sempre com a possibilidade de criação diversificada, ações colaborativas; mais preocupada pela descentralização apartidária que de uma convergência ideológica

Segue um resumo gráfico sobre o exposto.

Quadro 5 Produção do conceito de Autonomia segundo Eixos Históricos

PROPOSTAS DE AUTONOMIA			
TIPO DE PODER	REDEMOCRATIZAÇÃO	CRISES AIDS	REVOLTAS 2013
	1964-1988	1985-2010	2013-2019
	Estrutural/ Disciplinar	Disciplinar	Estrutural/Interpessoal
PAUTAS	Politização da Sexualidade, combate ao machismo e a violência contra as mulheres	Enfase para prevenção de HIV, descuidando Doenças Sexualmente Transmissíveis. Fortalecimento desigual dos grupos homossexuais em relação das siglas LGBT. Massificação da cultura Gay.	Subvertir as imposições: morais, sociais, e através da despatologização socialmente das dissidências sexuais.
ESTRATÉGIAS	Luta Identitária. Criação de alianças de caráter nacional e internacional. Combinação jurídicas e contraculturais.	Des-identificação Gay vs reidentificação lésbica como mulheres	Criação de Frentes dissidentes, Marcha das Vadias, Coletivas de ação.
RESULTADOS	Aliança sociedade civil poder público. Estado de visão empresarial impõe critérios de eficiência e eficácia.	Aceleração de cooperação público-privado, nacional-internacional, social-estadual. Incentivos de participação do terceiro setor de maneira mais agressiva. Pautas que colocam os corpos das lésbicas de imune a socialmente transmissíveis.	Denúncia de práticas de dominação sobre sujeitos corporificados e por tanto imputáveis socialmente.
AUTONOMIA	Proposta de mudança radical que incorpore todo tipo de opressão, a partir de uma Reinvenção da política.	Direito à saúde através de pautar o corpo vulnerável "Mulher" para a atenção médica estadual. Singularização das práticas sexuais.	Como ação imperfeita que considera de que modo formas ativas de dominação e opressão modulam as possibilidades e as capacidades para a autodeterminação dos indivíduos.

Fonte: Vários Textos. Elaboração própria.

CAPÍTULO III

O PROJETO DE LEI E A FRENTE LÉSBICA DO RIO DE JANEIRO

3.2 Antecedentes

O "atrevimento" das *coletivas lésbicas autônomas* em dialogar como uma institucionalidade que, pela primeira vez, se mostrava como não alheia, ao contrário, a fim de debater a aquisição de direitos formais enquanto lésbicas na cidade; forma parte de uma discussão mais ampla na qual a Frente Lésbica configura-se como uma peça de um enclave paradoxal de diálogo autônomo-institucional.

Fica evidente, a partir da observação que a referência mesma de institucionalidade e autonomia tem mudado, não é mais aquela descrição clássica e oposta no referente às Coletivas Lésbicas pesquisadas. Ao contrário, manifesta-se como a tomada do poder para transformá-lo, como estratégia dessa nova configuração. A autonomia não é um estado puro. Ao contrário dos postulados originais de Kant, é uma resposta consciente a uma série de elementos que constituem a materialidade com a que as pessoas se confrontam; portanto é uma ação pensada e negociada continuamente.

Nesse mesmo trajeto a autonomia das coletivas não se deve analisar desde a perspectiva de rompimentos absolutos. Na verdade, nada mais são rompimentos estratégicos, às vezes com prejuízo, às vezes com resultados mais pragmáticos, e muitas das vezes com possibilidades de criação de outros tipos de ações criativas e colaborativas.

Em termos materiais, a Frente Lésbica é uma reposta de sobrevivência coletiva que agregou: partido político (PSOL), vereadores afins (no caso, a Marielle Franco) e um conjunto de mulheres sem muita experiência formal do "*que fazer*" político, mas com muita experiência empírica de vivência nas áreas de maior conflito.

O principal motor desta causa, explicado em termos de cidade, seria, além do empobrecimento dos corpos periféricos lésbicos, a militarização da segurança pública, principalmente da Zona Norte e Baixada Fluminense. Isso se deu por conta do crescimento do narcotráfico e do contrabando de produtos nas comunidades, ou, pelo menos, esse é o discurso oficial: de um colapso sem precedentes⁸⁵.

Efetivamente, a cidade sofre uma intervenção militar intensificada pelo Golpe Parlamentar, que vem da mão de uma nova configuração de forças políticas, cada vez mais "*familiarizadas*" com milícias e traficantes, em troca de favores e da distribuição de controle de recursos em setores estratégicos pela demanda de consumidores de um Estado ausente. Nessa emergência da intervenção militar na cidade, há um aumento dos casos de lesbocídio nas áreas de militância destas lésbicas⁸⁶.

Indo de encontro à intervenção militar, a Frente Lésbica revela-se enquanto militâncias de sobrevivência periférica, como uma aposta que articula o entrecruzamento de raça, a crítica de classe (há anos excluída dos espaços formais institucionais LGBT), e a discussão de sexo e sexualidade. Esses são os elementos centrais desses grupos, mas cada um tem variações significativas.

No lugar de ação, os princípios que as coletivas perseguem e até suas diferenças ideológicas atuaram de maneira complementar frente a um objetivo maior. A ponta de lança é a

⁸⁵ Sobre aquilo o professor Santos Pires do Departamento de Segurança Pública da UFF, assegurou que o conflito foi-se agravando depois das Olimpíadas de 2016, que vendera a ideia de cidade para o espetáculo com grande inversão pública (sem reposição), mas que deixou instalado o regime repressivo para conservar a circulação de bens e mercadorias, nas zonas mais pauperizadas. (DOLCE, 2018)

⁸⁶ No trabalho realizado pelo projeto Dossiê de Lesbocídio no Brasil desde 2012 tem-se incrementado o assassinato de lésbicas em 237%, sendo as mais afeitadas as lésbicas não feminilizadas e negras. A maioria dos assassinatos ocorreu nos espaços públicos com óbvia intencionalidade de punição social e impunidade. (Carneiro, et al., 2018)

visibilidade lésbica como ato de enunciação de um sujeito; um sujeito que tenta desenhar um futuro para si mesmo.

A intervenção coletiva desse sujeito, ainda opaco para a norma e a política "formal", foi se construindo ao mesmo tempo que as transformações econômicas nacionais mais amplas, que têm sua origem recente no governo PT, o qual propiciou políticas sociais diferenciadas no país. No primeiro período do novo projeto político que marcou a responsabilidade central do Estado, se produziu o ingresso massivo da população nas universidades. O acesso universitário foi o maior na história, com um acréscimo de 110%⁸⁷. Ainda foram mais satisfatórios os resultados de terminação de graduação que de 390 mil (2001)⁸⁸ passaria a 973,8 mil (2010)⁸⁹.

Na época, houve o ingresso de 6,5 milhões de universitários, organizados da seguinte maneira: 6,3 milhões em cursos de graduação e 173 mil na pós-graduação⁹⁰. Também ingressaram diferenciadamente por regiões de baixa renda, sendo as mais favorecidas pela política as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. (INEP, 2010).

Já para o ano de 2004, entrou em vigência a Lei de Cotas,⁹¹ que conseguiu dobrar a participação de mulheres negras, pardas e indígenas nas universidades, com um acréscimo de 5,5% em 2005 para 12,8% em 2015 (IBGE, 2015).

⁸⁷ Passou de ter uma taxa de matrícula de 3 milhões no ano 2001 a 6 milhões trezentos mil no ano 2010. (INEP, 2010)

⁸⁸ Até o 2003 as classes mais ricas são as que majoritariamente ocuparam as universidades Federais e Estaduais. Apenas o 17,1% dos estudantes das universidades públicas são de renda baixa.

⁸⁹ Os dados oficiais publicam-se cada 10 anos.

⁹⁰ O crescimento das matrículas em 2010 foi de 7,1% em relação ao ano de 2009.

⁹¹ Lei nº 12.711/2012, que reserva 50% de vagas para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e para estudantes de escolas públicas com renda familiar superior a um salário mínimo e meio. Em ambos os casos, também é levado em conta o percentual mínimo correspondente a pretos, pardos e indígenas.

Segundo o Banco Mundial a classe média consolidada cresceu a um 43% tendo maior continuidade de benefícios menos suscetíveis de modificações (38% pertence à classe média vulnerável com risco de voltar para a pobreza, e, por tanto, altamente dependentes das políticas sociais). Junto a isso houve também a tendência de aumento do salário mínimo.

O crises mundial de desaceleração econômica chegaria no período de 2012 a 2014, quando iniciado o segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff. Essa desaceleração manifestou-se principalmente pela queda do comércio mundial e pela baixa dos preços de *commodities* (BARBOSA, 2018). Frente a esse cenário, a resposta governamental foi de política anticíclica⁹² como exemplo a implantação de ajuste recessivo, a flexibilização fiscal e outras propostas de reformas a longo prazo.

Já na área social, diferentemente da corrente mundial, as respostas anticíclicas conseguiram combater a pobreza e a desigualdade em até 8%, o que significa que 5 milhões de pessoas saíram da extrema pobreza com a continuidade dessa política. Uma dessas políticas emblemáticas é a "Bolsa Família"⁹³, uma das maiores políticas redistributivas.

As mulheres que formaram a Frente Lésbica do Rio de Janeiro são pessoas impactadas pelas políticas sociais da mal chamada "década perdida"⁹⁴.

Elas conseguiram ingressar nos estudos universitários a partir do incentivo feito pelo governo PT para a redução de brechas sociais no Brasil. As fundadoras da Frente foram aquelas lésbicas de primeira e segunda geração com acesso à educação pública universitária que,

⁹² Radica na possibilidade estatal de mitigar os fluxos internacionais através de geração de emprego, diminuição de impostos e aumento progressivo de salário básico.

⁹³ Programa que se destina a diminuir a miséria do país e a melhorar as condições de vida das famílias brasileiras. A Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, criou o Programa Bolsa Família e teve como intuito “[...] a unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo federal” (Lei 10.836, parágrafo único, art. 1º).

⁹⁴ Por seus refratores que questionam o gasto, para outros foi investimento.

rompendo a tradição de participação da classe média, porém fragilizada pela natureza de vulnerável, lograriam dar continuidade ao estilo de militância carioca de contestação forte ao monopólio reservado às classes dominantes.

3.2 O projeto de Lei de Visibilidade Lésbica

Em 16 de Agosto de 2017, foi rejeitado o Projeto de Lei para a Visibilidade Lésbica, de autoria da vereadora Marielle Franco em pareceria com coletivas lésbicas autônomas da cidade. Até esse momento, não deixava de ser um acontecimento típico de rejeição, mas o cenário foi se agravando. No dia de votação do PL, cerca de quarenta mulheres, entre jornalistas, militantes, aliadas e colaboradoras⁹⁵, chegaram à Câmara dos Vereadores com alguma esperança, uma vez que a mesma proposta já tinha sido debatida com alguns apoios inesperados⁹⁶.

O projeto de lei N° 82/2017, tinha o objetivo de incorporar às datas comemorativas da cidade o dia da Visibilidade Lésbica⁹⁷, que a partir do primeiro SENALE (celebrado em 1996), ficou ao propósito do primeiro encontro autônomo⁹⁸.

Aquele projeto constava de dois artigos: o primeiro fazia pedido expresso da inclusão da data, e no segundo fixava o início da sua vigência.

Já na justificativa do projeto, se coloca a corresponsabilidade das instituições públicas para promover a visibilidade dessas mulheres como um modo de reparação pela retirada de

⁹⁵ Também fora difundida a atividade pelo Facebook.

⁹⁶ Aquele dia choveu justamente no horário da convocatória, o que pode afetar o real ânimo de participação de outras lésbicas.

⁹⁷ 29 de Agosto

⁹⁸ Recordando que aquele processo significou uma ruptura com as agências financeiras que trabalhavam no Brasil, cujo enfoque era de prevenção do AIDS.

direitos que recorrentemente sofrem e que seus efeitos vão desde manifestações psicológicas, físicas, patrimoniais, simbólicas, verbais até os estupros chamados de "corretivos" e o próprio assassinato, com demonstrações de extrema crueldade. Além disso, o projeto reforça o argumento sobre a negligência do Estado na satisfação de direitos básicos como: saúde, educação, seguridade social. Também coloca como lamentáveis as estratégias de apagamento das lésbicas de todo projeto social e político no país. Sobre isso, o PL diz:

Esses são só alguns exemplos que demonstram porque é urgente uma data para se debater e promover a visibilidade das mulheres lésbicas. Esses exemplos são o produto de uma sociedade com valores machistas e lesbofóbicos. O apagamento lésbico é alarmante porque é, ao mesmo tempo, resultado e fonte da lesbofobia. E é essa mesma lesbofobia, o ódio e o preconceito contra as mulheres lésbicas, que faz com que as mulheres lésbicas sofram diferentes formas de violências, desde a negação de suas identidades até a violência sexual e física. (2017).

Foi uma proposta bem básica que procurava alguma possibilidade de discussão sobre a realidade das lésbicas na cidade. Do total de cinquenta membros da câmara na votação, estiveram presentes apenas trinta e seis no dia 16 de agosto de 2017.

A sessão ordinária foi presidida pelo vereador Jorge Felipe (PMDB). O vereador Otoni de Paula, reconhecido Pastor e representante do Partido Social Cristão, fez sua primeira participação ao favor dos representantes da bancada evangélica: alegou que a proposta seria desnecessária,⁹⁹ além de criar um argumento falso de que o projeto poderia normalizar práticas lésbicas nas escolas. Frente a isso, o vereador Alexandre Isquierdo (DEM) argumentou, em

⁹⁹ A Câmara do Rio de Janeiro já tinha incorporado como data oficial da cidade as celebrações de: Dia da Igreja Evangélica Assembleia de Deus do Recreio dos Bandeirantes “Ministério Deus é Fiel”, Dia da Missão Apostólica da Graça de Deus - Igreja Evangélica Cristo Vive, dia da bíblia, Dia da Igreja Evangélica Pentecostal do Amor Ebenézer, Dia da Decisão Cristã, Dia Municipal da Igreja Universal do Reino de Deus, Dia das Assembleias de Deus e do Movimento Pentecostal, Dia da Mulher Cristã, Dia de Jacarepaguá para Jesus, Dia da Primeira Igreja Batista em Inhaúma.

concordância com seu antecessor, que o movimento LGBT já tem muitas conquistas e que as lésbicas não merecem uma data para seu reconhecimento porque criaria uma sorte de disputas com as pessoas Trans.

Duas das intervenções mais polêmicas foram dos vereadores João Ricardo (PDB) e Claudio Castro (PSC). No primeiro caso, o Vereador asseverou que o atendimento médico hospitalar deve estar de acordo com o gênero da pessoa, isso a propósito de discutir os cuidados médicos das pessoas Trans, tema que foi de maior interesse do vereador Isquierdo. No caso do vereador Castro, ele afirmou que lhe entregaram um papel onde se distorcia o propósito do Projeto de Lei. Ele olhava com suspeita o objetivo final da proposta, que era uma estratégia mais ampla para a realidade das lésbicas na cidade, isto é, a possibilidade de discutir a precarização do trabalho, a dupla ou tripla exploração, por serem atravessadas por marcadores sociais de diferenciação. Além disso, o vereador deixou claro que o Estado estava devendo os direitos mais elementares. Aquele "papel" condicionava seu apoio nas próximas eleições, onde a intenção de voto poderia depender da sua participação favorável nesse debate, coisa que não aconteceu¹⁰⁰.

Uma vez rejeitado o projeto, as implicadas na construção e apresentação dele, deram declarações que ficaram marcadas para a posteridade. Nas palavras de Marielle Franco: "mesmo perdendo, ganhamos". Até agora não existe uma resposta sólida sobre a intenção dessas palavras, ao meu parecer poderia interpretar-se como: "Gente, foi à oportunidade de sentar-se à mesa uma gama bem diversa, e ao mesmo tempo bem forte, para continuar a briga".

Agora bem, a proposta simples como já tinha dito, não tinha a competência jurídica de melhorar as condições de vida, de saúde, de bem estar das mulheres lésbicas na cidade, ao contrário, substancialmente o esforço referido nessa aposta jurídica era desmantelar a concepção de representatividade "possível" na cidade.

¹⁰⁰ Em anexos o quadro com a votação completa.

Mas também procurou se inserir como a porta de uma série de ações reivindicativas sobre direitos mais amplos. Para aquilo a estratégia consistiria no ingresso da palavra "Lésbica" em um instrumento público, de natureza simbólica que provocasse a discussão sobre a determinação dessa complexidade dissidente.

Outro fator relevante foi o apoio das coletivas lideradas por mulheres negras, que fizeram da participação da Vereadora Franco um lugar legítimo de ocupação e representatividade. O documento não falava nada sobre a negritude, não fazia referência nenhuma sobre os determinantes sociais, mas parecia que as mais interessadas no ingressar o termo "Lésbica" ao lugar simbólico e transformador da linguagem e o significado, fossem as mulheres lésbicas negras, em grande medida porque a presença da Vereadora colocava a ocupação dos espaços de representatividade e poder como espaços possíveis de construir outra gramática, esse é liberar a subjetivação de representatividade para o uso comum.

3.3 A Frente Lésbica Rio de Janeiro

Após a euforia dos anos 2013 e até 2015, as organizações que trabalhavam historicamente com as lésbicas no país e na cidade do Rio de Janeiro experimentaram uma pausa em suas ações.

Ainda que com várias organizações mais antigas militando na cidade, o trabalho passou a não ser mais destinado ao fortalecimento das bases. Na verdade, existiam até pequenas reuniões para lésbicas que abarcavam só aquelas que vinham acompanhado o processo dessas instituições, mas os espaços para outro tipo de militâncias ficou, por muito tempo, inabilitado.

A Frente Lésbica do Rio de Janeiro foi criada em 2017, mas o grupo de coletivos que a formou começou no período entre 2015 e 2017. Os coletivos se articularam inicialmente com a

iniciativa legislativa, mas também funcionaram como uma coordenação de médio prazo para a agenda lésbica.

Há, nesse grupo, uma inspiração de Frente Popular, que trabalha a partir de coalizões de blocos afins para combater um inimigo maior. Combater, em termos políticos, seria a disputa por reconhecimento e uma profunda ruptura social nas estruturas da organização político-sexual.

A Frente, não necessariamente recolhe uma postura ideológica única; ao contrario constrói para além das diferenças, sem dizer que as ignora. As diferenças são os lugares habitados pelas lésbicas e seus significados, não existe uma verdade abrangente para cada uma das condições de vida das lésbicas que conformam a Frente. Por esta razão, o grupo é um somatório das diferenças.

O que há de objetivos em comum na Frente seria o impulso de direcionamento das forças, reconfigurando a tática e estratégia para a luta: neste caso, a luta contra o modelo heterossexual compulsório, além do imediatismo de ação de frente à crise político-social. A tática se produz na concretização da aliança autônomo-institucional, mas também na criação de unidades lésbicas de ação, ou seja: resultados organizativos de impacto, como a criação de um novo modelo de governo (governo lésbico), cujo método consiste na agitação e movimentação dos grupos afins para provocar a edificação de um novo poder¹⁰¹.

Também é seu objetivo posicionar o lesbianismo como uma proposta política de ruptura, isto é, de alternativa às relações políticas sexuais entre homens e mulheres, um profundo questionamento do modelo reprodutivo de dominação vigente baseado na divisão do trabalho a partir do sexo.

¹⁰¹ Revisando a literatura e ao propósito das críticas do Frente Único Italiano e a proclama da III Congresso do Partido Comunista da Itália, Antonio Gramsci manifestou que as teses políticas do governo obreiro indica também à massa mais atrasada a necessidade da conquista do poder para a solução de seus problemas vitais.

A frente atendeu, em um primeiro momento, a emergência de ações coordenadas na cidade, expostas por uma variedade de subgrupos pequenos, de pautas anti-racistas; que ao dizer de Virginia Figueiredo (2018):

Os espaços mais fortalecidos na cidade eram as coletivas lésbicas autônomas. De fato, para a Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), a novidade desse processo foi evidenciar o que estava acontecendo com o movimento Lésbico Tradicional na cidade, tinha se distanciado do trabalho na Rua, depois de todos os confrontos e os desgates da última década. (FIGUEIREDO, 2018. ENTREVISTA).

Pensar em existência e resistência lésbica não é simplesmente se referir a uma orientação sexual ou a uma questão de preferência; é, antes de mais nada, a possibilidade de criar agitação na fase real do desenvolvimento histórico. Isso é, abrir para as mulheres a possibilidade de um projeto político de transformação, que, neste caso, combina vários lugares de marginalidade onde a forma de combater para adquirir o poder é a partir das representações de negras sapatonas.

A Frente resolveu que a representatividade não é mais uma opção. As militantes fizeram uso legítimo da resistência no sentido de organizar uma rede de coletivas "*outsiders*", dominadas por lideranças negras lésbicas. Essa rede tem alcançado importantes alianças para a continuidade de políticas para as lésbicas¹⁰², o que foi, antes de mais nada, o resultado do mandato da vereadora Marielle Franco, que conseguiu abrir portas às mulheres faveladas e negras, de distintos processos políticos e identitários, mas afins na transversalidade de negritude, pobreza e gênero nos espaços de poder.

¹⁰² Ainda que seja prematuro falar de continuidade em termos absolutos, as intervenções das representantes na câmara de representantes da cidade e Estado são: “o mandato Marielle não será interrompido”, “as mulheres negras, faveladas, pobres, lésbicas existem e resistem”. É importante adicionar que, no caso dessas vereadoras, não são pessoas alheias ao trabalho de Franco, bem como o PSOL forma parte de uma colaboração mais ampla de dar voz à favela.

Das coletivas que constituem a Frente, três foram contempladas para efeitos deste trabalho. A Coletiva Resistência de Favela da Maré que é um grupo de mulheres moradoras da favela, foi de dificuldade maior para ser contatada, por conta da discrição com a que vivem dentro dos espaços.

3.3.1 Visibilidade Lésbica

Visibilidade Lésbica é uma coletiva criada em 2015 a partir da necessidade de três lésbicas integrantes do grupo "Mulheres em Movimento", que, com ênfases no feminismo, realizaram pela primeira vez atividades para a visibilidade lésbica dentro desse espaço. Isso tudo foi mudando e no ano seguinte a preparação do evento já tinha triplicado em participantes e programação.

Com a chegada do mês da visibilidade, as militantes tinham percebido que nada estava acontecendo naquele momento na cidade do Rio de Janeiro no âmbito de processos lésbicos, sustentados e públicos. Os espaços mistos LGBT não falavam mais sobre a condição de classe e das experiências de vida subalternizadas, que, ao contrário, eram apagadas e ridicularizadas sistematicamente.

Isabel Netto, fundadora da coletiva, disse a respeito:

Enquanto aconteceu pela primeira vez, a gente se viu na necessidade da continuidade, aí no 2016 a gente fez uma nova atividade que foi o mês da visibilidade lésbica de novo, mas bem mais ampliado. Depois dessa atividade a gente reparou que existia uma necessidade e uma demanda de criar uma coletiva, uma organização concreta (...) não só no Agosto, como no resto do ano inteiro. E aí fomos: Eu, JLo Borges, Raquel Costa, Mariane Lopez e Gisela Carvalho. Aí a gente montou a coletiva e começou a fazer coisas mais estruturadas por toda a cidade. (NETTO, 2018).

O grupo é uma organização urbana, de poucas integrantes, as quais vão geralmente se movimentando por conta de moradia mais barata. Porém, mantinham laços fortes com os primeiros espaços de socialização, e suas moradias geralmente se fixavam na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, especificamente Vila Isabel e Vila da Penha.

O marcador social de diferenciação mais explícito na coletiva é a raça. É a partir dele que suas integrantes conseguem fazer conexões com outras mulheres nos espaços mais próximos. A forma como o grupo se organiza passa por uma gama de comunitarismo básico, isso é, o rechaço a qualquer manifestação hierárquica. Porém, estava muito presente o prestígio como mecanismo complementar de tomada de decisões; legitimada de uma certa condução não consensual pelas lideranças.

O prestígio vem na via do reconhecimento social, e por isso as manifestações culturais são um elemento importante, além de um mecanismo de comunicação ampliada, de criação de novos códigos de relacionamento, produção de identidade e subjetividade lésbica. Esses novos relacionamentos e identidade procuram legitimação a partir do destaque social das integrantes.

As pautas do coletivo "Visibilidade Lésbica" seriam a ação suburbana, isto é, a visibilidade de quem não está inserido nos padrões de beleza, de quem está marginalizada em razão da sua classe social, ou de quem vive a negritude em constante ameaça de morte. Para JLO Borges, os objetivos da coletiva são:

Promover a visibilidade lésbica, não só como a ideia de um nome tão criativo, mas sim na questão fundamental de visibilidade, porque a gente tem aquele negócio da heterossexualidade compulsória, então muitas mulheres passam a vida inteira sem fazer ideia de que são lésbicas, para se descobrirem já tardiamente, às vezes com filho; toda uma outra vida estruturada. Elas têm uma dificuldade maior de sair do armário por aquele sentimento de perda enorme. Isso é importante, por sua vez, no sentido de criar dados que deem conta da situação de lésbicas, para poder cobrar política pública. No segundo lugar está sempre a construção de uma comunidade lésbica forte e a criação de redes. (BORGES, 2018)

O coletivo trabalha diretamente a sexualidade e o empoderamento das lésbicas nos espaços públicos, além de criar novos espaços de troca não comercial, como férias alternativas, fomentando relações pragmáticas em contestação à precarização de mão de obra e das regras desafiadoras da normalização dos corpos e a própria organização exploradora do capital.

Para Isabel Netto, o trabalho da coletiva foi fundamental para uma virada no movimento lésbico na cidade. Para ela:

A gente viu que as lésbicas estavam gritando por socorro, na verdade. As meninas queriam que alguma coisa acontecesse e a gente queria que alguma coisa acontecesse, então foi uma troca muito bonita de necessidades, e que acabou dando certo. Acho que o movimento lésbico do Rio de Janeiro está com essa força enorme graças a essa movimentação inicial. (NETTO, 2018).

Uma das características significativas que traz a coletiva, além do posicionamento público, foi à ruptura de militância tradicional, isso é o empoderamento de uma outra militância, uma que está na rua, de parede grafitada, e que se utilizam de expressões públicas de afeto sapatão¹⁰³.

Para elas, não é mais possível ocultar a pauta lésbica negra e favelada. Suas exposições públicas tomam o cuidado para que o ângulo de enunciação seja a negra lésbica periférica. Para Isabel:

O que difere e que já tínhamos visto em outros estados e em outras cidades, inclusive do movimento antigo de mulheres lésbicas, foi exatamente isso de a gente só aceitar pautar o movimento de mulheres lésbicas a partir de mulheres negras e de mulheres pobres. A gente entendia que, se abrigasse elas, a gente estaria abrigando todas as mulheres, né, a

¹⁰³ Não tinha reparado mais o conceito de lésbica é usado dentro da fala mais formal, mas o conceito não repara sobre a realidade de nossas formas de nomearmos. A apropriação da injúria subvertida em o prazer pela luta e a mudança de paradigma, é o conceito sapatão. Como a pesquisa rodou (acredito pela tensão da formalidade acadêmica) com certo rigor da linguagem, reparo que é importante reconhecer os dois ângulos da fala. Por isso coloco ambos.

pauta delas serviria como apoio para que a gente falasse como todas as mulheres lésbicas, e aí eu acho que foi uma grande diferencial (...) porque rompe com aquela barreira que o Movimento LGBT tinha, seguindo a representatividade a partir do padrão de homem branco bem sucedido. (NETTO, 2018).

Os recursos disponibilizados para Visibilidade Lésbica devem ser analisados em função dos ganhos externos, no caso, se existissem, e do trabalho sem remuneração das integrantes. No caso do perfil socioeconômico das participantes, se constituem de mulheres com acesso à educação universitária, com possibilidades de emancipação do núcleo familiar, e que conseguem ingressar em um mundo do trabalho assalariado cedo, para receber uma renda média de salário básico. Suas atividades principais de autossustento são divididas com as atividades de militância.

Os recursos disponibilizados por elas são principalmente próprios, ou seja, gerados entre a distribuição de seu tempo e força de trabalho para o suporte da coletiva. Algumas participantes colocam o argumento dos recursos como um assunto importante. Para JLO Borges, a capacidade de recursos está diretamente relacionada à capacidade de se sustentar. A porta não está fechada para o apoio externo, que tem se manifestado até agora como a conexão e participação das militantes em encontros no exterior.

Uma das organizações que apoia a Visibilidade Lésbica é o Fundo Social ELAS, organização que propõe o fortalecimento e o protagonismo das mulheres no Brasil a partir investimento, principalmente, das iniciativas de lésbicas, bissexuais e trans. Porém, o apoio é somente para a realização de atividades pontuais, como na abordagem das mulheres a outros processos que fomentam o encontro e a troca.

O contanto com o apoio externo não é a principal fonte de suporte da coletiva. O grupo é majoritariamente fortalecido pelas contribuições de tempo e de trabalho voluntário. Como dado relevante, no ano de 2017, quando apenas inaugurado o mandato da Vereadora Marielle Franco; deu-se sua a nomeação na reunião da ONU Mulheres, convidada pelo Fundo Social ELAS na Lapa, onde JLo Borges, em representação da sua coletiva, fez um convite às lésbicas a “saírem do

armário”. Tal reunião marcou um antes e um depois para a vereadora em se assumir publicamente como lésbica¹⁰⁴

Dentro das ações que foram desenvolvidas pela coletiva está a aceitação do convite de parte da equipe de gênero da vereadora Franco, estabelecido diretamente por sua assessora Verônica Tavares, para um trabalho de parceria com outras coletivas convidadas. Na primeira reunião foi apresentada a proposta de PL, de elaboração pela equipe Jurídica da Vereadora, com a premissa de se converter num espaço mais amplo, com a presença de outros movimentos lésbicos. Nessa reunião, participaram a coletiva Sapa Roxa e a LBL.

Achamos a proposta muito sensata, mas o poder que elas deram na nossa mão foi tipo: vocês podem construir a PL, ela é de vocês; e nesse momento sinceramente a gente não sabia que a Marielle era lésbica, nem que tinha um relacionamento com uma mulher. O que agente sabia é que ela estava disposta a falar sobre pauta lésbica.

Como a gente não conhecia muito bem o trabalho de ela (isso a gente como coletivo, mas não sei com a Sapa Roxa como era em relação a ela), a gente ficou como um pé atrás na verdade, porque a gente é apartidária, e elas estavam se movimentando com o PSOL, então a gente ficou indecisa tipo, vamos não vamos. (NETTO, 2018)

A partir desse primeiro momento, houve a correria com a preparação do material de divulgação confeccionado sobre a importância da Visibilidade Lésbica e a proposta do projeto.

Um das ações mais significativas para coletiva foi a necessidade de revisão constante dos parâmetros de cuidado nos espaços de aliança. O cuidado se manifestava como a vigilância para não se ter um apagamento das lésbicas, mesmo entre os colaboradores e afins, para a aprovação da PL.

¹⁰⁴ Verônica Tavares em entrevista para esta pesquisa refletiu sobre aquilo asseverando que Marielle Franco ficou muito impactada pela fala de JLO Borges, tanto que ingresso dentro do planejamento parlamentar a proposta de PL. (TAVARES, 2019)

Uma das questões mais lamentáveis nesse processo foi a recusa da coletiva em trabalhar com um membro da equipe da vereadora pelo fato de ser uma pessoa Trans. Essa é uma marca de distinção mais significativa acerca das pautas da Coletiva Visibilidade Lésbica. O grupo propõe a construção de um quarto próprio, como “um teto todo seu”¹⁰⁵, a partir da diferença de se colocar no mundo enquanto lésbica.

Também foi parte das estratégias de ações protagonizadas pela coletiva a organização e execução de um evento em 30 de Agosto de 2017, o "Ocupa Sapatão", que foi desenvolvido nos exteriores da Câmara Municipal. A tática era explicar o processo de discussão do projeto, mas também “refrescar os ânimos” e celebrar as alianças alcançadas. Como estratégia, foi uma ocupação muito importante, com intervenções públicas e políticas que davam conta dos espaços de resistência fortalecidos, onde as lésbicas têm se refugiado na cidade.

O “Ocupa Sapatão” foi um ato simbólico, mas significativo, de ocupação da praça. Em termos políticos, representa a evidência da necessidade de se ocupar o poder, o poder de permanecer nesse lugar público, mas também de colocar a liderança negra sapatão como agente dessa transformação.

O chamado para o evento foi cunhado como "meter um pé na porta", nas palavras de Virgínia Figueiredo:

Se nomear lésbica é uma grande responsabilidade, não é sair do armário simplesmente, é assumir uma bandeira bem cara, mas de forma visível porque quando a gente torna visível, a gente cria demanda como o que aconteceu com a Marielle, e aí ser lésbica é colocar essa demanda na rua (...) às vezes o armário serve para guarda o sapato nele. Sapato de armário aperta o calo, e o meu vai à rua apertar o calo de todo conservador machista. (FIGUEIREDO, 2017)

¹⁰⁵ Faço referência ao livro de Virginia Woolf "Uma habitação própria"

Tanto foi simbólico aquele ato que, nesse mesmo dia, ao mesmo tempo em que ocorria a manifestação da "Ocupa Sapatão", vinham para as intermediações da câmara manifestantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), cuja surpresa foi receber gritos de mulheres que pediam para eles se calarem. Frente a uma reação de "não entender o que estava acontecendo", as lésbicas se levantaram sob a consignação de "Rua Sapatão", para defender sua permanência na praça. As palavras de Virgínia não poderiam ser mais acertadas, pois efetivamente a PL já estava na Rua.

3.3.2 Coletiva Sapa Roxa ¹⁰⁶

No ano de 2016, juntaram-se treze lésbicas dedicadas, na sua maioria, à arte visual e digital na cidade do Rio de Janeiro, para se organizarem em função das discussões feministas. Elas faziam ênfase na luta contra o racismo, lesbofobia, gordofobia e pela inserção das mulheres lésbicas no mercado de trabalho. Era um grupo de amigas que já tinha familiaridade com o ativismo, porém, decidiram passar a atuar como frente nas brigas que constituem o “fazer sapatão” na cidade. De fato, uma das características das coletivas é a necessidade de ação. O coletivo, ou a coletiva, se formou denominado como Sapa Roxa.

As pautas são direcionadas e impulsionadas a partir da necessidade de cada uma das militantes, pois é na diversidade das demandas que se faz a complexidade da descrição da própria coletiva. Para Ana Claudino (2018), o que faz da sua organização diferente das outras é a diversidade de mulheres que a compõem, que vão desde jornalistas, assistentes sociais, historiadoras, psicólogas, fotógrafas, designer, vendedoras e advogadas. Além disso, cada uma

¹⁰⁶ Com a coletiva Sapa Roxa teve mais dificuldade de entrar em contato, sendo com a agrupação com a que começou este desafio de pesquisa. Compartilhei alguns espaços acadêmicos com militantes desta coletiva, mas as múltiplas ocupações fizeram difícil conferir mais de duas entrevistas.

possui seus projetos pessoais e coletivos em outros espaços. A coletiva foi criada principalmente para ajudar às lésbicas de setores populares a serem aprovadas no vestibular Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que permite o acesso a Universidades públicas e bolsas em faculdades privadas. Tudo isso foi facilitado com a criação de produtos virtuais com funcionalidade prática. Da Sapa Roxa, desprende-se o projeto "Indique uma Sapa", o qual seria uma rede de difusão de trabalhos e afetos, voltada para lésbicas.

Para Michele Seixas (2018), a força da coletiva Sapa Roxa consiste na oportunidade de criar alianças para a construção de políticas públicas especificamente voltadas às lésbicas. Seixas considera que a proposta de Lei foi uma articulação para além das diferenças, da qual o objetivo seria a criação de políticas públicas por, para e a partir das lésbicas. No entanto, não existia uma unificação no sentido de pauta unitária acerca do PL. As coletivas, por sua vez, defendiam cada uma certa especificidade estratégica, mas todas elas habitavam numa orientação ideológica dentro do âmbito da esquerda apartidária.

Quando a Marielle atuava conosco, ela atuava de uma maneira altamente respeitosa com todos os grupos e coletivas do Rio de Janeiro. Ela convidou a todos os grupos e colectivas de lésbicas, inclusivel a VL, LBL; então todos os grupos e coletivas participaron dessa construção (...) Então ela tinha um compromisso com o movimento de Lésbicas, e ela não escolheu uma rede, um coletivo o um grupo; ela chamou "O Movimento de Lésbicas", inclusivel lésbica autônomas. Eu gosto de falar isso porque a Marielle não tinha preferencia de trabalhar com uma rede o um grupo, ela era uma pessoa extremamente respeitosa conosco¹⁰⁷. (SEIXAS, 2018)

¹⁰⁷ Michele também fala nesse tramo da entrevista da ligação que elas tinham com Marielle, sendo o mais relevante: A gente apoio a PL, porque quando a Marielle nem era Vereadora, ela venho para o dia da Visibilidade Lésbica na Maré, que aconteceu na Nova Holanda. Na época eu estava numa organização da Nova Holanda chamada Grupo Conexão G, que é a única ONG de favela no Rio de Janeiro, situada na Nova Holanda mesmo onde atua (...) E aí a Marielle já vereadora também venho já no 2016-2017.

Ao respeito da coletiva Sapa Roxa, umas das pessoas que mais se destacaram no diálogo com a pesquisa foi Camila Marins, jornalista simpatizante do PSOL que já acompanhou a candidatura de Indianara Alves Siqueira. Marins lidera as ações da coletiva, carregando as pautas mais para a vertente da reafirmação de luta contra o racismo. De acordo com um artigo seu, disponibilizado na web:

Cara sapa preta, o movimento LGBT não é o nosso lugar (...) O movimento LGBT é dominado e forjado pela hegemonia da branquitude. O movimento LGBT irá explorar a nossa força de trabalho e o nosso ativismo. Eles farão de tudo para nos afastar de qualquer pertencimento. Eu demorei a perceber, mas a nossa luta é por fortalecer a nós mesmas. Nós por nós mesmas! Imagina que irada uma assembleia de mulheres LBTs debatendo suas pautas interseccionando gênero com raça e classe. Cara sapa preta, na política da branquitude, a lógica é a de colonização. Vão tentar nos silenciar, nos normatizar e nos colonizar em seus padrões. A culpa nunca será sua, mesmo que queiram te convencer do contrário. Cara sapa preta, a carne mais barata da militância é a carne negra. (...) Chega de falar e dar o melhor de nós para a branquitude. Estas notas são lembretes para mim mesma, que demorei anos para entender a exploração da branquitude e os artifícios perversos de apagamento. Eu quero é o poder da mulher preta sapatão. (MARINS, 2017)

A direção que toma Marins é de uma pauta marcada pela sua própria vida e trajetória, diferente das outras militantes. Pode ser, inclusive, semelhante a outras mulheres como Ana Claudino e Michele Seixas no âmbito da interseção que atravessa a vida na favela, em configuração particular de uma lésbica-sapatão; porém, cada uma apresenta uma ênfase distinta: por exemplo, Claudino direciona-se mais no ciberativismo, na criação de conteúdos lésbicos por redes virtuais e na contribuição do canal "Sapatão Amiga", produzido por ela e em trabalho colaborativo com outras integrantes, assim como contribui com a alimentação de dados no projeto "Indique uma Sapa".

Além disso, a inclinação para a militância digital tem se inserido no Brasil com mais força depois de 2015, o que é conhecido como “a primavera das mulheres”¹⁰⁸, e vem tendo resultados bem sucedidos. Isso não significa que a coletiva só faça militância digital; ao contrário, sua militância combina perfeitamente com sua permanência nas ruas. Da “primavera das mulheres”, se desprendem iniciativas como a Revista Brejeira, agora a única revista física voltada só para lésbicas e sobre empoderamento político.

No caso de Seixas, seu foco é a área da saúde, principalmente no âmbito de protocolos de atendimento médico para lésbicas. Ela chegou a trabalhar em um protocolo que ia ser apresentado dentro do modelo de atendimento amigável para lésbicas, junto à vereadora Franco.

Das outras participantes, pouco se poderia falar que não fosse sobre a afinidade na construção das pautas, com certos acréscimos ou diminuições em função das suas trajetórias. Este coletivo formula-se como paradigmático porque engloba uma diversidade de objetivos, que, na prática, levam a se sustentar pela força emocional e afetiva que as agrega.

Segundo Seixas, as condições que fizeram possível pensar a diversidade foram provocadas pela sobrevivência. Para ela, a cidade tem tido um revés perigoso nos últimos anos, de um fundamentalismo voraz que conseguiu diligenciar o diálogo entre redes em disputa. Concretamente, Seixas sentou-se à mesa na Articulação Brasileira de Lésbicas (ABL) e na Liga Brasileira de Lésbicas (LBL). Nas suas palavras:

Não existiu tensão entre redes, existiu tensão entre pessoas, mas não pode duas redes não dialogar por tensões entre pessoas. A gente não constrói dessa maneira, os

¹⁰⁸ Jimena de Garay se manifestou a respeito em uma entrevista sobre o incremento de pautas das mulheres a partir da “primavera”. O movimento, naqueles anos, foi grandemente fortalecido, inclusive pode ter desencadeado essa necessidade de afirmar-se nesse lugar, especialmente com a entrada de muitas jovens próximas ao feminismo. (DE GARAY, 2017)

fundamentalistas passam por encima de agente, então a gente tem que discutir sim, tem que construir sim. (SEIXAS, 2018)

Quanto aos recursos que sustentam a coletiva Sapa Roxa, um dos principais continua sendo o trabalho próprio, só que com uma diferença mais relevante em relação à Visibilidade Lésbica: coloca-se o fato de que, além de uma profissão que as permite combinar atividades, elas também se dedicam profissionalmente à militância.

Não existe uma divisão exata entre desempenho profissional e militância das integrantes da Sapa Roxa, e é graças a essa combinação que a coletiva consegue ter uma amplitude significativa e estratégica. Esse fenômeno se viu claramente no processo político da candidatura da vereadora Franco, pois ela não conseguia diferenciar sua atuação como representante eleita de seus compromissos como ativista. As militantes da coletiva participam da construção de uma nova ética, que se configura, provavelmente, como uns dos aportes mais significativos desta experiência organizativa.

À diferença das outras coletivas, a Sapa Roxa consegue fazer um diálogo com outros atores, os chamados de LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transsexuais). Elas têm parcerias com grupos subalternizados sem razão de políticas sexuais. A “Casa Nem”, e o coletivo “Trans da cidade”, entre outros, são parceiros com os quais a Sapa Roxa dialoga. Eles fazem ações conjuntas que atravessam seu caminhar na cidade. Outra diferença da Sapa Roxa em relação às outras coletivas que têm discutido a participação de pessoas Trans é que, na coletiva Sapa Roxa, o lugar próprio é coabitado com outras experiências que conectam suas formas particulares de estar no mundo; uma outra ordem simbólica.

Sobre as ações encaminhadas pela coletiva, é fundamental analisá-las a partir da ruptura que existiu uma vez que a PL foi rejeitada e que aconteceu o assassinato da vereadora Franco. Até 2017, a Frente adquiria uma nova dimensão no debate sobre as questões lésbicas na cidade, e entrava com força nos espaços restritos ao poder heterossexual branco. Havia, com essa entrada, a oportunidade de se colocar na disputa pelo poder.

Uma vez assassinada a vereadora, os múltiplos espaços de militância das ativistas da Sapa Roxa se uniram. Todas as iniciativas estavam voltadas a uma exigência de justiça e reafirmando o posicionamento da sexualidade da vereadora, sistematicamente apagada pela reação de desconforto da família, assim como pelas alianças internas do partido PSOL com grupos religiosos opostos à diversidade sexual, ainda que trabalhem em comunidades empobrecidas na cidade.

Todos tiveram um luto, à sua medida, menos as lésbicas. Mônica Benício adquiriu, neste processo, uma importância chave na resistência do apagamento lésbico da Vereadora assassinada. Antes do final desta pesquisa todo o noticiário aponta que o assassinato foi executado pelas máfias milicianas da cidade do Rio de Janeiro, fortalecidas graças à troca de favores com partidos e movimentos políticos. (DE ABREU, 2019)

Internamente, também se movimentaram as militantes negras, que adquiriram autoridade de poder falar na base de sua dor. A Frente Lésbica do Rio de Janeiro também compartilha dessa dor, na medida em que os atos de racismo não são mais tolerados e a Frente foi reorganizada em função da representatividade das lésbicas negras. Na fala das militantes:

Quando foi criada a Frente Lésbica não éramos nós quem liderávamos, eram as Brancas. Tendo atos de racismo, você passa pano uma vez, mas outra vez não passa não. Foi a partir dessa briga minha com ela que teve essa racha na Frente Lésbica. Frente Lésbica nem sei como é que está hoje, sei que a Frente Negra Marielle Franco está legal. A Frente Lésbica veio ao surgir a partir da proposta da Marielle, principalmente de chamar Frente Lésbica porque englobava muitas redes, muitos coletivos. Na evidencia é que nas redes uma coletiva tende a engolir as outras, então para ter uma representatividade horizontal foi criada a Frente Lésbica, mas infelizmente foi criada pela branquitude. (SEIXAS, 2018)

A partir da perspectiva de Figueiredo:

E a Frente passou a ser isso, as brancas não podem mais falar porque depois de que Marielle morreu, a gente não podia falar mais. Quando eu vi isso pensei: não gente eu não criei uma Frente pra ficar de boca calada, porque eu sou branca. Então saí tranquilamente. Olha num espaço que eu fundei, que ajudei a construir, e eu vi que depois que eu saí acabou. (FIGUEIREDO, 2018)

A partir desse “racha”, se viu fortalecido o evento “Ocupa Sapatão” que é uma das ações de visibilidade e resistência mais importantes na cidade do Rio de Janeiro. É importante perceber a capacidade de diversificação do “racha” que ocorreu, potencializado na Frente Lésbica. As lésbicas negras estão à frente do movimento hoje.

3.3.3 Liga Brasileira de Lésbicas

Das coletivas que organizaram originalmente a Frente Lésbica, a Liga Brasileira de Lésbicas (LBL) é a mais antiga. A organização foi criada no ano 2003, dentro do contexto do III Fórum Social Mundial¹⁰⁹. Nos anos anteriores à sua criação, as pautas lésbicas estavam se debatendo intensamente dentro dos espaços alternativos e de esquerda. Nas palavras de Figueiredo:

Nesse contexto a liga Lésbica se cria. A gente teve o Fórum Social Mundial, no Rio Grande do Sul, várias vezes em Porto Alegre. No primeiro tinha tudo o que você pode imaginar menos um espaço de discussão LGT nacional e internacional. Aí num 2000,

¹⁰⁹ No Fórum, as lésbicas do Brasil e de outros países da região tomariam o espaço para organizar a primeira caminhada dentro do evento. O mais importante desse contexto foi a possibilidade do encontro. Várias mulheres participariam decididamente da criação da Liga, sabendo que, a partir de vários espaços divididos por fronteiras, o comum, no caso das lésbicas, é o apagamento, a perda de direitos e a desigualdade com aqueles tão caracterizadas.

num Fórum, resolveram fazer essa reivindicação, resolvemos fazer com o movimento de mulheres e articulação brasileira e mulheres, ou para qualquer mesa, para poder pautar gente, não propriamente algo na programação LGBT. Aí vem o gasômetro, criou uma sala no gasômetro. Gasômetro era uma sala que estava acontecendo para a gente falar de isso. A maioria das mesas não tinha alguém. A gente ficou muito assim, porque o único lugar que tinha uma lésbica falando os cara não respeitaram a fala de ela, cortavam; eram três Gays na mesa, eles falaram e às vezes as lésbicas começa a dizer, mas é só uma que vai falar por todas nós. São três falando, deixa ela falar, passou um minuto e não corta ela. Porque corta o raciocínio de ela, porque essa é uma maneira de desestabilizar aquela lésbica que tá falando. E aí foi uma situação muito incômoda, foi a única mesa que tinha uma lésbica na programação de cinco dias para o Fórum Social Mundial de 2002. E ai 2003, a gente mais uma vez saio do gasômetro e montar a tenda, dentro do acampamento da Juventude para fazer discussões LGBT que na verdade eram GGG. Ai as lésbicas saíram de lá, marchamos pelo Gasômetro com uma bandeira que nós fizemos na hora, da América Latina porque eram lésbicas e por que elas estavam ali pedindo a nossa visibilidade, e aí numa tenda foi criada a Liga Brasileira de Lésbica. (FIGUEIREDO, 2018)

A ação foi marcada pela espontaneidade das militantes lésbicas que, em pleno uso de ocupação dos espaços de organização e resistência de esquerda, incorporariam na carta de princípios da Liga o conceito de autonomia em relação a partidos políticos. A Liga é a primeira organização de caráter nacional do movimento. Nela, acumulou-se a militância de partidos políticos de esquerda, movimentos sindicais e lésbicas que vinham de processos de ocupação nas escolas.

Janeiro de 2003 foi criada a Liga Brasileira de Lésbicas, nessa época não tinha nada autônoma para lésbicas, na nossa carta de princípio dizia que nós tínhamos que ser autônomas e feministas, para não está vinculada nem grupo misto, e muito menos é aquilo que terminou sendo uma grande disputa, sim a gente é feminista, a gente não quer nada do governo. Como é que você vai fazer os plantões contra o governo e recebendo o dinheiro do governo, é isso o que movimento de aliança e ABL faz. Aí é de onde vem o dinheiro, vem das estruturas mais próximas aos Estados, ou seja as Prefeituras. Isso virou uma grande festa de comércio na verdade, as únicas coisas que saíram de lá foram

as paradas Gay, que torna a gente invisível, e a gente não queria isso. (FIGUEIREDO, 2018)

Na autocrítica feita por Figueiredo para a pesquisa de lésbicas autônomas, a ativista coloca a tensão entre os princípios do movimento lésbico não institucionalizado, cada vez mais “esmagado” pela condição dos orçamentos, e o direcionamento da agenda política.

No devir da militância da LBL e já iniciados os mandatos do PT, a principal tensão foi a tendência participadora na construção de políticas públicas. Desse conflito, depreendeu-se a Articulação Brasileira de Lésbicas¹¹⁰ (ABL). Ambas, Liga e Articulação, coincidem na proposta de intervenção nas políticas públicas, porém, há franca oposição nas estratégias utilizadas e no tipo de participação¹¹¹.

A principal diferença entre a Liga Brasileira de Lésbicas e as outras organizações está na própria estrutura descentralizada. O número de militantes ultrapassa o das outras coletivas, além de haver, na Liga, a possibilidade de a integrante se manter ao longo do tempo.

As demandas reivindicadas pelo grupo estão sintetizadas na carta de princípios da LBL, na qual se ressaltam os princípios de autonomia, autodeterminação e liberdade. Esses são três conceitos inter-relacionados para explicar que tanto a sexualidade como a prática política devem responder a um exercício emanado das experiências, em subjetividades singulares e próprias.

As integrantes da Liga também almejam a visibilidade lésbica, entendida aqui como a afirmação e reconhecimento das mulheres lésbicas enquanto sujeitos políticos, a partir de uma

¹¹⁰ A articulação faz parte da ABL como colaboradora na execução de projetos e de financiamento a nível Nacional. Cabe ressaltar que a ABL é a rede de lésbicas mais forte no continente, e faz parte de um bloco de suborganizações com a possibilidade de obter recursos internacionais provenientes, principalmente, do HIV.

¹¹¹ Em termos gerais, existe desde as organizações mais antigas uma tendência ao dirigir suas ações em reformas jurídicas.

perspectiva antirracista, anticapitalista e que abrange várias vertentes ideológicas, como socialistas, comunistas, libertárias e anarquistas¹¹².

Segundo Célia Selem:

Desde a sua criação, as militantes da LBL tem participado de diferentes espaços de controle social como as conferências de Políticas para Mulheres, os conselhos de direitos, fóruns e audiências públicas, sempre inserindo o sujeito político lésbica nos discursos de reivindicação das políticas públicas em diferentes esferas governamentais. Esses destaques podem ser percebidos em alguns materiais, como os Anais da Primeira Conferência de Políticas para Mulheres, textos produzidos pelo movimento e fotografias.

A participação da Liga na Primeira Conferência de Políticas para Mulheres em julho de 2004 foi bastante expressiva, sendo que, juntamente com outras militantes lésbicas de outros grupos, as integrantes da LBL propuseram a inclusão da especificidade lésbicas e bissexuais nas propostas com relação à saúde, educação, previdência social e trabalho, encaminhando-as para deliberações da plenária. (SELEM, 2007).

A autonomia da organização foi discutida, em primeira instância, pelo movimento LGBT misto. Também houve, no ano 2016, uma discussão extensa sobre o reconhecimento bissexual dentro do SENALE. Na chamada “Carta de Teresina”,¹¹³ é possível observar bem o momento da incorporação da pauta, que também foi feita à base de alianças de reconhecimento dentro da Liga Brasileira de Lésbicas.

Em Teresina, também se nortearam os principais eixos que marcariam as pautas do movimento lésbico brasileiro, isto é, o fortalecimento do movimento de lésbicas e mulheres

¹¹² Análises do documento virtual da LBL publicado na sua página web.(Lésbicas, 2004)

¹¹³ Disponibilizado em: <https://blogueirasfeministas.tumblr.com/post/149725501482/9-senalesbi-carta-de-teresina>

bissexuais feministas, como a incorporação da negritude às causas LGBT e a visibilidade negra enquanto tarefa histórica e impostergável.

O orçamento da LBL está distribuído com base nos eixos estratégicos definidos pela Liga. O grupo participa de instâncias governamentais nas cidades onde possui maior representatividade, sendo elas Porto Alegre, São Paulo, Salvador e Brasília. No Rio de Janeiro, o suporte da Liga, segundo Virgínia Figueiredo, vem da auto-organização:

Nós todavia fazemos rifinha para nós manter. Aí foram juntando com aquele dinheiro e eles, deixa-me te falar, isso virou uma grande e disputa, porque como nós viemos de partir de movimento feminista, em 2005 fomos as primeiras lésbicas a estar na CDM, e únicas. A gente participou na SPM como conselheiras nacionais dos direitos das mulheres, até agora 2016, as únicas. (FIGUEIREDO, 2018)

Para a ativista, as condições desiguais de representatividade foram reconsideradas ao final dos anos 1990, com a emergência do problema social e de saúde causado pelo vírus HIV:

Somos um projeto enorme que advocacia, a finais dos 90 quando ele viu que não tinha mais a legitimidade de lésbica na ABGLT, ele resolveu fazer um projeto de boxe, ele sucedeu um dinheiro enorme para o SOMOS. SOMOS não tinha mais lésbicas, não tinha mais mulheres, aí ele chamou todas as mulheres que queriam voltar para ABGLT e ter recursos para formação, porque eu não tenho dinheiro para fazer formação e aí foi criada a ABL, que fez contrapondo com a gente. Nós continuamos sendo autônomas. (FIGUEIREDO, 2018)

A estratégia, cunhada de “divide e vencerás”, foi bem-sucedida dentro da militância lésbica, mas o fato de resolver pragmaticamente as ações de incidência não responde suficientemente a proveniência do orçamento. Cada cidade discute para si mesma a possibilidade de participar de editais de apoio para atividades focadas na participação das lésbicas, editais de caráter local, abertos em razão do empoderamento das mulheres, em sentido mais amplo. É a partir desses editais que houve a execução da política da Coordenação Nacional da Mulher, bem

como de propostas de empoderamento a partir da saúde, como a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, uma política preventiva do período da epidemia do vírus HIV.

De volta no Rio de Janeiro, as ações realizadas pela Liga Brasileira concentraram-se principalmente na participação e na coordenação da militante histórica Virgínia Figueiredo. Dentro da conjuntura do processo do PL, ela consegue fazer conexão com as coletivas mais jovens. Nas palavras de Virgínia:

Marielle falou assim: cara eu preciso ter apoio de um grupo, um pessoal interessado em tudo aquilo Virgínia. O que você acha? Eu falei poxa eu não posso te dar o nome de Rosângela, eu posso dar nome de meninas, mas não são nomes conhecido não; mas elas fazem trabalho legal. Porque já existia a Sapa Roxa fazendo um negócio, existia coletiva já existe a resiliência, então juntou tudo aí beleza, a gente fez PL (...) Na segunda votação do projeto, a garra dela defender, a garra dela de mobilizar, a gente encheu aquilo. Então eu acho que a gente teve essa referência. Tanto assim que ela conseguiu com que a gente fizesse primeiro ocupa sapatão, imediatamente depois da rejeição do projeto. Conseguiu fazer reuniões mensais, na frente para que a gente firmar um documento para fazer uma cirurgia para não morrer, não deixar aquela Frente acabar porque ela ía apresentar esse ano de novo. Surgiu outros grupos em Niterói que também fez a frente, lá para Taliria e que também fez ocupação lá com a Oitava Feminista, que é um grupo de jovens maravilhosas.

Dessa maneira, as ações dadas pela Liga na construção da PL e a conexão com a Vereadora Franco foram fundamentais, em primeiro lugar, como ponte de conexão, até a possibilidade de disputar sua presença no cenário mais adverso possível. Já em segundo plano, essa relação com a Vereadora teve o papel de colocar o nome e a experiência de uma organização lésbica histórica a serviço do diálogo; apesar de com tensões que não tardariam em aparecer.

Nas reuniões suscitadas depois da rejeição do projeto, as diferenças foram se aguçando, tanto no âmbito dos objetivos como no das práxis da aliança. A disputa sobre a representatividade racial desse núcleo foi, cada vez mais, se inclinando a uma postura de não ceder.

Nesse processo, a Liga Lésbica Brasileira saiu da conformação da Frente Lésbica do Rio de Janeiro, e as outras coletivas avançaram, enquanto isso, na criação da Frente Negra Marielle Franco, agora fortalecida pelo respaldo do mandato Franco e apoiada pelo partido PSOL.

Quando a Liga Brasileira passou a não participar mais das atividades da Frente e, além disso, depois da saída das outras coletivas, a Frente então permaneceu sem atividades, o que não aconteceu com a Frente Negra Marielle Franco. Da observação desses processos, podemos concluir que existem rupturas necessárias, diferenças que fazem barulho, que colocam em xeque as próprias práticas, similaridades e diferenças.

Os rompimentos nem sempre são desejados porque possuem um custo afetivo forte, mas é importante que sejam examinados, porque deles se desprende uma oportunidade de leitura única sobre o que se expõe; o desconforto também é político.

A partir desse cenário, a Frente hoje desenvolve-se no pêndulo entre a representatividade negra e a cada vez mais adversa conjuntura atual. Existem dois lugares de tensão onde a população negra e lésbica segue na disputa do poder, ou, por outro lado, apresenta relutância em relação aos outros processos organizativos do movimento LGBT, por perder seus lugares de representatividade.

Quadro 6 Resumo das Coletivas segundo Unidades Analíticas

FRENTE LÉSBICA RIO DE JANEIRO			
UNIDADES ANALÍTICAS	COLETIVAS		
	LIGA BRASILEIRA DE LÉSBICAS	VISIBILIDADE LÉSBICA	SAPA ROXA
ANO	2003	2015	2016
TIPO DE ORGANIZAÇÃO	Organização de caráter nacional	Coletiva de ação urbana	Diversificada: Horizontal
	Diversa, reúne ex militantes de Partidos Políticos e Sindicatos	Compacta por afinidade ideológica.	
	Estruturada: Popular/ Horizontal	Não estruturada: Horizontal	
TIPOS DE DEMANDAS	Autonomia, autodeterminação	Visibilidade Lésbica periférica.	Acesso Educação
	Incidência em políticas públicas	Negritude	Racismo- Negritude
	Não alianças com Trans	Não alianças com Trans	Gordofobia
	Pauta a favor do Aborto		Inserção laboral
	Anticapitalistas		Ciberativismo
Produção de conhecimento			
		Alianças com Trans	
ORÇAMENTO	Participação de orçamentos públicos	Contribuições de trabalho voluntário de parte das integrantes	Conjugação militância e profissionalização
	Trabalho voluntário Participação de Instancias públicas de decisão	Aporte de Fundos de apoio para lésbicas em atividades pontuais	
AÇÕES	Convocar as coletivas para construção da Frente	Ocupa Sapatão 2017	Ocupa Sapatão 2018
	Construção da PL	Construção da PL	Construção da PL
	Saíram da Frente Lésbica agora inativa	Criação Frente Negra Marielle Franco	Revista Brejeiras Criação Frente Negra Marielle Franco

Fontes Entrevistas, Elaboração própria.

3.4 Propostas de visibilidade e autonomia implantada.

É evidente que assistimos a um outro momento de consolidação da resistência lésbica, organizada principalmente a partir de outras configurações arquetípicas, como é o caso das coletivas autônomas. Elas são unidades que não respondem à sua permanência no tempo, são, ao contrário de todo prognóstico, unidades funcionais para a ação. Possuem um tempo curto de duração, mas com uma funcionalidade a longo prazo, porque elas se convertem em novos processos, está procurando constantemente desenvolver novos processos.

O objetivo fundamental das coletivas é a abrangência e a diversificação das propostas de ação, além da geração de capacidade de liderança nas militantes mais jovens e de baixos recursos, tudo sem estarem amparadas às estruturas clássicas. Por esta razão, a tipologia das coletivas responde a uma análise social mais aguda, a se considerar que as mulheres negras são aquelas que sustentam a produção brasileira¹¹⁴ com a exploração de seus recursos, sejam eles físicos, corporais, culturais ou psíquicos.

A crise institucional em que vive o país impacta principalmente a vida das mulheres, aquelas colocadas em vulnerabilidade por conta do ajuste estrutural, do aumento de subemprego e emprego informal, assim como do incremento do custo dos serviços públicos¹¹⁵.

As coletivas não se desprendem dessa realidade, e, em sua resposta decidiram lutar pelo poder, tanto com o apoio de outras representantes em cargos de direção, quanto na possibilidade de alianças autônomo-institucionais¹¹⁶. Essas alianças servem para afirmar uma identidade que consiga unificar classe, gênero e raça a partir da identidade lésbica; baseada no fato de ter uma predisposição contra o domínio masculino, usando e criando insumos "afetivo-políticos".

¹¹⁴ O IBGE revelou, no seu informe de desemprego no Brasil, que as mulheres negras são as mais prejudicadas. Ainda é mais claro quando se percebe, ao analisar os dados, que o desemprego tem idade, gênero e cor no Brasil. De 14 milhões de desempregados no país, houve um aumento considerável de trabalhadores subutilizados que já chegaram a 28 milhões. As mulheres são 51% dessa porcentagem, dado que leva suspeitas porque poderia ser ainda maior já que as mulheres não estão integradas completamente ao mercado de trabalho. No recorte de raça, 63% das pessoas desempregadas são pardas e negras. (IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2018)

¹¹⁵ O giro conservador dos últimos governos promove uma reconfiguração da tipologia de família nuclear, subordinando a mulher em termos passivos de cuidado e abnegação, além de penalizar qualquer alternativa de autocontrole natal, como o aborto e as práticas homossexuais publicamente sancionadas, o que repercute frontalmente na vida das mulheres negras lésbicas periféricas.

¹¹⁶ Estas alianças respondem, por sua vez, ao contexto de violência contra os corpos periféricos, corpos descartáveis para as políticas de seguridade social, porque a violência se suporta na doutrina da guerra, com a criação de um inimigo interno, atravessado pela ideologia racista que criminaliza a negritude.

Em termos práticos, as estruturas coercitivas fazem possível a unificação das lutas porque é mais fácil identificar um objetivo em comum com o efeito aglutinador. No caso da invisibilidade lésbica, a estrutura coercitiva se faz presente como negação absoluta do sujeito, o que torna inviável a consolidação de lutas em comum porque a sua força radica na dispersão. Em outras palavras, a invisibilidade é a estrutura mais complexa de se combater porque se fortalece com a negação do sujeito nas formas de dominação estrutural, disciplinar, hegemônica e interpessoal atuantes nos indivíduos.

Nesse contexto, os poucos dados que se têm são ainda mais preocupantes. Como exemplo, O Dossiê de Lesbocídio (Carneiro, et al., 2018) denunciou um aumento considerável de assassinatos de lésbicas no Brasil inteiro. São dados que conseguem fazer barulho com a implantação do regime militar de seguridade social implantando na cidade, que atinge bairros periféricos como alvo de intervenção. Além disso, há um sub-registro de assassinatos de lésbicas em situação de pobreza, que são contabilizados como mortes violentas associadas ao tráfico de drogas ou um ajuste de contas.

O Projeto de Lei tinha uma funcionalidade estratégica para colocar esses corpos visíveis, tirar a máscara da hipocrisia da sociedade. Em termos políticos, criar *visibilidade* significaria nomear, por um lado, a vida, ou seja, todas as aspirações, os desejos, as ideias de futuro, as condições sociais que atravessam esses sujeitos enquanto lésbicas. Por outro, seria nomear a morte, entendida como os resultados dessas interações ligadas à forma violenta como o sistema organiza as vidas, umas mais vivíveis que outras, portanto, o lesbocídio seria o uso permanente e sistemático do castigo, ou, nas palavras de Professora Doutora Fátima Lima, o uso de um "corpo-

subjetivação atravessados"(2018, pág. 1)¹¹⁷, sem maior possibilidade de aliança que não seja dentro da subalternidade sócio-sexual.

Os corpos atravessados nessas relações de poder não são iguais, estão construídos a partir do modelo de modernidade que se encontra solidificado na raça. Para Lima (2018) os marcadores sociais de diferença são singulares e respondem aos imaginários e as práticas sociais da colonialidade instalada no Brasil, colonialidade que ela considera em colapso.

As lésbicas agem nesse colapso, com a força do desmantelamento das noções de raça da colonialidade, com o que tenho chamado de ações de "não ceder" ou não soltar a representatividade negra lésbica. "Não ceder" significa não postergar um chamado histórico que altere a ordem estabelecida. A ordem é a implantação de um modelo econômico de Capitalismo de Estado¹¹⁸; de outro jeito não se pode explicar a tomada do poder a partir da existência das margens, com um caráter urgente. Parafraseando a Curiel (2007), a melhor maneira de se opor à opressão é se considerando sujeitas políticas, conscientes da responsabilidade histórica de afetar este sistema-mundo, em busca da autonomia das mulheres.

A autonomia, nesta experiência, está circunscrita ao lugar social, o lugar onde se está neste momento histórico. Portanto, não é um estado puro, absoluto, que possa se mover a uma forma de vida. Mais especificamente, a *autonomia* pautada pelas *coletivas lésbicas* é o resultado

¹¹⁷ Esse conceito remonta à construção de um corpo reconhecível pelas tecnologias de poder, que fazem possível o reconhecimento no âmbito da normalidade. Essas categorias são em referência a Foucault, que revela a forma como opera as tecnologias para controle da população a partir da coerção e do disciplinamento da sexualidade, da reprodução e do conhecimento. As lésbicas negras, por exemplo, habitam o lugar do incognoscível dentro dos marcadores sociais da diferença. Já as lésbicas masculinizadas fazem parte daqueles corpos expostos para o extermínio, cujas mortes funcionam como mecanismo de necropolítica (política de morte) em exercício da necroeconomia da matabilidade (vidas mais matáveis).

¹¹⁸ Protecionista com indústrias estratégicas (petróleo, eletricidade, mineração, telecomunicações) a partir de concessões tributárias, precarização de mão de obra (especialmente de mulheres negras), neutralização de protestos a partir de negociações com a perícia criada na última década, encarregada de mediar em nome dos interesses nacionais.

organizado frente a um constrangimento. É fruto de reflexões na base de um acumulado de valores interiorizados e incorporados como *desejáveis* para a consequência de vitórias alcançadas.

No caso escolhido para esta análise, temos a visibilidade como a incorporação no imaginário social da existência de grupo de mulheres amarradas em dissidência político-sexual. A prática mostra os limites da organização social do modelo de modernidade, a partir de um rompimento estético. Ao redor dele, a Frente Lésbica do Rio de Janeiro se circunscreve e recria continuamente uma nova ordem simbólica.

CONCLUSÕES

Foi possível entender a complexidade da denominação *coletiva lésbica autônoma* como sujeito político através de uma análise histórica materializada como experiências de vidas coletivas, em momentos que provocassem debates mais amplos sobre as possibilidades reais de autonomia das mulheres lésbicas, neste caso, no Brasil.

Essas experiências foram, por sua vez, recolhidas e traduzidas como forma de pensamentos que sintetizaram os aprendizados, como parte de uma memória viva, muitas vezes silenciada e pouco difundida por todos os agentes intervenientes, e isso inclui as próprias lésbicas. A produção de pensamento tem um impacto real na possível construção de alianças, e responde à pergunta: qual tipo de organização as lésbicas preferem? São conteúdos preliminares pouco questionados, que têm se instalado no imaginário das novas militantes como parte dessa memória viva.

Esse imaginário influencia diretamente as ações e estratégias que se podem organizar a partir da ideia de autonomia e visibilidade. As sujeitas lésbicas estão recarregadas de valores que fazem possíveis as escolhas e as ideias de autodeterminação que circulam nos espaços de produção simbólica do conceito “lésbico”. No momento contemporâneo, quando tem sido debatido com maior intensidade a possibilidade de autonomia das lésbicas, elas foram se desenvolvendo, a partir dos constrangimentos passados, como sujeitos políticos distintos.

A teoria sobre os Novos Movimentos Sociais permite analisar este sujeito desde a inovação cultural, ou seja, a participação ativa nas mudanças de imaginários sociais. Assim, eles aparecem no processo de redemocratização do Brasil, questionando a base na qual foi permitida a construção de um novo cidadão, novamente com a representação a partir da masculinidade, legitimada sempre como um sujeito genérico e proprietário de si mesmo. As lésbicas e outros movimentos sociais aparecem sob esse ocultamento, em forma de denúncia, fazendo possível

outras formas de representatividade, as quais ficariam marcadas na disputa por legitimidade com o movimento feminista, com o movimento negro; bem como com as novas configurações de poder do Novo Modelo de Estado, que negocia direitos a partir de preceitos de eficiência e eficácia.

A crise ocasionada pelo vírus do HIV reposiciona o discurso médico como forma de dominação disciplinar, na qual a política para a prevenção da infecção tecnicizou diferenciadamente aos homens homossexuais para produzir agentes capacitados na aquisição e execução de orçamentos preventivos, que consistiriam no fundo em uma variedade de ações pendulares. Por um lado, houve a desidentificação dos homossexuais como gays e mais como homens, homens que praticam sexo com homens, a propósito da alta incidência de infecção nessa população, concluindo que existem práticas e não identidades de risco, ou seja, corpos perfeitos para a epidemia. Por outro lado, assegurava-se um processo de re-identificação das lésbicas como mulheres para garantir sua cobertura na área da saúde, isso é, um corpo pensado simplesmente a partir da reprodução.

O importante desse processo não deve ser olhado de uma perspectiva moral de bons e maus, uma vez que gerou um relacionamento de parceria entre as pessoas homossexuais e lésbicas. O resultado que quero ressaltar é que o projeto disciplinar médico incorporou a política de saúde para a prevenção do HIV como a política sócio-sexual para as pessoas dissidentes da heteronormatividade.

Portanto a crise do vírus HIV apresenta um cenário de conflitividade que re-configura essa caracterização dos corpos da infecção na política nacional, ainda contestada por uma ação coletiva numérica de caráter nacional e internacional. O que termina de disseminar essa resposta organizada em termos de associações de caráter nacional, como agenda política no país, foi a crise institucional-econômica provocada em Junho 2013.

Nas Jornadas de Junho, o debate sobre as práticas de dominação exercida sobre sujeitos corporificados em termos de imputabilidade social aparece como pauta das coletivas de tipo

"autonomista", ao mesmo tempo em que perdem força as estruturas de participação políticas mais centralizadas. Desse modo acentua-se a defesa de um regime apartidário.

Esses são os momentos constitutivos das coletivas lésbicas autônomas na atualidade, das quais depreendem ações e estratégias que evidenciam uma nova configuração da autonomia. A autonomia é entendida aqui como uma série de ações que são originadas no constrangimento do contato com normas coercitivas atuantes no ocultamento do sujeito lésbica, tanto no caráter individual como coletivo. Trata-se da representação de um lugar, o lugar onde se vive, não uma essência nem uma referência ontológica.

Esse lugar está atravessado por tecnologias de corporificação acentuadas no modelo de modernidade em colapso (LIMA, 2018). Tal configuração de lugar evidencia o necessário suporte social buscado para as mulheres negras, suporte que tenho chamado de “ocupação para não soltar o poder”, poder que serve para refazer simbolicamente seus próprios conteúdos exponencialmente.

“Não soltar”, “não ceder”, “ocupar o poder para poder refazer”, são as estratégias mais importantes desta experiência. O presente estudo teve como referência a materialização da Frente Lésbica do Rio de Janeiro, hoje nomeada como Frente Negra Lésbica Marielle Franco, inspirada nos Frentes Populares que trabalham a partir de coalizões de blocos afins para combater um inimigo maior. Combater, em termos políticos, seria a disputa por reconhecimento e uma profunda ruptura social nas estruturas da organização político-sexual.

O Projeto de Lei pela Visibilidade Lésbica (2017) atua aqui como dispositivo para dismantelar a concepção de representatividade "possível" na cidade do Rio de Janeiro. Leila Gonzalez (1988) tem elaborado um conceito de “Amefricanidade”, entendido como a luta dos povos colonizados contra as violências geradas pela colonialidade do poder, traçado nas diásporas negras, assim como no extermínio da população indígena. A autora faz referência ao mecanismo de luta e resistência como mecanismo estratégico de visibilidade, para pensar a partir

de dentro um combate às interpretações do mundo moderno colonial. Nas palavras da antropóloga:

A categoria de Amefricanidade incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada [...] Seu valor metodológico, está no fato de permitir a possibilidade de resgatar uma unidade específica, historicamente forjada no interior de diferentes sociedades formaram numa determinada parte do mundo, Por tanto o termo designa toda uma descendência não só de africanos mais sim de quem habita América. (GONZALEZ, 1988, pág. 76-77)

Posteriormente a esta pesquisa, proporia um feminismo afrolatinoamericano como prática de um feminismo atento ao racismo, protagonizado por mulheres das margens, prestes a construir modelos alternativos de sociedade. (GONZALEZ, 1988, pág 135) A propósito das contribuições da professora Gonzalez, parece oportuno pensar uma nova categoria, ainda em surgimento, que dê conta deste momento, a qual poderia se chamar de uma ação de Lesbianegrizar o Poder.

BIBLIOGRAFIA

ALESSI, Gil. 2019. www.elpais.com.br. *Angela Alonso: “O Brasil é um país muito conservador, que não muda fácil, nem rápido e nem sem reação”*. [Online] EL PAÍS BRASIL, 06 de Fevereiro de 2019. [Citado em: 06 de Fevereiro de 2019.] https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/01/politica/1549050356_520619.html.

ANTUNES, André. 2018. Cinco anos das Jornadas de Junho: um legado em disputa. www.epsjv.fiocruz.br. [Online] FIOCRUZ, 15 de Junho de 2018. [Citado em: 11 de Fevereiro de 2019.] <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/cinco-anos-das-jornadas-de-junho-um-legado-em-disputa>.

ANZALDÚA, Gloria. 2016. *Borderlands La frontera, La nueva mestiza*. Madrid : Capitán Swing Libros, S.L, 2016.

BANCO MUNDIAL. 2013. <http://datos.bancomundial.org/indicador>. *datos banco mundial*. [Online] 2013. [Citado em: 29 de 06 de 2017.] http://datos.bancomundial.org/indicador/EN.ATM.CO2E.KT?end=2013&name_desc=false&start=2013&view=map.

BARBOSA, Nelson. 2018. As diferentes fases da política econômica do PT: revisionismo histórico e ideologia. *Blog do IBRE*. [Online] 17 de 05 de 2018. [Citado em: 01 de 05 de 2019.] <https://blogdoibre.fgv.br/posts/diferentes-fases-da-politica-economica-do-pt-revisionismo-historico-e-ideologia>.

BAPTISTA, Tatiana Wargas de Faria, MACHADO, Cristiani Vieira e LIMA, Luciana Dias de. 2009. *State responsibility and right to health in Brazil: a balance of the Branches' actions*. 3, São Paulo : Ciencia&saudecoletiva, 2009, Vol. 14.

BEAUD, Michel. 1981. *História do Capitalismo*. São Paulo : brasiliense s.a, 1981.

BIRD. 1999. *Acordo de Empréstimo 4392BR*. 1999.

BIROLI, Flávia. 2012. *Agentes imperfeitas: contribuições do feminismo para a análise da relação entre autonomia, preferências e democracia.* Belo Horizonte : Revista Brasileira de Ciência Política, 2012, Vol. 9, pp. 7-38.

BORGES, Jlo. 2018. *Coletiva Visibilidade Lésbica e Frente Lésbico RJ.* Rio de Janeiro, 27 de 11 de 2018.

BRANDÃO, Simone. 2018. Teorias lésbicas contemporâneas e a arte como ativismo e potência de resistência e visibilidade. [A. do livro] Grupo Gira UFBA. *Dossiê Pensamento Lésbico Contemporâneo.* Bahía : UFBA, 2018, pp. 134-143.

BILGE, Sirma. 2009. *Teorias feministas da interseccionalidade.* 2009, Diogenè 1, pp. 70-88.

BUNCH, Charlotte. 1972. Lesbian in Revolt. *The Furies: Lesbian/Feminist Monthly.* [Online] 1972. [Citado em: 11 de 01 de 2019.] <https://scriptorium.lib.duke.edu/win/furies/>.

BUTLER, Judith. 2002. *Cuerpos que importan. Sobre los límites materiales y discursivos del sexo. (Vol. I).* DF Mexico : Paidós, 2002.

CÂMARA LEGISLATIVA DO GOVERNO DE RIO DE JANEIRO. 2017. *Projeto de Lei .* [Online] Câmara Legislativa RJ, 16 de 08 de 2017. [Citado em: 14 de 02 de 2019.] <http://mail.camara.rj.gov.br/Apl/Legislativos/scpro1720.nsf/e13bbebac4d2d19f8325807c006bfd36/a29ca84abd38c4ad832580de00664201?OpenDocument#TOPO>.

CÂMARA RIO DE JANEIRO. 2017. www.camara.rj.gov.br. *Legislação e atividade parlamentar.* [Online] 16 de 08 de 2017. [Citado em: 24 de 02 de 2019.] <http://www.camara.rj.gov.br/>.

CARNEIRO, Milena, SOARES, Suane e DIAS, Maria. 2018. *Dossie sobre lesbocídio no Brasil de 2014 até 2017.* Rio de Janeiro : Livros Limitados, 2018.

CARTA DE TERESINA. 2016. Teresina : SENALESBI, 2016. SENALESBI 2016. p. 2.

CHARLEAUX, João Paulo. 2017. www.nexojournal.com.br. *O que foram, afinal, as Jornadas de Junho de 2013. E no que elas deram.* [Online] NEXO, 17 de Junho de 2017. [Citado

em: 22 de Fevereiro de 2019.] <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2017/06/17/O-que-foram-afinal-as-Jornadas-de-Junho-de-2013.-E-no-que-elas-deram>.

CLARKE, Cheryl. 1981. O lesbianismo como ato de resistencia. [A. do livro] Varias. *Este puente mi espalda*. San Francisco : ism press, 1981, pp. 98-107.

CLAUDINO, Ana. 2018. Rio de Janeiro, 04 de 10 de 2018.

COLLECTIVE, COMBAHEE RIVER. 1977. Manifesto Combahee River Collective. *we.riseup.net*. [Online] Abril de 1977. [Citado em: 12 de 08 de 2018.] <https://we.riseup.net/radfembr+spanish/manifiesto-colectiva-del-rio-combahee-una-declarac>.

COLLINS, Patricia Hill. 1990. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Nova York : Routledge, 1990.

COLLINS, Patrícia. 2000. *Pensamiento feminista Negro: el conocimiento, la conciencia y la política de empoderamiento*. Nueva York : Routledge, 2000.

CRENSHAW, Kimberlé. 1989. “*Demarginalizing a interseção de raça e sexo; uma crítica feminista negra da doutrina da discriminação, teoria feminista e anti-racista*. 1989, University of Chicago Legal Forum, pp. 139-167.

CRUZ, Rodrigo. 2015. *Do protesto as urnas: O movimento homossexual brasileiro na transição política (1978-1982)*. São Paulo : Universidad Federal de São Paulo, Dissertação de Mestrado em Filosofia., 2015.

CURIEL, Ochy. 2007. “*La crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista*” en *Colonialidad y Biopolítica en América Latina*. 2007, Revista Nómadas, nº 26, pp. 91-101.

CURIEL, Ochy. 2007. América Latina en movimiento. *El Lesbianismo Feminista: una propuesta política transformadora*. [Online] 15 de 05 de 2007. [Citado em: 11 de 01 de 2019.] <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:rtWHk3NCLEgJ:https://www.alainet.org/es/active/17389&hl=es&gl=br&strip=0&vwsrc=0>.

CURIEL, Ochy; ESPINOSA, Yuderkys . 2010. Hacia la construcción de un feminismo descolonizado. [A. do livro] *Aproximaciones críticas a las prácticas teóricas políticas del feminismo latinoamericano*. Buenos Aires : La Frontera, 2010, pp. 69-76.

DALTON, R e KUECHLER, M. 1990. *Challenging the Political Order: New Social and Political Movements in Western Democracies*. Oxford : Polity Press, 1990.

DE ABREU, Allan. 2019. A metástase. *Piauí*. [Online] 03 de 2019. [Citado em: 12 de 03 de 2019.] <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-metastase/?fbclid=IwAR038os....>

DE ALMEIDA, Guilherme Silva. 2005. *Da invisibilidade à vulnerabilidade: percursos do corpo lésbico na cena contemporânea brasileira face à possibilidade de infecção por DST e AIDS*. 2005 : Universidad do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

DE ALMEIDA, Guilherme Silva. 2009. *Argumentos entorno a possibilidade de infecção por DST e AIDS entre mulheres que se autodefinem como lésbicas*. 2009, *Physis Revista de Saúde Coletiva*, pp. 301-331.

DE GARAY, Jimena. 2017. Rio de Janeiro, 28 de 11 de 2017.

DE LA DEHESA, Rafael. 2010. *Queering the Public Sphere in Mexico and Brazil: Sexual Rights Movements in Emerging Democracies*. Durham : Duke University Press, 2010.

DE SOUSA, Gabriel. 1587. *Tratado Descritivo do Brasil* . s.l. : Hedra, 1587.

DELPHY, Christine. 1985. El enemigo principal. [A. do livro] varios. *Por un feminismo materialista*. Barcelona : Cuadernos Malacabados, 1985, pp. 11-28.

DESCARTES, René. 1644. *Principios de la Filosofía. Discurso del método para dirigir bien la razón y hallar la verdad de las ciencias*. Tradução de Louis Elzevir. Amsterdam : Biblioteca do Mundo, 1644.

DOLCE, Julia. 2018. *Especialistas relacionan crisis económica en Río de Janeiro con aumento de violencia*. [Brasil de Fato] São Paulo : Brasil de Fato, 2018.

ESPINOSA, Yuderkys. 2004. *Ponencia presentada en la Primera Jornada de Reflexión Lésbica de Rosario.* Rosario-Argentina : “Entre Nosotras”, 2004.

FACCHINI, Regina. 2003. *Movimiento Homossexual no Brasil: recompondo um histórico.* (10, 18/19), Campinas : Cadernos AEL, 2003, Cadernos AEL, Campinas, Arquivo Edgar Leuenroth/Unicamp, Vol. 10, pp. 81-124. Arquivo Edgar Leuenroth/Unicamp.

FACCHINI, Regina. 2005. *Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90.* Rio de Janeiro : Garamond, 2005.

FALQUET, Jules e CURIEL, Ochy. 2005. *El Patriarcado al desnudo, Tres Feministas Materialistas.* Buenos Aires : Brecha Lesbica, 2005.

FALQUET, Jules. 2006. *De la cama a la calle.* Bogotá : Brecha Lésbica, 2006.

FALQUET, Jules. 2012. *Romper o tabu da heterossexualidade.* 2012, Cadernos de crítica feminista, pp. 15-24.

FALQUET, Jules. 2014. *Las Feministas autónomas latinoamericanas y caribeñas veinte años de disidencias.* Paris : Recherches Féministes, 2014. Critiques féministes du développement. pp. 39-58.

FALQUET, Jules. 2014. *Las Feministas autónomas, latinoamericanas y caribeñas: veinte años de disidencias.* 2014, Feminismos disidentes, pp. 39-58.

FALQUET, Jules. 2016. *La propuesta decolonial de Abya Yala: Las raíces feministas y lésbicas autónomas.* 2016, De la Fuente, pp. 53-74.

FALQUET, Jules. 2017. *Materialismo feminista, crise do trabalho assalariado e imbricação das relações sociais estruturais.* 10, París : Cadernos Cemarx, 2017, Cadernos Cemarx, pp. 243-265.

FEDERICI, Silvia. 2004. *Calibán y la bruja.* Madrid : Traficante de sueños, 2004.

—. 2013. La Revolución en punto cero. Trabajo doméstico, reproducción y luchas feministas. *Traficantes de Sueños*. [Online] 2013. [Citado em: 29 de Maio de 2017.] <http://www.traficantes.net/sites/default/files/pdfs/Revolucion%20en%20punto%20cero-TdS.pdf>.

FERNANDES, Marisa. 2018. Ações Lésbicas. [A. do livro] Renan Quinalha, Marcio Caetano, Marisa Fernandes James N. Green. *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo : Alameda, 2018, pp. 91-120.

FICO, Carlos. 2004. *Além do golpe: versões e controversias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro : Record, 2004.

FIGUEIREDO, Virginia. 2018. Rio de Janeiro, 26 de 09 de 2018.

FIGUEIREDO, Virguinia. 2017. *Discurso no Ocupa Sapatão*. Rio de Janeiro : s.n., 2017.

FOUCAULT, Michell. 1976. *Las redes del poder*. Salvador de Bahía, Brasil : s.n., 1976. Barbarie.

FOUCAULT, Michell. 2004. *El nacimiento de la clínica, una arqueología a la mirada médica*. Buenos Aires : Siglo XXI, 2004.

FREYRE, Gilberto. 1933. *Casa-Grande e Senzala*. São Paulo : Global Editorial, 1933.

GALVÃO, Jane. 2000. *Aids no Brasil: a agenda de uma construção de uma epidemia*. Rio de Janeiro : ABIA Editora 34, 2000.

GÂNDAVO, Pero. 1576. *"Historia de la Provincia de Santa Cruz que comúnmente llamamos Brasil"*. Lisboa : s.n., 1576.

GARGALLO, Francesca. 2006. *Ideas Feministas Latinoamericanas*. Cidade de México : Historia de las ideas, 2006.

GONZALEZ, Leila. 1988. *"Por um feminismo afrolatinoamericano"*. Santiago : s.n., 1988, Revista Isis Internacional, Vol. 9, pp. 133-141.

GIMENO, Beatriz. 2005. ¿Dónde están las lesbianas? El problema de la identidad desde el activismo. [A. do livro] Beatriz Gimeno. *Historia y análisis político del lesbianismo: la liberación de una generación*. Barcelona : Gidesa, 2005, pp. 33-47.

GOHN, Maria da Glória. 2012. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo : Loyola, 2012.

GÓMEZ, Dorotea. 2012. *Mi cuerpo es un territorio político*. Santo Domingo : Brecha Lésbica, 2012.

GONZALEZ, Leila. 1988. GONZALEZ, 1988a,. [A. do livro] Varios. *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro : s.n., 1988, Vols. 92, 93, pp. 69-82.

GREEN, James. 2000. *Além do carnaval - Homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo : Editora Unespi, 2000.

GREEN, James N. 1998. *The global emergence of gay and lesbian politics: national imprints of a worldwide movement*. Philadelphia : Temple University Press, 1998.

GREEN, James N., CÉSPEDES, Carlos de e QUINTALHA, Renan. 2014. Ditadura e Homossexualidades. [A. do livro] Comissão Nacional da Verdade. *Relatório, Volume II, Textos Temáticos*. Brasília : Comissão Nacional da Verdade, 2014, pp. 299-312.

GUILLAUMIN, Colette. 1978. *El sexo, la raza y la naturaleza*. 1978, Questions féministe, pp. 5-30.

HABERMAS, Junger. 1981. *Nuevos Movimientos Sociales*. 47, s.l. : Quaterly Journal, 1981.

HARAWAY, Donna. 1984. *Manifiesto Ciborg*. Santa Cruz : Universidad de California, 1984.

HARTMANN, Nicolai. 1933. Des Problem des Geistigen Seins. *El problema del ser espiritual*. 1933.

HIRATA, Helena. 2014. *Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais.* 2014, Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 26, pp. 61-73.

IBGE. 2015. *Indicadores Sociais.* Brasília : IBGE, 2015.

—. **2018.** *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).* s.l. : IBGE, 2018.

INEP. 2010. *Censo da Educação Superior .* Brasília : INEP, 2010.

IRIGARAY, Luce. 1992. *El cuerpo a cuerpo con la Madre. El otro género de la naturaleza, Otro modo de sentir.* Barcelona : La Sal, 1992.

KANT, Immanuel. 1981. *Crítica de la razón práctica. Trad.* Madrid : Espasa Calpe, 1981.

KERGOAT, Danièle. 1987. Trabalhadores = trabalhadores? Propostas para uma articulação teórico de duas variáveis: sexo e classe social. [A. do livro] Varios. *Crítica da Economia Política.* Paris : Nova Série, 1987, pp. 65-97.

KERGOAT, Danièle. 2012. *Se battre, disent-elles...* . París : col. Le Genre du Monde, 2012.

LANDAU, Caroline. 2011. “A Aids mudou de cara”:memória coletiva e novas oportunidades para o ativismo da Aids no Brasil. 2, São Paulo : PLURAL, 2011, Vol. 17.

LIGA BRASILEIRA DE LÉSBICAS. 2004. Liga Brasileira de Lésbicas. *Princípios da Liga Brasileira de Lésbicas.* [Online] 11 de 07 de 2004. [Citado em: 15 de 05 de 2019.] <https://lbnacional.wordpress.com/carta-de-principios/>.

LIMA, Fátima. 2018. *Raça, Interseccionalidade e Violencia.* 02, Bahía : UFBA, 2018, Vol. 04.

LORDE, Audre. 2010. *Textos Escolhidos de Audre Lorde.* Madrid : Feministas Independientes, 2010.

MACRAE, Edward e FRY, Peter. 1985. *O que é homossexualidade.* São Paulo : Brasiliense, 1985.

MACRAE, Edward. 2018. Identidades homossexuais e movimentos sociais urbanos no Brasil da Abertura. [A. do livro] James N. Green, Marcio Caetano Renan Quinalha e Marisa Fernandes. *História do Movimento LGBT no Brasil.* São Paulo : Alameda, 2018, pp. 38-120.

—. **1985.** *O militante homossexual no Brasil da Abertura.* São Paulo : Tese de Doutorado em Antropologia- Facultad de Filosofia Letras e Ciencias Humanas. USP, 1985.

MARINS, Camila. 2017. Cara Sapa Preta, somos o poder. [Online] 03 de 05 de 2017. [Citado em: 11 de 04 de 2019.] <https://saparoxa.wordpress.com/2017/05/03/cara-sapa-preta-somos-o-poder/#more-73>.

MARX, Karl. 1986. O Capitale, Livro II. [A. do livro] Karl Marx. *O Capitale.* Roma : Nova Cultura, 1986, p. 887.

MATHIEU, Nicole Claude. 1991. *La anatomia política.* Paris : Cote-femmes, 1991.

MELUCCI, Alberto. 1982. *El tiempo de la diferencia: Condición femenina y movimiento de mujeres.* Iatlia : Bologna, 1982. Traducción PIEM.

MINISTÉRIO DE SAÚDE. 2000. *AIDS resultados .* 2000.

MINISTERIO DE SAÚDE. Departamento de vigilância, prevenção e controle das IST, HIV/AIDS e das hepatites virais. *Ministerio de Saúde.* [Online] [Citado em: 13 de 02 de 2019.] <http://www.aids.gov.br/pt-br/gestores/comissoes-e-comites/comissao-de-articulacao-com-os-movimentos-sociais-cams>.

MOGROVEJO, Norma. 2000. *Un amor que se atrevió a decir su nombre.* Distrito Federal : Plaza y Valdés S.A., 2000.

MONJE, Carlos. 2011. *Metodología de la Investigación Cuantitativa y Cualitativa Guía Didáctica.* Bogotá : Universidad Surcolombiana, 2011.

MORAGA, Cherrie. 1988. En el sueño siempre se me recibe en el río. [A. do livro] Varias autoras. *Este puente mi espalda*. San Francisco : ismo, 1988.

MOTT, Luiz. 1987. *O Lesbianismo no Brasil*. Porto Alegre : Mercado Aberto, 1987.

NAVARRO, Tania. 1999. *Feminismo e lesbianismo: A identidade em questão*. 1999, Cadernos Pagu N 12, pp. 109-120.

NETTO, Isabel. 2018. Rio de Janeiro, 21 de 09 de 2018.

NIETZSCHE, Friedrich. 2015. *Além do bem e do mal. Prelúdio a uma filosofia do futuro*. Tradução Renato Zwick. Porto Alegre : L&PM POCKET, 2015.

OFFE, Claus. 1988. Los nuevos movimientos sociales cuestionan los límites de la política institucional. [A. do livro] Claus Offe. *Partidos Políticos y nuevos movimientos sociales*. Madrid : Fundación Sistema, 1988, pp. 163-168.

OLSON, Mancur. 1965. he Logics of Collective Action. *Harvard University Press*. Cambridge, 1965.

PARKER, R, GALVAO, J e BESSA, M.S. 1999. *Saúde, desenvolvimento e política: respostas frente à Aids no Brasil*. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Editora 34, 1999.

PRACHNIAK-RINCON, Corey e DE ONÍS, Jimena Villar. 2016. *HIV and the Right to Health in Colombia*. *Health and human rights*. 2, Bogotá : s.n., 2016, Vol. 18.

PISANO, Margarita. 1994. Ética, ética feminista y libertad. [A. do livro] Ximena BEDREGAL. *Ética y Feminismo*. Ciudad de México : La correa feminista, 1994.

QUIJANO, Aníbal. 1992. *Sobre el concepto de colonialidad del poder*. Lima : s.n., 1992, Perú Indígena, volúmen 13, p. 29.

QUINALHA, Renan. 2018. Uma ditadura hetero-militar: notas sobre a política sexual do regime autoritário brasileiro. [A. do livro] James N. Green, et al. *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo : Alameda Casa Editorial, 2018, pp. 14-38.

RAZ, Joseph. 1988. Autonomy, Toleration and the Harm Principle. [A. do livro] Susan Mendus. *Justifying toleration: conceptual and historical perspectives*. New York : Cambridge University Press, 1988, p. 157.

RICH, Adrienne. 1980. *A heterossexualidade compulsória e existência lésbica*. s.l. : GELP & GELP, 1980, Sings, pp. 631-660.

RICH, Adriana e NAVARRO, M. 1999. En Varios, Sexualidad, género y roles sexuales. [A. do livro] Adriana RICH. “*La heterosexualidad obligatoria y la existencia lesbiana*”. México : FCE, 1999, pp. 159-212.

RODRIGUES, Nina. 1932. *Os africanos no Brasil*. Salvador de Bahia : s.n., 1932.

ROMERO, Silvio. 1980. *A história do Brasil ensinada pela biografia dos seus heróis*. Rio de Janeiro : s.n., 1980.

ROTH, Rosely. 1983. *Autonomia*. [www.umoutroolhar.com.br] São Paulo : ChanacomChana, Um Outro Olhar, 23 de Agosto de 1983. Vol. 4.

SANTOS DE SOUSA, Boaventura. 2001. *Los nuevos movimientos sociales*. 2001, Debates, pp. 177-188.

SARMENTO, Rayza, REIS, Stephanie e MENDONÇA, Ricardo. 2017. *As Jornadas de Junho no Brasil e a questão de gênero: as idas e vindas das lutas por justiça*. 2017. Brasília : Revista Brasileira de Ciências Políticas, Janeiro de 2017, Vol. 22, pp. 93-128.

SEIXAS, Michele. 2018. Rio de Janeiro, 11 de 09 de 2018.

SELEM, Célia. 2007. A Liga Brasileira de Lésbicas: produção de sentidos na construção do sujeito político lésbicas. *labrys, études féministes*. [Online] Labrys, julho de 2007. [Citado em: 11 de 05 de 2019.] <https://www.labrys.net.br/labrys12/livre/celia.htm>.

SCHOPENHAUER, Arthur. 2005. *O Mundo como Vontade e como Representação*. Tradução de Jair Barboza. São Paulo : UNESP, 2005.

SPIVAK, Guayatri. 1988. Pode um subalterno falar. [A. do livro] Nelson CARY e Larry GROSSBERG. *Marxismo na interpretação da Cultura*. Boston : University of Illinois Press, 1988, pp. 271-313.

TAVARES, Verônica. 2019. Rio de Janeiro, 22 de 01 de 2019.

TAYLOR, Charles. 2006. *Fuentes del Yo: la construcción de la identidad moderna*. Madrid : Paidós Ibérica, 2006.

WITTIG, Monique. 1980. *El pensamiento Heterosexual*. Paris : Questions Féministes, 1980, Questions Féministes , p. 157.

ANEXOS

Modelo Entrevista Colectivos Autónomos

DATOS SOCIODEMOGRAFICOS

Nome de pessoa:
Sexo – gênero:
Orientação sexual:
Idade:
A que se dedica:
Qual organização milita:
Como é seu "viver lésbica" na cidade:

ORGANIZAÇÃO

Como chegou a sua organização (em que ano, em que circunstâncias)
O que você conhecia de ela anteriormente (processo de conformação)
Quais são as pautas mais importantes
Como se discute os agenciamentos dentro da sua coletiva
Como descreveria o trabalho da sua organização
O que faz da sua organização diferente das outras
O que relacionamento tem com os outros coletivos (LGBT, Feminista, Sindical, Partidário)

PROJETO DE LEI

Quais foram suas atuações dentro da construção da proposta legislativa
Por que uma proposta pela visibilidade, quais foram às principais reflexões.
Como foi o trabalho com as outras coletivas
Como foi o trabalho com a equipe de Marielle Franco
Que tipo de ações iniciou para a aprovação da lei
Como foi a experiência de discussão e rejeição da proposta

Quais foram às principais surpresas dentro do processo (o completamente atípico)

O que faria distinto. Qual é sua recomendação para si mesma agora.

FRENTE LÉSBICO RJ

Quais são os principais retos para o Frente.

As principais divergências que se discutem

O que fazem com as divergências

Quais recomendações você daria para o Frente Lésbico RJ agora

Quais são as principais perdas dentro do processo.

O que pauta persegui seu coletivo com a conformação do Frente RJ

O que representa o Frente pra você

Modelo Entrevista Equipe Marielle Franco

DATOS SOCIODEMOGRAFICOS

Nome de pessoa:

Sexo – gênero:

Orientação sexual:

Idade:

O que formação tem:

Qual é sua principal função dentro da equipe:

ORGANIZAÇÃO

O que representa pra você as coletivas lésbicas autônomas na cidade

Dos coletivos lésbicos na cidade porque decidiram trabalhar com aqueles que se chamam autônomos

Qual foi o motivo de abordagem com elas

Como entra em contato com elas

Qual foi a experiência de trabalho

Que tipo de estratégias tomou para a elaboração da proposta de visibilidade

Por que a visibilidade, quais foram às principais discussões

Qual foi o role de Marielle dentro do processo

Quais foram às expectativas e as estratégias para a aprovação da proposta

PROJETO DE LEI Nº 82/2017

Citam na resolução do dia da visibilidade lésbica do SENALE (SBI -1996) como marcos de referencia histórico, quais foram às reflexões sobre isso.

Por que se priorizou a visibilidade quando o mesmo texto cita a as múltiplas violências que vivem as lésbicas (sexual, física, patrimonial, psicológica, estatal, simbólica).

O projeto coloca como justificativo a ausência de representatividade lésbica na mídia e na política de que maneira a proposta conseguiria esse projeto

A qual emergência respondia a apresentação da lei. Existem alguns fatos atípicos

Qual é o perfil dos vereadores contrários à proposta e que estratégia foram adotada pra aprovação

Por que Marielle disse que mesmo perdendo ganharam as lésbicas com a rejeição do projeto.

Modelo Entrevista Dossier de Lesbocídio

DATOS SOCIODEMOGRAFICOS

Nome de pessoa:

Sexo – gênero:

Orientação sexual:

Idade:

O que formação tem:

Qual foi sue principal aporte na pesquisa sobre Lesbocídio:

LESBOCÍDIO

Quais são os vácuos que atendeu a pesquisa de Lesbocídio

Como se produz o termo. Existiu consenso com as militantes

O que disse o silêncio destes casos na mídia tradicional

Qual análise refere pra você o aumento simultâneo entre casos e denúncias em fontes digitais

Coincide o período com a primavera das mulheres (2016-2017 80%)

Você acha que tem a ver a publicação do Dossiê de Lesbocídio com a introdução da proposta de lei de visibilidade lésbica. Contrapõe-se lesbocídio com visibilidade

A faixa etária (entre os 19 para os 24) perfila mulheres com dependência familiar ou fossem emancipadas à força a causa da orientação sexual.

Aparecem os primeiros casos de assassinatos de lésbicas por outras mulheres, tem alguma diferença significativa (abuso da violência).

Morrem mais lésbicas não masculinizadas, tem alguma orientação sobre isso

Qual inquietação merece-lhe a faixa etária de suicídios por lésbicas não masculinizadas.

LISTADO DE ENTREVISTAS

Entrevista Mariana Rodrigues	28-04-2018	Liga Brasileira de Lésbicas
Entrevista Iara Mora	17-07-2018	Equipe Jurídico Marielle Franco
Entrevista Isabel Netto	19-08-2018	Coletiva Visibilidade Lésbica
Entrevista Milena Carneiro	25-08-2018	Dossiê Lesbocídio
Entrevista Suane Soares	25-08-2018	Dossiê Lesbocídio
Entrevista Michelle Seixas	11-09-2018	Coletiva Sapa Roxa
Entrevista Ana Claudino	12-09-2018	Coletiva Sapa Roxa
Entrevista Yaya Ferreira	17-09-2018	Coletiva Visibilidade Lésbica
Entrevista JLO Borges	27-09-2018	Coletiva Visibilidade Lésbica
Entrevista Virginia Figueiredo	27-11-2018	Liga Brasileira de Lésbicas
Entrevista Verônica Tavares	06-05-2019	Equipe Gênero Marielle Franco

Quadro 7 Votação do Projeto N 82/2017

Votação do Projeto de Lei 82/2017					
Nº	NOME	PARTIDO	A FAVOR	CONTRA	ARGUMENTOS
1	Alexandre Inaquintero	DEM		7	Hoje de 19h30min, sou do meu voto que já o voto se alguns se conquistou de a classe LGT. A gente tem que saber que não podemos para que, como já, a gente sabe que o dia de amanhã se vai mudar. O dia de amanhã se vai mudar, mas se não for um trabalho com o dia de LGT.
2	Carlos Botelho	PSC		7	
3	Carlos César	DEM		7	
4	César Maia	DEM	7		
5	Claudio Castro	PSC		7	Hoje de meu voto, sou do meu voto que já o voto se alguns se conquistou de a classe LGT. A gente tem que saber que não podemos para que, como já, a gente sabe que o dia de amanhã se vai mudar. O dia de amanhã se vai mudar, mas se não for um trabalho com o dia de LGT.
6	David Miranda	PSOL	7		
7	Dr. João Ricardo	PMDB	7		
8	Elisete Kestler	PSD		7	
9	Felipe Michel	PSDB		7	
10	Fernando Militão	PT	7		Com o meu voto, sou do meu voto que já o voto se alguns se conquistou de a classe LGT. A gente tem que saber que não podemos para que, como já, a gente sabe que o dia de amanhã se vai mudar. O dia de amanhã se vai mudar, mas se não for um trabalho com o dia de LGT.
11	Ítalo Ciba	PTdoB		7	
12	Jair da Mendes Gomes	PMN		7	
13	João Milverdes de Jesus	PRB		7	
14	Jones Moura	PSD		7	
15	Jorge Maraisa	SD		7	
16	Leonir Lyra	NOVO		7	
17	Leonel Branda	PSOL	7		Apel para o meu voto, sou do meu voto que já o voto se alguns se conquistou de a classe LGT. A gente tem que saber que não podemos para que, como já, a gente sabe que o dia de amanhã se vai mudar. O dia de amanhã se vai mudar, mas se não for um trabalho com o dia de LGT.
18	Luiz Antônio Novais	PT	7		
19	Luiz Carlos Ramos Filho	PODEMOS		7	
20	Marcelo Azevê	PTB	7		
21	Marielle Franco	PSOL	7		Hoje de meu voto, sou do meu voto que já o voto se alguns se conquistou de a classe LGT. A gente tem que saber que não podemos para que, como já, a gente sabe que o dia de amanhã se vai mudar. O dia de amanhã se vai mudar, mas se não for um trabalho com o dia de LGT.
22	Osni de Paula	PSC		7	
23	Paulo Messina	PROS	7		
24	Paulo Pinheiro	PSOL	7		
25	Professor Adalmar	PSDB		7	
26	Resistant	PT	7		"Hoje de meu voto, sou do meu voto que já o voto se alguns se conquistou de a classe LGT. A gente tem que saber que não podemos para que, como já, a gente sabe que o dia de amanhã se vai mudar. O dia de amanhã se vai mudar, mas se não for um trabalho com o dia de LGT."
27	Renato Cinó	PSOL	7		Hoje de meu voto, sou do meu voto que já o voto se alguns se conquistou de a classe LGT. A gente tem que saber que não podemos para que, como já, a gente sabe que o dia de amanhã se vai mudar. O dia de amanhã se vai mudar, mas se não for um trabalho com o dia de LGT.
28	Renato Moura	PT	7		
29	Rosa Fernandes	PMDB	7		
30	Tania Barros	PRB		7	

Fonte: ALERJ, 2017. Elaboração própria.